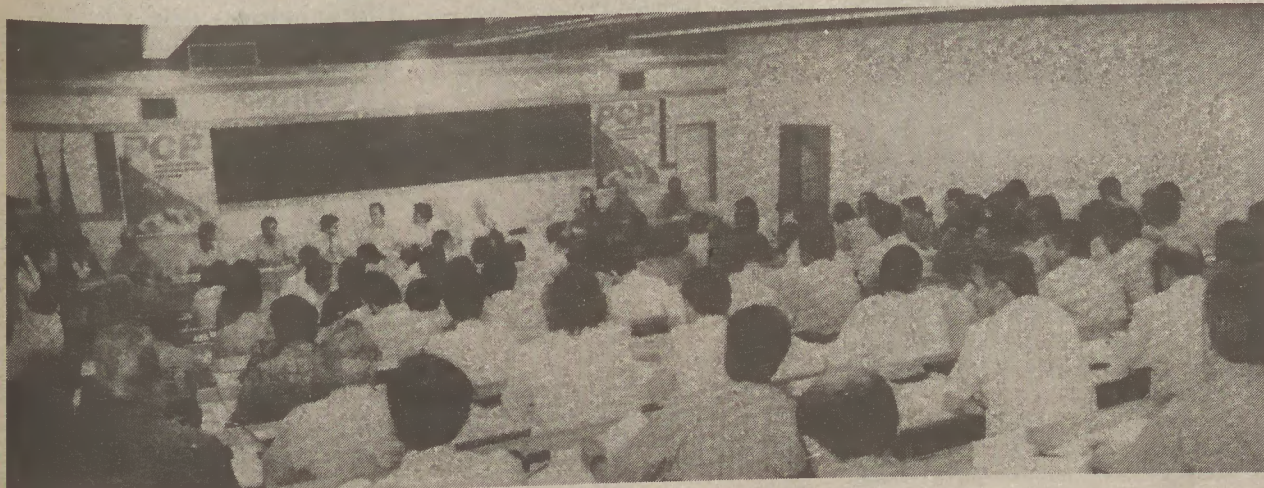


Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
1 de Julho de 1993
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 1019
Director:
Carlos Brito



Comité Central analisa
situação política

Governo PSD é o principal obstáculo à saída da crise

Documento
da última
reunião do
CC do PCP
sobre a
situação
nacional e
internacional
nas páginas 3, 4 e 5

Carlos Carvalhas
no distrito de Portalegre
e Álvaro Cunhal
com jovens em Peniche

Págs. 16 e 17

Pág. 15
**Iraque:
a agressão imperialista**

Delegação dos comunistas búlgaros em Lisboa

Pág. 32

O segredo do Estado laranja

— artigo de
António Filipe

Pág. 19

EP ^{FESTA 1993} ULTIMOS DIAS PARA O SORTEIO

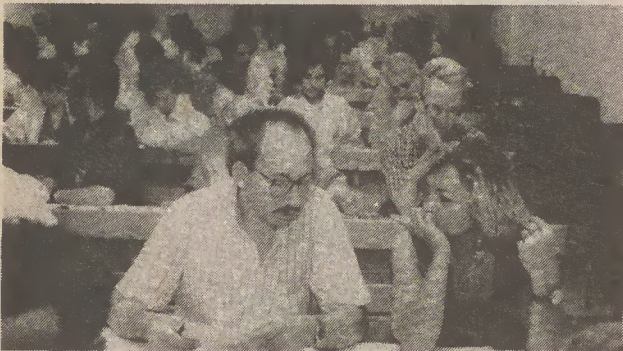
Pág. 26

A Lisboa dos pobres



Documento do colóquio
organizado pela DORL

Págs. 20 e 21



O Comité Central do PCP analisou a situação e as tarefas do Partido

RESUMO

23 Quarta-feira

Vidreiros marcham da Marinha Grande até Leiria, exigindo o pagamento de salários em atraso e a viabilização das empresas ■ A Assembleia da Universidade de Coimbra reclama a suspensão da lei das propinas ■ Respondendo à interpelação parlamentar do PCP, o ministro Marques Mendes afirma que «o sistema político construído a seguir ao 25 de Abril tem dentro de si o germen da instabilidade» ■ Ali Alatas vai ao Parlamento Europeu, sete timorenses pedem asilo político nas embaixadas da Suécia e da Finlândia em Jacarta, e activistas portugueses favoráveis à causa maubere protestam na embaixada holandesa em Lisboa ■ Num encontro realizado sob os auspícios das igrejas sul-africanas, Nelson Mandela e Mangosuthu Buthelezi comprometem-se a procurar pôr termo à violência entre apoiantes do ANC e do Inkhata ■ EUA, Japão, CE e Canadá iniciam em Tóquio uma nova sessão do Uruguay Round.

24 Quinta-feira

Na AR são aprovados por consenso os projectos sobre transparência na política e são apresentados projectos do PCP e do PS para alterar a lei da caça ■ O Tribunal de Contas divulga o seu parecer negativo sobre as contas da RA da Madeira em 1991 ■ Reúne a Comissão Política do PS, com as críticas à direcção socialista a sobressair na agenda ■ Chegam a São Tomé os primeiros portugueses evacuados do Huambo pela Cruz Vermelha Internacional ■ Activistas curdos assaltam várias instituições turcas na Alemanha, França, Suíça e Suécia ■ Nas conversações de Genebra líderes dos sérvios e croatas bósnios concordam constituir uma confederação de 3 estados étnicos na Bósnia ■ Salários em atraso e saídas de futebolistas criam um ambiente de agitação e tensão no Sport Lisboa e Benfica, enquanto surgem notícias de que o Sporting Clube de Portugal deve quase um milhão de contos à Segurança Social.

25 Sexta-feira

Reúne o Comité Central do PCP ■ Assinalando o Dia Internacional contra o tráfico e abuso de drogas, os comunistas apresentam na AR um projecto para criação de uma rede pública de apoio aos toxicodependentes ■ «Os Verdes» interpelam o Governo sobre política ambiental ■ Estruturas representativas dos trabalhadores denunciam a intenção da Renault de despedir 300 pessoas na fábrica de Setúbal ■ Realizam-se em Marrocos as primeiras eleições legislativas desde 1984 ■ Activistas da extrema-direita sul-africana invadem o edifício onde decorrem negociações multipartidárias sobre o futuro do país ■ A Rússia suspende o fornecimento de gás à Estónia, alegando falta de pagamento ■ Termina em Viena a 2ª Conferência Mundial sobre Direitos Humanos.

26 Sábado

Carlos Carvalhas participa em diversas iniciativas da CDU e do PCP no distrito de Portalegre ■ Num ambiente descrito como de confusão generalizada, decorre o 2º Congresso do PSN ■ Os EUA bombardeiam o quartelão onde, em Bagdad, estão instalados os serviços secretos iraquianos ■ Refine pela segunda vez a conferência constitucional convocada por Ieltsin para preparar nova lei fundamental da Rússia.

27 Domingo

Álvaro Cunhal participa no Encontro Distrital da Juventude CDU e numa festa-convívio em Peniche ■ O General Mendes Dias, chefe de Estado-Maior da FAP, em entrevista ao DN, reivindica mais aviões para Portugal ■ Jovens fazem uma vigília em Lisboa, em apoio aos timorenses que se encontram na embaixada sueca em Jacarta ■ As forças armadas de Angola anunciam a libertação da localidade de Mona Quimundo, na província de Lunda Sul.

28 Segunda-feira

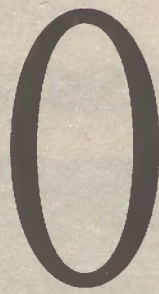
A CGTP-IN considera que a nova fórmula de cálculo de pensões distancia mais as reformas dos salários e é mais desfavorável aos pensionistas ■ O Bastonário da Ordem dos Médicos reconhece, à saída de uma audiência solicitada a Mário Soares, «que há coisas que estão mal na saúde» ■ O Governo aprova um conjunto de medidas que prevê um reforço de 80 mil contos para o combate à toxicodependência ■ O Conselho de Ministros reúne-se extraordinariamente para estudar o novo Plano de Desenvolvimento Regional ■ Uma sondagem USA Today-CNN-Gallup afirma que 66 por cento dos norte-americanos aprovaram o ataque dos EUA ao Iraque, no passado sábado.

29 Terça-feira

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública condena o despedimento de 53 trabalhadores do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto ■ Realiza-se em Espanha a cerimónia de investidura das cortes, com o PSOE na presidência do Congresso e do Senado, contando com os apoios dos nacionalistas bascos e catalães ■ José Eduardo dos Santos participa, no Cairo, na cimeira da OUA, enquanto os EUA levantam o embargo a Angola ■ Os ministros do Ambiente dos Doze acordam, no Luxemburgo, numa limitação rígida e controlo obrigatório para a incineração de lixos perigosos na CE ■ A China desmente acusações americanas, segundo as quais teria vendido mísseis ao Paquistão ■ A presidência bósnica anuncia um novo plano de paz em alternativa às propostas sérvio-croatas de divisão da Bósnia, rejeitadas pela parte muçulmana.

EDITORIAL

O rumo da subserviência



que daqui saiu é o mesmo que tenho vindo a defender para a economia portuguesa. Foi com esta tirada, no estilo auto-suficiente que lhe é peculiar, que Cavaco Silva resumiu para a

imprensa os trabalhos da Cimeira de Copenhaga.

Pela mesma altura, o ministro das Finanças confirmou, no Programa "De caras", da RTP 1, com aqueles trejeitos e o olhar esgazeado que o singularizam, que o "Governo vai continuar o rumo seguido sem se desviar um milímetro."

Para quem tenha dúvidas, estas afirmações especialmente autorizadas deixam claro o propósito governamental de fechar os olhos perante as graves situações económicas e sociais provocadas pela sua política e de se manter surdo às interrogações, críticas e contestações venham de onde vierem.

Isto significa, portanto, que contra tudo e contra todos o Governo do PSD vai continuar a política de convergência nominal, isto é, vai prosseguir no rumo da subserviência, em relação às transnacionais e às grandes potências comunitárias.

É curioso notar que o próprio Presidente da República, Mário Soares, conhecido entusiasta da integração europeia, se interroga no prefácio do seu novo livro "Intervenções 7", lançado há semanas, nos seguintes termos: "Valerá a pena manter a todo o custo o esforço de convergência nominal?... Valerá a pena, mesmo com as consequências negativas que daí necessariamente resultam para o sistema produtivo, tanto relativamente à agricultura como à indústria, sectores perfeitamente decisivos para uma estratégia de desenvolvimento sustentado?"

Cavaco e Braga de Macedo não se interrogam, para eles está tudo claro, têm todos os recados para aviar.

Foi o primeiro que reeditou, no regresso de Copenhaga, o programa da continuidade, que não oferece dúvidas quanto ao sentido anti-social, como a população laboriosa e a própria classe média já estão a sentir na pele, mas que oferece as maiores dúvidas quanto à sua eficácia para debelar a crise.

Cavaco Silva referiu especialmente: "a defesa da estabilidade cambial, o controlo da inflação, a contenção orçamental, a moderação salarial, a flexibilização do mercado de trabalho, as reformas estruturais".

Oportunamente observou a Resolução do Comité Central do PCP, aprovada na reunião da passada sexta-feira: "A persistência do Governo de Cavaco Silva numa política cujos resultados são com-

provadamente nefastos para a economia nacional tem como objectivo utilizar a crise para provocar uma "reestruturação" forçada da estrutura produtiva nacional por via da redução e eliminação de parte substancial das unidades produtivas".

Os grandes beneficiários deste holocausto de pequenas e médias empresas e dos respectivos postos de trabalho são, naturalmente, "os grandes grupos económicos, os especuladores imobiliários e financeiros, o capital estrangeiro", como também se salienta na referida Resolução.

O rumo da subserviência como traço marcante da política cavaquista resulta ainda mais claro quando se observa a sua projecção a médio prazo.

Foi isso que aconteceu, na passada terça-feira, no debate efectuado na Assembleia da República a propósito do PDR.

A Assembleia não discutiu, é claro, o Plano de Desenvolvimento

Não se pode dizer que o partido laranja e os altos interesses capitalistas de que ele é emanação tenham uma grande ambição para Portugal. Aceitam, numa atitude subserviente, o que os outros nos empurram ou não querem fazer.

Regional nem qualquer base minimamente consistente para a sua elaboração.

O que foi proposto ao debate parlamentar foram as chamadas "Opções estratégicas para o Desenvolvimento do país no período 94/99", um texto propagandístico e sumamente retórico, no estilo conhecido do ministro Valente de Oliveira.

Na teia de palavras tecidas em torno do "desafio europeu", da "economia global" e da "melhoria da qualidade de vida" é possível mesmo assim devisar algumas orientações estratégicas.

Por elas se vê que o futuro que o cavaquismo visiona para o país conta acima de tudo com o investimento estrangeiro (e é por isso mesmo alietório como o ilustram os últimos anos) e aponta para uma produção essencialmente virada para a exportação (não menos alietória).

Por outro lado, a estratégia cavaquista para especialização produtiva de Portugal, baseada nas chamadas vantagens comparativas, reserva-nos como destino: as florestas (isto é, o eucalipto e as celulosas), as minas (não se sabe quais pois na maioria estão falidas) e o turismo (quando o declínio é inofismável).

Não se pode dizer que o partido laranja e os altos interesses capitalistas de que ele é emanação tenham uma grande ambição para Portugal. Aceitam, numa atitude subserviente, o que os outros nos empurram ou não querem fazer.

Ao caracterizar estas "opções estratégicas" do Governo de Cavaco Silva, Octávio Teixeira observou com toda a justeza que elas tornam o país "mais periférico, mais dependente e mais vulnerável".

A mediocridade do projecto laranja para Portugal e a sua subordinação aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro, a previsível resistência popular de que será objecto, explicam que ele seja acompanhado por um plano de degradação acelerada da nossa democracia.

A interpelação do PCP ao Governo, da passada semana, sobre "o estado da democracia em Portugal" constituiu um libelo irresponsável nas doze acusações formuladas e uma demonstração insofismável de que "há em curso um processo de erosão da democracia do nosso país".

O Governo, ao enfatizar, na réplica final, as alterações que preconiza para a próxima revisão da Constituição, tendo em vista entre outros objectivos a mais fácil obtenção de maiorias de governo e o mais severo cerceamento dos direitos das minorias, confirmou plenamente a acusação de fundo formulada pelo PCP no seu XIV Congresso de que o PSD não quer apenas desfigurar o regime democrático, mas substituí-lo por outro de cariz autoritário.

A aprovação, entretanto, da Lei do Segredo de Estado que condiciona drasticamente a liberdade de informação e de imprensa e é um instrumento de indiscriminados pretextos persecutórios, é, tal e qual, como a lei que alterou a lei da greve, mais um passo gravíssimo nessa direcção.

Com toda a razão, a reunião do Comité Central de 25 de Junho deu um destaque especial à luta para afastar e substituir o Governo do PSD, considerado o principal obstáculo à saída da crise e à adopção das medidas necessárias para dar resposta aos grandes problemas nacionais.

Neste sentido, reveste uma saliente importância como perspectiva de trabalho a afirmação de que "o Comité Central confia em que a ampliação da luta das massas em defesa dos seus direitos e por objectivos concretos e imediatos, a derrota da direita nas eleições autárquicas que se avizinham e o alargamento do movimento de apoio e de confiança no PCP criarão as condições para viabilizar o afastamento e a substituição do PSD do Governo e abrir caminho para uma verdadeira alternativa democrática".

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ª-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE'S Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Afetações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberio Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Hesia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

Reunido em 25 de Junho de 1993, o Comité Central procedeu à análise da situação política, económica e social do País e ao balanço da actividade desenvolvida pelo Partido e traçou as linhas de orientação fundamentais para o prosseguimento da sua acção e luta nos próximos tempos.

Manifestando a sua preocupação com o aprofundamento da crise económica e social e com as pesadas consequências que acarreta para amplos sectores da população, principalmente para os trabalhadores, o Comité Central manifesta igualmente a confiança no desenvolvimento da luta popular e no papel insubstituível que cabe ao PCP como força indispensável à construção de uma alternativa democrática ao PSD, muito em particular numa situação em que se multiplicam convergências de posições e de orientações entre o PS e o PSD.

O Comité Central destaca como aspecto significativo da actualidade política nacional o crescente descrédito, desprestígio e impopularidade do Governo e do Primeiro-Ministro e a redução da base de apoio do PSD, em resultado do fracasso da sua política, dos seus comportamentos arrogantes e prepotentes, das suas atitudes de clamorosa e revoltante insensibilidade social, do seu recurso sistemático à mentira e à mais desenfreada demagogia, da protecção que concedem ao clientelismo e à corrupção, da contínua eclosão de casos, situações e problemas que desvendam a sua política de destruição.

O Comité Central salienta como elemento de enorme importância política o facto de, no quadro do poderoso movimento de protesto e luta em curso contra a política de direita, se estar a ampliar a consciência de que o Governo do PSD constitui o principal obstáculo à saída da crise e à adopção das medidas necessárias à resposta aos problemas do povo e do País.

O Comité Central confia em que a ampliação da luta das massas em defesa dos seus direitos e por objectivos concretos e imediatos, a derrota da direita nas eleições autárquicas que se avizinham e o alargamento do movimento de apoio e confiança no PCP criarão condições para viabilizar o afastamento e a substituição do PSD no Governo e abrir caminho a uma verdadeira alternativa democrática.



1.

UMA GRAVE CRISE ECONÓMICA

Nos seis meses que decorreram após o XIV Congresso do PCP, acelerou-se a degradação económica e social. Confirmaram-se as apreciações feitas pelo PCP quanto aos resultados inevitáveis a que a política económica e social do Governo de Cavaco Silva está a conduzir o País.

A acentuação da crise e a recessão económica com a diminuição generalizada da actividade produtiva, as dificuldades crescentes que se colocam ao escoamento das produções nacionais, o estrangulamento financeiro, o encerramento e falência de empresas, o aumento do desemprego e dos salários em atraso são hoje uma realidade que não pode ser escamoteada.

A profundidade da crise económica, cuja responsabilidade essencial radica na política classista do Governo de Cavaco Silva de restauração do capitalismo monopolista, bem como na ausência de uma estratégia para o desenvolvimento da economia portuguesa baseada no reforço do aparelho produtivo, ameaça ter efeitos muito mais graves e duradouros que os sentidos em crises anteriores.

Estando hoje a economia portuguesa mais desprotegida e exposta à concorrência externa e mais dependente de orientações e políticas supranacionais, a recessão económica actual, se não forem tomadas medidas urgentes que invertam o sentido da política agora prosseguida, ameaça vir a provocar a inviabilização irreversível de muitos milhares de empresas, unidades de pesca e explorações agrícolas e mesmo de alguns sectores de actividade, aumentando o desemprego e impedindo a criação de postos de trabalho.

Depois de anos de reclamações de «menos Estado» surgem agora apelos para que os dinheiros públicos socorram e salvem grandes empresas privadas em dificuldades, quando muitas destas foram previamente descapitalizadas em proveito próprio pelos seus proprietários.

A persistência do Governo de Cavaco Silva numa política cujos resultados são comprovadamente nefastos para a economia nacional tem como objectivo utilizar a crise para provocar uma «reestruturação» forçada da estrutura produtiva nacional pela via da sua redução e da eliminação de parte substancial das unidades produtivas. Processo de reestruturação em que ganham, concentrando e centralizando a propriedade, a riqueza e o poder, os grandes grupos económicos, os especuladores imobiliários e financeiros, o capital estrangeiro, e em que são liquidadas milhares de pequenas e médias empresas às quais não se abrem alternativas. Processo em que perdem rendimentos e direitos os trabalhadores, os agricultores e outras camadas laboriosas, em que crescem as assimetrias regionais e é debilitada a estrutura económica do País, no quadro de um «modelo de desenvolvimento» que reforça o papel periférico e dependente de Portugal e que se encontra consagrado nas «Opções Estratégicas para o Desenvolvimento do País no Período 94/99» que o Governo pretende aprovar proximamente na Assembleia da República. Este «modelo» não é contrariado pelo Plano de Desenvolvimento Regional em cuja elaboração se verificaram graves carências de participação e democraticidade.

O Comité Central do PCP afirma que a política económica do Governo do PSD, de destruição do presente e hipoteca do futuro, não é uma fatalidade para Portugal. É possível uma política diferente, que amortea os custos da crise

actual, que promova a recuperação económica e coloque a economia portuguesa na via do desenvolvimento sustentado.

Uma política que tome medidas imediatas, como as «17 medidas» apresentadas pelo PCP em Março passado para relançar a actividade produtiva, defender o emprego e responder às justas reivindicações populares.

Uma política que coloque como prioridade a defesa e o incentivo da actividade produtiva, a criação de postos de trabalho e a melhoria do nível de vida, trave a destruição e recupere, como alavancas económicas decisivas, empresas do Sector Empresarial do Estado, defina uma estratégia de desenvolvimento para a nossa economia e aposte fundamentalmente nos recursos humanos e materiais e nas empresas nacionais.

Uma política que se oriente pelo interesse nacional e não pelos interesses egoístas do grande capital nacional e multinacional. Uma política que, clara e frontalmente, se oponha às orientações macroeconómicas e aos critérios de convergência nominal da União Económica e Monetária e rejeite, decidida e definitivamente, os critérios do Tratado de Maastricht.

2.

A DEGRADAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIAL

Inseparável da política de reconstituição e restauração dos grandes grupos económicos, a evolução da situação social nos últimos meses tem sido igualmente marcada, de forma muito negativa, por orientações e políticas seguidas pelo Governo do PSD que não só impedem o relançamento económico como inviabilizam programas de intervenção social. Além disso, o que é ainda mais grave, o Governo procura tirar partido da degradação para acelerar a ofensiva contra os direitos sociais básicos dos trabalhadores e dos cidadãos. O Governo prossegue, assim, a política de crescente desresponsabilização do Estado em relação às principais funções e direitos sociais e culturais que lhe cabe constitucionalmente garantir. E, por outro lado, procura aceleradamente mercantilizar as principais funções sociais, transformando-as em objecto de actividades lucrativas, restringindo assim o acesso por critérios da capacidade económica dos cidadãos.

Na situação existente em várias áreas sociais, são particularmente evidentes os nefastos efeitos das orientações e objectivos que o Governo procura levar à prática.

Na saúde verifica-se a aprovação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde visando impor no todo ou em parte o pagamento de prestações de cuidados de saúde aos seus utentes, lançá-los na mão das seguradoras e entregar a entidades privadas a gestão e a exploração de unidades e serviços públicos. É de sublinhar que a aplicação desta política ocorre pela mão das gestões antidemocráticas (e partidarizadas) das unidades de saúde e em simultâneo com a extrema degradação das condições de trabalho dos seus serviços provocadas pela política economicista do Governo.

Na segurança social a ofensiva do Governo desenvolve-se em duas linhas fundamentais. É a tentativa de reduzir ainda mais o nível das pensões de reforma e de invalidez, através da diminuição do valor das reformas, do aumento em quatro anos do período de trabalho necessário para a obtenção da reforma máxima e da passagem da idade de reforma das mulheres dos 62 para os 65 anos. E, numa linha mais

geral, é a política de degradação financeira e funcional do sistema de segurança social, com vista à liquidação das suas características fundamentais e ao fomento de soluções de segurança privada, com os inerentes custos e riscos.

No domínio do emprego e dos salários é particularmente grave o bloqueamento da contratação colectiva afectando centenas de milhares de trabalhadores e é de apontar o facto de não estarem a ser tomadas medidas para combater o inquietante aumento do número de trabalhadores desempregados, e do próprio Governo aparecer ele próprio a intervir no sentido de reduzir os postos de trabalho e de fomentar o desemprego. São disso exemplo, entre outros casos, os disponíveis na função pública, o apoio activo às pré-reformas e a escandalosa revisão das pensões de invalidez que foram atribuídas em processos de reestruturações de empresas.

Na educação, a situação de crise tornou-se mais profunda e generalizada. É o continuado empenho do Governo na aplicação do aumento das propinas, que enfrenta uma grande resistência dos estudantes e das principais universidades. É o autêntico caos na generalização da reforma curricular e a imposição de um novo sistema de avaliação dos alunos do ensino básico e secundário, com graves consequências educativas e sociais. É generalizado e multiforme o ataque à escola pública, suporte fundamental do direito à educação e ao ensino.

O Comité Central chama a atenção para a possibilidade de aproveitamento pelo Governo do período do Verão para a aprovação de novas medidas gravosas na área social.

3.

O GOVERNO DO PSD E A CIMEIRA DE COPENHAGA

Tal como na Cimeira de Edimburgo, em que com muita pompa e circunstância foi anunciada a «iniciativa para o crescimento» e durante os meses que se lhe seguiram as revisões das previsões do crescimento das economias foram sempre no sentido negativo, também agora, para efeitos psicológicos, se aponta o Conselho Europeu de Copenhaga como «o ponto de viragem no combate ao europessimismo».

No entanto, tudo aponta para a manutenção dos critérios de convergência monetarista de Maastricht, no interesse das transnacionais e das grandes potências, dificultando assim o maior crescimento económico, em particular dos países e regiões mais atrasados. Por outro lado, não só não se dará resposta à grave situação social ilustrada pelos mais de 17 milhões de desempregados actuais e pelos 60 milhões de «pobres» contabilizados oficialmente nos países da CEE, como se adopta um caminho que só pode levar à agudização dos problemas sociais. Verifica-se, assim, uma total contradição entre o comunicado da Cimeira, que reconhece a existência de «um nível inaceitavelmente elevado de desemprego» e de uma grave situação social, e os critérios e orientações adoptados, que procuram em grande medida relançar o crescimento e a competitividade através de mais desregulamentação e precarização do emprego.

A pretexto da Cimeira, e procurando esconder que os níveis salariais e da segurança social portugueses se têm afastado da média comunitária, Cavaco Silva tenta lançar, ainda mais, os custos da sua nefasta política sobre os trabalhadores, insistindo na política de «contenção salarial» (leia-se redução dos salários reais para muitos sectores e empresas) e da «flexibilidade do trabalho» (leia-se mais precarização, mais desemprego oculto, mais golpes nos direitos dos trabalhadores, mais quebras na segurança social).

Subordinando os interesses nacionais aos interesses das grandes potências, a troco de uma eventual antecipação dos fundos estruturais, o Governo português continua, numa postura de subserviência, a não exigir medidas de salvaguarda para a nossa agricultura e pescas e alguns sectores industriais duramente afectados por uma concorrência desigual. Ao contrário, assiste tranquilamente à substituição da

PCP

COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

produção nacional pela produção estrangeira, à desindustrialização do país e ao cortejo de sucessivas falências com os inerentes custos sociais.

Por outro lado, é evidente o facto de se registar uma carência total de discussão, transparência e debate público acerca dos projectos e prioridades adoptados nas candidaturas a fundos comunitários, facto que se torna ainda mais premente com a eventual antecipação da programação financeira prevista.

Finalmente, verifica-se uma total contradição entre a proclamação, pela Cimeira, de grandes progressos na aplicação dos princípios da «subsidiariedade», «transparência», e de uma «Comunidade próxima dos cidadãos» e a prática, que continua a ser adoptada, que se caracteriza por falta de informação e participação dos parlamentos nacionais e dos cidadãos na definição das várias políticas e deliberações.

4.

ATENTADOS CONTRA A LIBERDADE, DEGRADAÇÃO DA VIDA DEMOCRÁTICA

O Comité Central considera que um traço particularmente importante da situação política é a persistente degradação da vida democrática, os atentados contra os direitos, liberdades e garantias e a preparação de novas e graves limitações. Assume especial gravidade, neste campo:

- a contestação, na prática, da separação e interdependência dos órgãos de soberania e a condução de campanhas contra os órgãos a que cabem atribuições de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública, procurando a governamentalização e partidarização geral do poder;

- a repressão nas empresas, a perseguição aos membros das estruturas representativas dos trabalhadores e a violação dos direitos constitucionais como o direito à greve (através do modo como têm sido definidos os serviços mínimos, procurando impedir na prática a sua concretização), ao trabalho e à contratação colectiva;

- os persistentes casos de abusos por parte dos serviços de informações, particularmente por parte do Serviço de Informações de Segurança, incluindo escutas telefónicas e vigilância de manifestações e acções de luta, designadamente de trabalhadores e estudantes;

- o aprofundamento da vertente repressiva das forças e serviços de segurança, com destaque para o reforço da militarização da GNR, em vias de abranger 25 mil militares organizados num corpo especial de tropas;

- as discriminações na carreira e no emprego por razões políticas e sindicais, privilegiando as fidelidades partidárias nas admissões e promoções, ao mesmo tempo que se semeia a instabilidade entre os trabalhadores da Função Pública com a aplicação da «lei dos disponíveis»;

- o cerceamento ilegal da liberdade de expressão de membros das forças de segurança, acompanhado de um clima de intimidação, ameaças e processos disciplinares, bem como a inadmissível restrição de direitos de membros das Forças Armadas;

- os atentados contra a independência dos magistrados judiciais, a autonomia do Ministério Público e a titularidade e direcção da acção e investigação criminal por este último.

Aos abusos e ameaças conhecidos, o Governo prepara-se para juntar outros, quer a pretexto da chamada lei anticorrupção, quer, sobretudo, a propósito da lei do segredo de Estado que a maioria do PSD acaba de aprovar na Assembleia da República, e que constitui uma fonte de arbítrio, uma ameaça à liberdade de informação, um sério atentado ao princípio da transparência dos actos políticos e da Administração Pública.

O Comité Central apela aos militantes do PCP, aos trabalhadores e a todos os democratas para que se empenhem na defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados e na luta contra a política do PSD de centralização do poder e de degradação da democraticidade das instituições.

5.

A RESISTÊNCIA POPULAR À POLÍTICA DE DIREITA

Nos últimos meses, traduzindo o profundo descontentamento que lavra em amplos e diversificados sectores da sociedade portuguesa, multiplicam-se e intensificam-se as acções combativas de protesto contra a política cavaquista, dando lugar a um dos mais significativos movimentos de resistência e combate verificados nos últimos anos.

A acção governativa do PSD/Cavaco Silva atinge os interesses de camadas muito vastas da população. Tornou mais evidente que, com o prosseguimento e a intensificação da política de direita, se aprofunda a contradição entre uma política ao serviço do grande capital nacional e estrangeiro e a grande maioria do povo português.

Nestas condições, a frente social de resistência e de luta contra a política de direita alterou-se qualitativamente. Não só se ampliou a sua base, envolvendo uma maior diversidade de sectores e camadas sociais, como se verificou uma crescente radicalização, quer pelo conteúdo das reivindicações, pondo em causa directamente a política do Governo e o Primeiro-Ministro, quer pelo facto de se manterem em luta simultânea, durante períodos muito prolongados, trabalhadores, agricultores, pescadores, juventude, magistrados, professores, médicos, agentes das forças de segurança, populações, etc.

A luta de massas tem perspectivas reais de se intensificar e alcançar importantes sucessos. O seu desenvolvimento deverá constituir uma direcção de trabalho prioritária e fundamental. Combatendo e desmascarando activamente as pressões que, a pretexto da crise, o Governo e o patronato desenvolvem no sentido da resignação e do conformismo, constituem objectivos essenciais o aprofundamento da convergência das lutas dos diferentes sectores e camadas sociais, a intensificação da luta por melhores salários, contra o encerramento de empresas, os despedimentos e o desemprego, pela defesa e melhoramento dos serviços sociais essenciais (saúde, segurança social e ensino), pela salvaguarda de direitos e contra as ilegalidades patronais e governamentais.

6.

A LUTA POR UMA POLÍTICA ALTERNATIVA E POR UMA ALTERNATIVA POLÍTICA

A evolução da vida política nacional comprova inteiramente que a substituição do actual Governo por um governo democrático com uma nova política é indispensável tanto para a resposta às preocupações, problemas e reivindicações populares mais prementes, como para imprimir um novo rumo democrático de liberdade, desenvolvimento, bem-estar e justiça social para a sociedade portuguesa.

Nesta perspectiva, o PCP salienta a indispensabilidade de, no processo de desenvolvimento da luta popular por objectivos imediatos, se consolidar e ampliar a condenação e responsabilização global do Governo do PSD e da sua política e a exigência da sua substituição, se alargar e fortalecer a aspiração a uma nova política, se aprofundar e acelerar ainda mais o movimento de opinião e de consciências no sentido de novas opções político-partidárias e de voto, que favoreçam a concretização de uma efectiva alternativa democrática.



É uma evidência, quase quotidianamente patente na vida política nacional, que muitas das orientações e concepções do PS são manifestamente prejudiciais à luta por uma verdadeira alternativa democrática à política de direita do Governo do PSD/Cavaco Silva. Com efeito, não há espalhados duelos verbais com o PSD, nem inflamadas críticas pontuais à política governamental, nem generosos favores mediáticos, que possam disfarçar a indiscutível convergência do PS com o PSD em aspectos decisivos de política e de projecto de sociedade (privatizações e reforço do poder do grande capital, obediência aos critérios de convergência nominal, sujeição ao Tratado de Maastricht, desresponsabilização do Estado em áreas fundamentais e aumento dos encargos suportados pelos cidadãos).

Como tem sido testemunhado, com assinalável franqueza, designadamente por afirmações do porta-voz do PS para as Finanças, o PS perilha já, mesmo não estando no Governo, as orientações e concepções fundamentais que levaram múltiplos partidos socialistas e social-democratas a realizarem nos governos de outros países europeus a política de direita, com os trágicos resultados sociais, económicos e políticos que são conhecidos.

Ao mesmo tempo que insiste numa orientação que não dá quaisquer garantias de uma política significativamente diferente da do PSD, o PS insiste também, por isso mesmo, nas suas pretensões de «bipolarização» do quadro político-partidário e de hegemonia sobre o campo democrático, continuando a recusar a convergência das forças democráticas e o entendimento com o PCP que seriam susceptíveis de conferir uma nova credibilidade, confiança e segurança à perspectiva de uma alternativa democrática.

Neste quadro, um crescente apoio ao PCP e o reforço das posições e votação da CDU nas próximas eleições autárquicas serão o mais eficaz instrumento e uma grande contribuição para a derrota da política de direita e a mais expressiva afirmação, no plano político e eleitoral, da vontade de mudança democrática que se está fortalecendo na sociedade portuguesa.

7.

INTENSA ACTIVIDADE DO PARTIDO

No panorama da acção político-partidária no primeiro semestre de 1993 avulta, de forma particularmente destacada, a profunda, intensa e diversificada actividade e intervenção do Partido Comunista Português.

Simultaneamente, esse período fica também marcado por graves operações de silenciamento e discriminação contra o PCP realizadas por importantes órgãos de comunicação social.

Atento aos problemas dos trabalhadores e do povo, empenhado num decidido combate à política de direita, o PCP, pelas suas orientações e actividades, afirma-se de forma crescente como uma força central e decisiva para uma verdadeira alternativa a essa política.

Na concretização das orientações do XIV Congresso, os comunistas empenharam-se em primeiro lugar numa forte dinamização da acção de massas, impulsionando a acção convergente dos trabalhadores, dos agricultores, dos jovens e das mulheres, contra as políticas atentatórias dos seus direitos e interesses. Procuram também dar um empenhado contributo para o reforço das estruturas e funcionamento das organizações sociais, na base do respeito e defesa da sua autonomia e das suas características unitárias e democráticas.

No plano institucional, e em estreita articulação com as movimentações populares contra o Governo de Cavaco Silva, foi desenvolvida uma intensa actividade, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, bem como nas autarquias locais.

Simultaneamente, prosseguiu, ao nível central e em todas as organizações regionais do Partido, a par da tarefa principal de preparação das eleições autárquicas de Dezembro, a realização de um diversificado conjunto de iniciativas, tais como encontros, debates, seminários, para balanço e aprofundamento de orientações nos mais diversos sectores da vida nacional. Assumiram também grande papel assembleias, reuniões e plenários virados para tarefas de organização e dinamização da vida partidária, bem

como comícios, convívios e confraternizações, de que destacamos as centenas de acções realizadas em torno do 74º aniversário do Partido. Salientam-se, pela sua importância nestes primeiros seis meses do ano, a realização do Congresso da JCP e da Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas.

Neste quadro, é um facto importante e inquestionável, em termos globais, o acréscimo de militância e empenhamento de muitos membros do Partido, a procura de uma crescente ligação com as massas e a larga participação democrática na vida das suas organizações.

Colocam-se agora, como tarefas principais para o próximo semestre a realização da Festa do «Avante!» que, em 3, 4 e 5 de Setembro, será certamente, mais uma vez, uma grande iniciativa político-cultural de massas e marcará o retomar em força da acção política dos comunistas, a manutenção de um alto nível na intervenção e afirmação do Partido em torno dos problemas mais sentidos pelos portugueses, e a continuação, com o crescente empenhamento de todo o Partido, das tarefas relacionadas com as eleições autárquicas.

8.

PREPARAR ACTIVAMENTE AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

A CDU já apresentou a grande maioria dos candidatos a presidentes de Câmara e os cabeças de lista de assembleias municipais e numerosos candidatos a órgãos de freguesia. As apresentações feitas decorreram, em geral, em actos com larga participação e, frequentemente, com o apoio de cidadãos e de personalidades de vários quadrantes. O processo de escolha de candidatos tem-se caracterizado, em termos

PCP

gerais, pela sua democraticidade e por uma participação alargada, dentro do PCP e no quadro da CDU. Este facto contrasta vivamente com o que se tem passado em alguns casos com outras forças políticas, em que o autoritarismo e a imposição de candidatos contra a vontade dos militantes e as estruturas locais dos partidos pelas respectivas direcções nacionais tem provocado descontentamento e vivas reacções.

Constitui um facto intolerável a persistente tentativa de o PSD instrumentalizar as suas posições no Governo ao serviço de propósitos eleitoralistas e pretender imputar às autarquias a responsabilidade de situações graves para as populações que cabem exclusivamente ao Governo e Administração Central.

Quanto ao PS, depois de ter recusado os acordos com o PCP para derrotar a direita num importante conjunto de municípios actualmente geridos pelo PSD (ignorando assim a experiência positiva da cidade de Lisboa), tenta fazer acordos com o PSD, como acontece em Alpiarça e em Moura. Entretanto, o PS apela noutras regiões para a concentração de apoios e votos democráticos no PS, procurando uma bipolarização artificial e invocando um pretenso «voto útil». A vida e o procedimento e gestão do PS já demonstraram que não têm utilidade para as populações e para a democracia desviar votos ou apoios da CDU para esse partido, sejam quais forem as circunstâncias.

A partir do balanço do trabalho já realizado, o Comité Central considera essencial concretizar as seguintes tarefas:

prestar a máxima atenção, onde a CDU tem a maioria, à gestão e ao cumprimento dos programas eleitorais apresentados em 1989;

completar as listas de candidatas, assegurando o objectivo de concorrer a todos os órgãos autárquicos

municipais e ao maior número possível de fre-
guesias;

prosseguir o trabalho de angariação de apoios largos e diversificados às candidaturas;

prosseguir o trabalho no sentido de garantir que os candidatos da CDU sejam homens, mulheres e jovens ligados às populações e conhecedores dos problemas locais, e do reforço da participação de candidatos sem partido sempre que se justifique;

dinamizar e aprofundar a preparação dos programas eleitorais, procurando uma participação tanto quanto possível diversificada;

programar toda a intervenção pré-eleitoral e eleitoral, onde ainda não foi feita, tendo como objectivo essencial o amplo contacto dos candidatos e militantes do PCP e activistas da CDU com as populações, a discussão dos problemas e das propostas para os resolver, a valorização do PCP e da CDU e das suas propostas e orientações para o trabalho autárquico, a denúncia de situações de inércia, inversão de prioridades e mesmo de corrupção que se verifica em numerosos municípios.

O Comité Central exprime a sua profunda convicção de que, com base numa vasta mobilização de esforços e



numa audaciosa intervenção, se desenham condições favoráveis a que mais e mais portugueses compreendam que, em Dezembro próximo, a opção de voto pela CDU é a melhor para as autarquias e a resolução dos problemas das populações e também a melhor e a que mais pesa para uma viragem democrática na política nacional.

25 de Junho de 1993

O COMITÉ CENTRAL DO PCP

SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. O Comité Central examinou os mais recentes desenvolvimentos da situação internacional e da actividade internacional do PCP.

2. Num período caracterizado por uma grande instabilidade e incerteza, com a acumulação de contradições e conflitos de imprevisível desenlace, são de destacar três aspectos fundamentais.

O primeiro é a violenta ofensiva do imperialismo, e em primeiro lugar dos EUA, visando impor a sua hegemonia mundial através de uma "nova ordem" - económica, política e militar - ao serviço do grande capital transnacional.

É expressão desta política a multiplicação de actos de ingerência e agressão contra povos e países soberanos como na ex-Jugoslávia e na Somália, com a cínica cobertura dum pretensa ajuda humanitária. Mas a ofensiva é generalizada. Manifesta-se sob formas diversificadas em Angola (onde é clara a política de "dois pesos e duas medidas", nomeadamente por parte dos EUA, da ONU e da África do Sul, que continuam a apoiar a UNITA), no Camboja, no Afeganistão, no Médio Oriente, no Sahara Ocidental, em Timor-Leste, por toda a parte onde o imperialismo procura sufocar a luta libertadora e impor o seu domínio e o seu poder. Manifesta-se em relação aos povos da ex-URSS e do Leste da Europa, procurando assegurar a restauração do capitalismo e a sua inserção na órbita de influência e domínio do imperialismo. Manifesta-se em relação aos países socialistas, em particular no criminoso boicote a Cuba, nas ameaças à República Popular Democrática da Coreia, na manutenção do embargo ao Vietnam.

A crescente instrumentalização da ONU e a sua utilização para dar cobertura à política imperialista dos EUA e de outras grandes potências é um elemento novo de particular gravidade. A pretexto do chamado "direito de ingerência humanitário", a ONU está a ser frequente e progressivamente envolvida em operações militares agressivas. A prosseguir, esta perversão das características e papel da ONU poderá subverter princípios fundamentais do direito internacional, comprometer a cooperação e criar novos perigos de conflitos armados e de guerras.

O reforço e alargamento da esfera de intervenção da NATO, a militarização da Alemanha e do Japão (cujas forças militares estão já, pela primeira vez após a segunda guerra mundial, a intervir fora do seu território), o processo visando a militarização da CEE via UEO, na linha da "política externa e de segurança comum" (PESC) consagrada no Tratado de Maastricht, confirmam uma orientação agressiva que encerra enormes perigos para a independência e soberania dos povos e para a própria paz mundial.

O segundo aspecto fundamental é a crise do capitalismo. Crise que atinge profundamente a generalidade dos países capitalistas desenvolvidos. Recessão económica em numerosos países (designadamente da CEE no seu conjunto), e incertas perspectivas de

recuperação. Crise social, com o brutal aumento da exploração, do desemprego, do trabalho precário, da "marginalização e exclusão social", da pobreza. Crise política, com instabilidade institucional em numerosos países e a generalização do descrédito dos partidos comprometidos com políticas antipopulares (incluindo da social-democracia) e com a corrupção e o crime organizado. Crise do próprio regime liberal-burguês assente em sistemas de "bipolarização" e "alternância" e em engenharias eleitorais que defraudam a genuína representação democrática da vontade popular e eliminam ou impedem formas de democracia participativa. Crise que se manifesta também nas dificuldades e incertezas em que, apesar das enormes pressões dos círculos dominantes, se encontra hoje o processo do Tratado de Maastricht, cujas nefastas consequências para os trabalhadores e os povos se tornam cada dia mais evidentes.

A pretexto da crise, está em curso uma ofensiva generalizada e concertada do poder contra conquistas sociais, liberdades democráticas e direitos sindicais básicos dos trabalhadores (emprego, salários, reforma, horários de trabalho, direitos das mulheres e jovens, segurança social, contratação colectiva, direito à greve) que, a não ser firmemente contrariada e derrotada, se traduzirá numa grande regressão social e política.

O avanço das forças nacionalistas, xenófobas, racistas e de extrema-direita que se está a verificar em numerosos países da Europa, na Alemanha em particular, é tanto mais inquietante quanto tal avanço não é efectivamente combatido, antes é directa e indirectamente estimulado pela política do poder. A resposta que os círculos dominantes tentam à instabilidade política que afecta numerosos países (como a Itália) é, não o aprofundamento da democracia, mas medidas políticas e legislativas (no plano de leis eleitorais, direitos sindicais, direitos dos emigrantes, direito de asilo e outros) de carácter autoritário, apoiada numa brutal manipulação das consciências através do seu monopólio dos meios de comunicação social.

A crise do sistema capitalista exprime-se de modo particularmente agudo na dramática situação da generalidade dos países do Terceiro Mundo, no agravamento do saque e no aprofundamento do fosso que separa estes países do centro capitalista desenvolvido, na acumulação de explosivas contradições.

O terceiro aspecto fundamental da situação é a continuação da luta libertadora dos povos, nomeadamente a luta dos trabalhadores e de diferentes sectores da população nos países capitalistas mais desenvolvidos. Embora a resposta dos trabalhadores e das forças progressistas não esteja ainda à altura da gravidade da situação, são numerosas as lutas contra o desemprego e o ataque a conquistas sociais, contra o racismo, o fascismo e a xenofobia, contra o Tratado de Maastricht e as suas gravosas consequências, e expressivas acções de solidariedade para com os povos vítimas da agressão imperialista.

Na China, Cuba, Vietnam, RPD da Coreia e Laos, apesar de todas as dificuldades e com situações e processos diversificados, prossegue a construção de sociedades socialistas.

Verificam-se variados movimentos de protesto, resistência e luta em diversos países da África, Ásia e América Latina, com destaque para as heróicas lutas dos povos da África do Sul e da Palestina.

No território da ex-URSS e nos países do leste da Europa há descontentamento, resistência e luta e desenvolvem-se esforços para a recuperação dos comunistas e das forças progressistas.

O imperialismo não tem o caminho livre para a imposição da sua política. Debate-se com problemas, contradições e rivalidades entre as grandes potências que o limitam nos seus projectos. Defronta-se com a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos em defesa dos seus interesses e direitos.

A realidade do sistema capitalista contraria de tal forma interesses, necessidades e aspirações dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo que a perspectiva não é a da "pacificação" pela repressão e a violência das armas, mas o recrudescimento da resistência e da luta anti-imperialista.

3. É oportuno sublinhar que o complexo desenvolvimento da situação internacional dos últimos tempos confirma nas suas linhas fundamentais as análises do XIV Congresso do PCP.

Confirma, nomeadamente:

- as dramáticas consequências para o mundo e para os povos dos respectivos países, da desagregação da URSS e das derrotas do socialismo no leste da Europa;

- a natureza exploradora e agressiva do imperialismo e o seu propósito de aproveitar a nova correlação de forças resultante do desaparecimento do socialismo como sistema mundial para fazer retroceder as conquistas e a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e impor ao mundo a sua hegemonia;

- a incapacidade do capitalismo para dar resposta aos problemas e aspirações dos trabalhadores e dos povos e superar por si mesmo as profundas contradições, injustiças, desigualdades e flagelos que o caracterizam e que a actual crise uma vez mais evidencia;

- a decisiva importância da luta da classe operária, dos trabalhadores e das massas populares no processo de transformação social em cada país e da necessidade de cooperação das forças do progresso social e da paz no plano internacional;

- a necessidade dos Partidos Comunistas como forças indispensáveis à defesa dos interesses dos povos e portadoras de um projecto revolucionário alternativo da sociedade, o socialismo.

A confirmação da justeza das análises do nosso XIV Congresso do PCP é da maior importância para o prosseguimento, com convicção e confiança, da intervenção do PCP no plano interno e internacional.

4. A par do desenvolvimento da luta popular em cada país, reveste-se de crucial importância, no momento actual, o fortalecimento da solidariedade internacionalista dos trabalhadores e dos povos, dos Partidos Comunistas e revolucionários, de todas as forças da democracia, do progresso social e da paz, tendo em vista opor à ofensiva do imperialismo e da reacção uma frente de resistência e de luta o mais ampla possível.

Orientando a sua acção no plano internacional para o desenvolvimento da cooperação de todas as forças democráticas, progressistas e anti-imperialistas, o PCP considera de fundamental importância o fortalecimento dos laços de cooperação internacionalista dos Partidos Comunistas e Operários de todo o mundo. Uma tal cooperação, no respeito pela independência e autonomia, não só não dificulta como é indispensável ao mais amplo e necessário entendimento de todas as forças de esquerda, do progresso social e da paz. É igualmente fundamental para relançar entre as massas o poder de atracção dos valores e ideais do socialismo e a confiança numa alternativa ao poder do capital.

O movimento comunista, apesar de seriamente debilitado e dos complexos problemas que enfrenta, confirma-se como uma realidade que persiste e uma necessidade para a luta dos trabalhadores e dos povos. É certo que continuam a manifestar-se pressões e tendências para a abdicção de princípios, características e objectivos que consideramos essenciais num partido comunista. Entretanto, na desfavorável situação existente, merecem ser valorizados os resultados da acção dos comunistas em vários países, que confirmam as possibilidades da recuperação da sua influência e apoio de massas. A crise de numerosos partidos socialistas e social-democratas e da social-democracia em geral, assim como o fracasso de transformações liquidacionistas ditas de "nova esquerda" ou "terceira via", com a clarificação ideológica que possibilitam e as lições que encerram, indica também a real possibilidade de recuperação dos comunistas.

5. A situação nacional e internacional exige do Partido a continuação de uma persistente e diversificada política de relações internacionais orientada para a cooperação dos comunistas e de todas as forças progressistas e para a concretização de iniciativas comuns ou convergentes.

Exige também a promoção e apoio a iniciativas de solidariedade internacionalista, em particular para com os povos de Angola (dando um novo impulso à campanha em curso), Moçambique, Cuba, África do Sul, Palestina, Timor-Leste e demais povos vítimas da política de ingerências e agressão imperialista.

25 de Junho de 1993

O Comité Central do Partido Comunista Português

TRABALHADORES

Comunistas eleitos nas listas unitárias reafirmam compromisso com os bancários

«Vamos empenhar-nos na luta por uma revisão salarial digna»

Até ontem, a Associação Portuguesa de Bancos, de acordo com o prazo definido na lei, deveria ter entregue aos sindicatos a sua contraproposta de revisão salarial para este ano. José António Antunes, Alexandrino Saldanha e Manuel Palma, membros do executivo do organismo de bancários da Organização Regional de Lisboa do PCP, prevêem que os valores adiantados pelo patronato não irão ser muito diferentes dos que têm surgido noutros sectores, e sublinham que só com a luta os trabalhadores da banca conseguirão uma actualização justa e digna da tabela salarial.

Os comunistas vão, juntamente com os demais bancários eleitos em listas unitárias para as estruturas representativas da classe, continuar a dar o seu melhor, nesta como noutras batalhas de um momento em que os banqueiros privados substituem os administradores nomeados pelo Governo, sem que daí venha qualquer bem para quem trabalha nos bancos.

Exigência realista

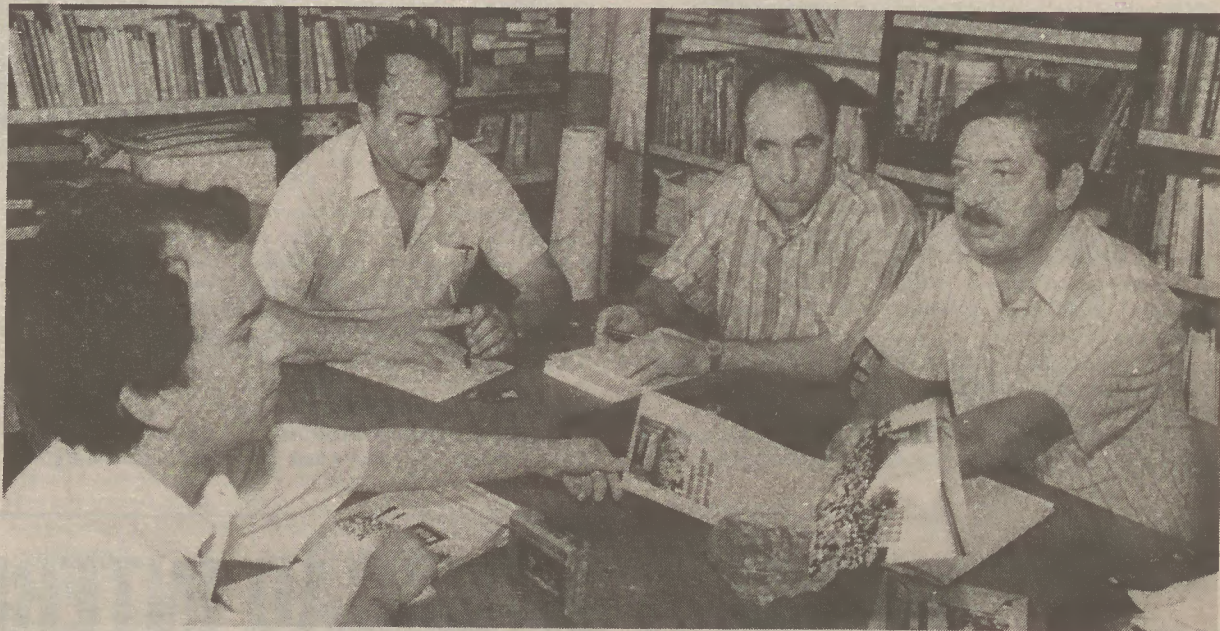
Os eleitos nas listas unitárias defenderam que uma proposta justa de revisão salarial deveria ter em conta a inflação verificada em 1992 (incluindo os valores da habitação), a participação dos trabalhadores nos ganhos de produtividade do sector e uma aproximação, ainda que mínima, aos salários praticados na generalidade dos países da Comunidade Europeia - recordou Alexandrino Saldanha, vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que esteve envolvido na preparação da proposta sindical desde o início.

A partir destes critérios, os eleitos unitários defenderam no SBSI uma actualização salarial de 12 por cento. Como em Maio explicaram, num comunicado aos trabalhadores, este era um valor justo, correcto, e realista que «não põe minimamente em causa a capacidade económica do sector».

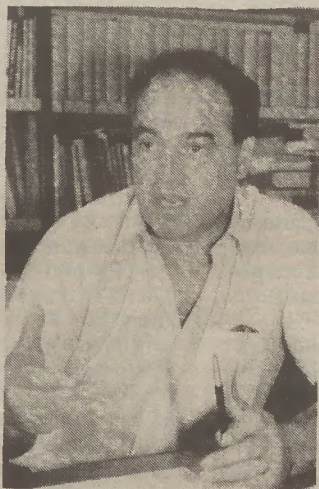
Assim não entenderam outros dirigentes, nos três sindicatos que subscrevem a proposta entregue em 31 de Maio à associação patronal. No Sul e Ilhas, por exemplo, os socialistas defenderam aumentos de 9,9%; foi acordado um valor entre 10,5 e 10,75%, a propor aos restantes sindicatos. Os dirigentes socialistas do Centro propunham, no entanto, apenas 9,6%, enquanto a direcção do Norte (maioria PSD, com socialistas e centristas) sugeria 10,2 ou 10,4%.

Negociação difícil, onde os eleitos unitários tiveram que insistir nos fundamentos da sua proposta e onde foram surpreendidos (sabe-se lá se só eles...) pelo ar de desconhecimento total com que Daniel Bessa (esse mesmo, a «sombra» socialista das Finanças e das semelhanças PS-PSD, que é também assessor do Sindicato dos Bancários do Norte) reagiu à exigência de inclusão da habitação nos cálculos da inflação anual.

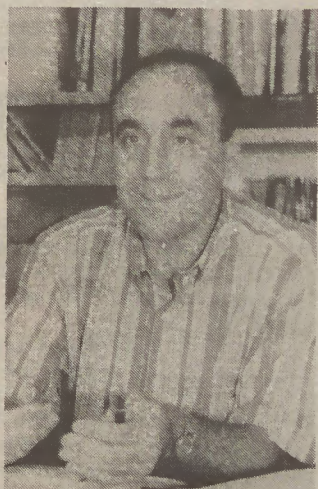
Por fim, os três sindicatos acordaram um valor comum de 10,37%. «Foi a justeza da argumentação utilizada pelas listas unitárias que influenciou a construção da proposta sindical», afirmam os eleitos destas listas num comunicado que divulgaram há duas semanas e no qual explicavam por que concordaram com aquele valor, reafirmando que «os eleitos das listas unitárias empenhar-se-ão, com todas as suas forças, em defender a proposta sindical de 10,37% e na informação e mobilização necessárias à luta pela obtenção deste objectivo, não pactuando com situações que ponham em causa a dignidade da classe».



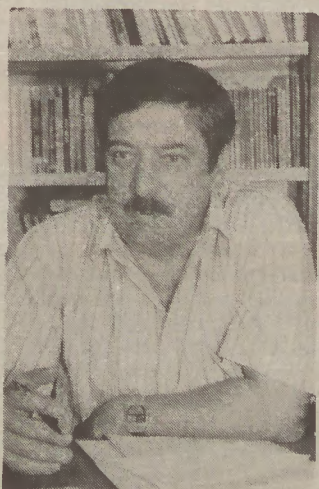
A mobilização dos trabalhadores para a luta é fundamental para resolver os problemas da banca e dos bancários, defendem os comunistas eleitos nas listas unitárias para as estruturas representativas da classe



José António Antunes, coordenador das CTs da banca



Alexandrino Saldanha, vice-presidente do SBSI



Manuel Palma, do secretariado sindical do BPSM

Números a ter em conta

- Na banca, os custos com pessoal, que incluem os complementos e *benesses* atribuídos à margem da contratação e a uma pequena minoria, têm vindo a diminuir sucessivamente nos últimos anos. Em 1991, representaram 10,76% dos custos totais, e em 1992 a diminuição deve voltar a verificar-se. Na indústria, este índice é de 15%, enquanto na generalidade da actividade económica nacional atinge os 17%.

- Com efeitos a 1 de Janeiro, o Montepio Geral aumentou em 8% a sua tabela interna, que é assim superior em 12% à tabela do acordo colectivo do sector.

- O Banco Totta e Açores aplicou, com efeitos a 1 de Maio, uma tabela salarial 7% superior à do acordo colectivo.

- Os resultados brutos da banca passaram de 147 milhões de contos, em 1987, para 519 milhões de contos, em 1991. Mas os bancários

não disfrutaram da boa situação do sector. Enquanto a banca portuguesa beneficiou de margens de intermediação e obteve lucros muitos superiores à restante banca europeia, os salários médios dos bancários portugueses continuam extremamente afastados dos dos restantes trabalhadores europeus.

- Segundo os balanços sociais estudados pela comissão coordenadora das comissões de trabalhadores da banca, de 1991 para 1992 as remunerações de base dos membros dos órgãos sociais dos bancos aumentaram, em média, 31%; houve bancos que ultrapassaram os 40% e um chegou mesmo aos 64%. Quanto às remunerações dos trabalhadores, ficaram-se pelos 16% de aumento; mas para esta percentagem contribuiu o forte aumento das *isenções* de horário, pelo que os aumentos reais da maioria dos bancários foram ainda inferiores.

Defender o emprego e os direitos

Embora no cômputo global não haja uma diminuição dos postos de trabalho na banca, a verdade é que há instituições onde são muito fortes as pressões para que os trabalhadores aceitem reformas antecipadas. Quando Manuel Palma, que faz parte do secretariado sindical do Pinto e Sotto Mayor, referiu este ambiente e as «saídas em revoada» que ali se vivem, logo foram lembrados também o BNU e o Banco de Portugal.

Estão a deixar os bancos, sobretudo, trabalhadores do escalão etário dos 40 anos que, como sublinhou José António Antunes, citando estatísticas, estão «na plenitude das faculdades». O coordenador das comissões de trabalhadores da banca referiu recentes declarações públicas de banqueiros que vêm um excesso de 10 mil bancários no actual quadro de pessoal, e apelou de seguida ao combate contra o clima que os patrões e o Governo tentam criar: «Há dirigentes sindicais e trabalha-

dores que pensam que, para evitar o desemprego, o melhor é não reivindicar melhores salários. Mas as coisas não são assim, a nosso ver. A luta por melhores salários é justa e é também uma forma de dinamizar a luta em defesa do emprego».

Os direitos conquistados pela luta de muitos anos estão igualmente a ser postos em causa e, para os defender, também é necessário combater com firmeza, entendem os comunistas e os seus aliados nas estruturas representativas dos bancários. Durante a entrevista ao «Avante!» foi referido o caso do BESCL, onde a limitação dos direitos dos trabalhadores marcou o período de preparação da privatização e se acentuou depois da venda do banco.

As alterações de propriedade dos bancos privatizados, nota Alexandrino Saldanha, vieram mostrar uma «consonância de objectivos» e de política entre os governos que prepararam as privatizações e os banqueiros. Antes, como depois da privatização, há tentativas para *comprar* direitos, continuam as pressões para impor aumentos de horário (e para a prestação de trabalho extraordinário não remunerado, apesar de ter dado alguns frutos a campanha sindical contra esta situação)...

Também José António Antunes é de opinião que «não há diferenças fundamentais na situação social que se vivia nos bancos com as administrações do Governo ou com as administrações dos banqueiros privados». No Banco Pinto e Sotto Mayor verifica-se até uma clara concertação entre Governo e banqueiros, acusa Manuel Palma, apontando o processo dos subsídios de valorização que o BPSM deve aos seus trabalhadores: antes de responder aos sindicatos, a administração reconheceu que aguardava uma indicação do Governo; este até emitiu um despacho, em Março de 1993, estipulando qual a interpretação «correcta» (favorável ao banco, pois claro!) da resolução do Conselho de Ministros de Maio de 1980 que agora é invocada para recusar o pagamento da dívida.

Tiro... pela culatra

Quer as pressões para a saída de trabalhadores, quer as tentativas de limitar direitos, inserem-se numa estratégia que tem por objectivo prioritário liquidar quaisquer focos de resistência à política que Governo e banqueiros querem aplicar e às situações de injustiça e descontentamento a que tal política dá origem. Esta é a convicção dos três camaradas que entrevistámos e que apontam como via de resistência dos trabalhadores o desenvolvimento de todas as lutas justas e o exercício dos direitos conquistados.

A substituição de trabalhadores do escalão dos 40 anos por jovens formados, recrutados através de uma apertada selecção, com contratos individuais e um período de 6 meses «à experiência», é um investimento político dos responsáveis da banca, consideram os comunistas eleitos nas listas unitárias. Mas, como disse José António Antunes, o lucro é provisório: «Saem trabalhadores com experiência de luta e acção sindical, mas os jovens recém-entrados no mercado de trabalho, pelos problemas concretos que enfrentam no dia-a-dia, vão ganhando experiência e consciência, vão começando a participar na vida laboral e até se aproximam das listas unitárias».

Refere, a propósito, os resultados das recentes eleições (impugnadas num processo que referimos no último «Avante!») para a Comissão Nacional de Trabalhadores do BESCL: «Desde as eleições de há 2 anos deixaram o banco uns 800 trabalhadores e entraram cerca de 300. Mesmo assim, a lista unitária foi a única que subiu de votos.»

MÉDICOS QUEREM MELHOR SAÚDE

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul fez na semana passada uma forte denúncia da grave situação que se vive na área da saúde, acusando o ministro Arlindo de Carvalho e o Governo de quererem abafar os problemas e ilibar os administradores nomeados sobretudo por critérios políticos. O presidente do sindicato, Mário Jorge, lembrou que, enquanto em Portugal se destina à saúde uma verba equivalente a 3,8 por cento do produto interno bruto, a percentagem mínima indicada pela Organização Mundial de Saúde para os países do «terceiro mundo» é de 5 por cento. Arlindo de Carvalho mostrou-se particularmente «ferido» pela revelação de uma confidência que fez a um dirigente médico mostrando a sua preferência por «abafar» as mortes da hemodíalise de Évora. Na conferência de imprensa, Mário Jorge apelou ainda aos jornalistas para que exijam a clarificação das mortes nos hospitais de Santa Marta (8 pessoas infectadas por uma bactéria detectada na unidade de cirurgia cardiotorácica) e Santa Maria (2 pessoas, por falta de ventiladores na unidade de tratamentos intensivos), em Lisboa, de modo a evitar que estas sejam abafadas.

A par da «gravíssima situação de degradação de todo o sistema de saúde, provocada intencionalmente pela política do Governo», o sindicato verifica um «grande movimento espontâneo a nível dos serviços», com «sucessivas tomadas de posição de médicos a denunciar as degradadas condições de trabalho a que estão sujeitos», como refere a Lusa no texto sobre a conferência de imprensa de dia 22. Esta atitude tem custado caro a vários profissionais, referiram os dirigentes do sindicato, apontando os casos dos directores dos centros de saúde de Oeiras, Ajuda e Alto São João, exonerados «em condições estranhas» e «não porque não fossem competentes, mas porque criticaram as condições de trabalho existentes». O SMZS exigiu a alteração da actual política de saúde, que considerou como «nalguns casos criminosos». Entre os exemplos apontados de mau funcionamento de serviços um pouco por todo o País, os sindicalistas referiram unidades de saúde em São Brás de Alportel, Aveiro, Beja, Lisboa (hospitais Egas Moniz e Curry Cabral), sublinhando que «os médicos não querem ser bodes expiatórios da incompetência do Governo».

Os problemas da saúde e dos médicos foram expostos na segunda-feira ao Presidente da República que recebeu, em audiências separadas, o bastonário da Ordem e dirigentes da Federação Nacional (Fnam).

MANIFES DE CHOQUE

A União dos Sindicatos de Lisboa protestou pela demonstração de força que tem constituído a mobilização da polícia de choque por ocasião das mais recentes manifestações de trabalhadores. Num comunicado de imprensa da sua Comissão Executiva, a USL afirma que «tal facto, perante gente e movimentações pacíficas, como tal sempre confirmadas, assume um carácter agressivo policial, só por si estimulador da exaltação dos ânimos e de natural revolta», pelo que «responsabiliza desde já as autoridades distritais e governamentais para qualquer repressão que venha a ter lugar».

Para a USL, «a ameaçadora presença policial - que, por desmesurada, ultrapassa de longe a função cívica da polícia - vem, aliás, na sequência das filmagens dos participantes em concentrações e manifestações, da escuta telefónica a sindicatos e da infiltração de agentes secretos nas movimentações sociais».

COMERCIAL DESPEDE MAIS

Metade dos jornalistas da Rádio Comercial receberam na semana passada uma carta da administração a convidá-los para, no prazo de 7 dias (que termina hoje), aceitarem a rescisão «amigável» do contrato de trabalho.

Em declarações à Lusa, o presidente do Sindicato dos

Jornalistas, António Matos, aconselhou a que não fosse aceite a rescisão (o contrário implicaria a perda do subsídio de desemprego) e lembrou que os relatórios prévios à privatização mostravam que a Rádio Comercial era rentável.

CISL

Uma delegação da CGTP-IN constituída por Florival Lança, da Comissão Executiva e responsável pelas Relações Internacionais, e José Manuel Carinhas, do departamento internacional, encontra-se em Roma para participar, como convidada, no 12º Congresso da CISL (Confederação Italiana dos Sindicatos Livres), que ali decorre desde segunda-feira até amanhã.

TRABALHADORES

A política do Governo a isso obriga A luta vai continuar mesmo no período de férias

As federações de sindicatos da CGTP-IN entendem que é necessário, mesmo no período de férias, que os trabalhadores prossigam a luta pelo desbloqueamento da negociação colectiva, em defesa dos postos de trabalho e pela resolução dos problemas existentes em várias empresas.

O forte agravamento do desemprego expressa-se em 24500 novos inscritos por mês nos centros de emprego e, alertam as federações, poderá tornar-se «explosivo, se entretanto não for invertida a política económica e social». As federações da CGTP «rejeitam firmemente as teses patronais e governamentais que defendem a necessidade de baixos salários para combater o desemprego», afirma-se no comunicado de imprensa distribuído segunda-feira após a reunião, acrescentando que aquelas teses «caem por terra quando é sabido que a política de baixos salários prosseguida pelo Governo e pelo patronato tem sido acompanhada pelo aumento brutal do desemprego».

Ao analisarem a situação da negociação colectiva, as federações constataram que o primeiro-ministro «não só ainda não tomou nenhuma medida que contribua para o seu desbloqueamento, como o seu Governo, com o apoio do patronato, persiste na mesma política de contenção salarial». Condenando esta atitude, as federações insistem em reclamar de Cavaco Silva - tal como foi feito na recente concentração em São Bento de 77 comissões negociadoras sindicais - «medidas efectivas que visem o desbloqueamento da

contratação e que garantam o livre exercício da negociação colectiva».

Apontando a «necessidade de prosseguir a luta reivindicativa», o comunicado refere algumas acções já marcadas para os próximos dias em Lisboa, envolvendo trabalhadores de empresas do sector têxtil (7 de Julho), da metalurgia (dia 8), da Quimigal (em data a anunciar), das Pirites de Aljustrel (dia 22) e do sector alimentar (dia 14).

Vidreiros

Mais de meio milhar de trabalhadores da indústria vidreira da Marinha Grande, sobretudo das empresas Ivima e Manuel Pereira Roldão, deslocaram-se no passado dia 23, a pé, até ao Governo Civil de Leiria, onde entregaram um documento exigindo um plano de emergência que comporte um fundo de apoio ao pagamento dos salários e permita a viabilização e modernização do sector cristaleiro. Aos trabalhadores juntaram-se os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, solidários com a luta que procura evitar a liquidação de um milhar de postos de trabalho num concelho onde empresas de outros sectores também vivem sérias dificuldades. O governador civil, que recebeu uma comissão representativa dos vidreiros, afirmou à imprensa que a manifestação se insere numa campanha de aproveitamento político e que as soluções que a Associação de Industriais da Cristalaria vai apresentar amanhã não virão resolver os problemas dos actuais trabalhadores.

De regresso à Marinha Grande, os trabalhadores da Ivima e M. P. Roldão, a quem o patronato deve mais de cem mil contos (segundo a correspondente local do «DN»), decidiram interromper por 20 minutos o trânsito na Estrada Nacional Nº1, em Leiria.

É admitido o recurso a outras formas de luta, enquanto nestes próximos dias deverá ter lugar a assembleia de credores da Ivima, empresa cujo encerramento poderá ocorrer a muito breve prazo, uma vez que a Segurança Social (principal credor) não estará disposta a prorrogar para além de dia 4 o prazo da gestão controlada.

TAP

As greves de dias 23 e 28 voltaram a registar elevados índices de adesão, o que dá «um novo alento» à luta dos trabalhadores da TAP contra o regime sucedâneo e em defesa da empresa e dos postos de trabalho, como referiu um dirigente do Sitava ao «Público». Durante a greve de segunda-feira mais de uma centena de trabalhadores da TAP no Algarve concentraram-se frente ao Governo Civil de Faro, onde entregaram um documento criticando a má gestão da companhia ao longo dos anos e exigindo um projecto credível de recuperação da transportadora aérea nacional.

A estrutura sindical anunciou, em conferência de imprensa no dia 24, que vai apresentar queixa contra a administração pela ausência de liberdade de negociação

colectiva. Panasqueira

Apenas 9 mineiros trabalharam no dia 25, o que significa uma adesão de 98 por cento à greve de 24 horas que teve lugar nesse dia na Panasqueira, em protesto contra o anúncio feito pela administração de que não negociaria aumentos salariais antes de 1995. Mesmo sem a participação do sector administrativo, esta paralisação foi uma das maiores de sempre, afirmou, à Lusa José Azevedo, da comissão intersindical das Minas da Panasqueira.

Professores

Os professores de Português na Europa fizeram na semana passada uma greve de 48 horas contra o despacho do Ministério da Educação que regulamenta o concurso para preenchimento de vagas. O regulamento de concursos, refere a Fenprof numa nota de imprensa em que se manifesta solidária com aqueles docentes, não foi negociado com os sindicatos e obrigará ao retorno de centenas de professores que serão substituídos por outros sem qualquer experiência no estrangeiro e desconhecedores dessa realidade, além de implicar o encerramento de muitos cursos e a restrição à sua abertura.

Para ontem estava convocada pelo Secretariado Nacional da Fenprof uma assembleia nacional de dirigentes e delegados sindicais para perspetivar a acção reivindicativa para o início do próximo ano lectivo.

Jovens

Também para ontem, a Interjovem dos distritos de Lisboa e Setúbal marcou uma acção de protesto contra as propinas, a miragem do oásis, o trabalho infantil e o desemprego, pelos direitos e por uma autêntica política de juventude. Os jovens iam deslocar-se de bicicleta aos ministérios-problema da Educação, das Finanças e do Emprego e à secretaria de Estado da Juventude, concentrando-se de tarde na Praça de Londres.

Enfermeiros

Em plenário realizado dia 22, os enfermeiros das clínicas e hospitais privados admitiram recorrer à greve se a associação patronal, no prazo de 30 dias, não deixar de colocar obstáculos à aplicação do contrato colectivo em vigor, que prevê aumentos salariais faseados até 1995 com o objectivo de aproximar as remunerações das que são praticadas na Função Pública.

2 mil pessoas no Barreiro por uma política diferente

Cerca de duas mil pessoas participaram na concentração no Parque Catarina Eufémia e no desfile pela Avenida Alfredo da Silva, no

passado dia 24 no Barreiro. Promovida pela União dos Sindicatos do Barreiro e Moita, esta manifestação teve por objectivo demonstrar o descontentamento dos trabalhadores e da população, bem como a sua determinação em defender os seus direitos e interesses e fazer frente à política do Governo de Cavaco Silva.

Durante a concentração entrevistaram Rui Paixão (da Comissão Executiva da CGTP), Pedro Canário (presidente da Câmara Municipal do Barreiro) e José Antunes (do Sindicato dos Ferroviários), e foi aprovada uma resolução onde se critica severamente o executivo laranja e «a incapacidade da sua política para a resolução dos problemas presentes, agravados com mais uma das crises agudas do sistema capitalista». O documento refere as mais graves consequências desta política no concelho, reafirmando que os trabalhadores «continuarão a desenvolver a luta nas empresas, nos locais de trabalho, onde for necessário, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna».

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE
E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO
EM PORTUGAL

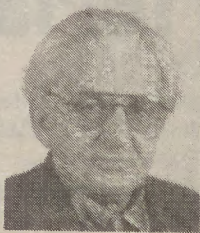
edições
Avante!



PODER LOCAL

Candidaturas CDU

Águeda – O eng. David Valente de Almeida e o dr. Paulo Sucena são os nomes que, respectivamente, encabeçam as listas à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Águeda. O candidato à presidência da edilidade é um prestigiado industrial, oriundo de uma família de tradições democráticas e republicanas, tendo aderido ao PSD, partido pelo qual foi eleito presidente da Assembleia Municipal de Águeda. Entretanto, a sua atitude crítica em relação à política autárquica do PSD e o seu respeito público pelo trabalho da CDU bem como a disponibilidade que manifestou para participar nas listas da coligação, levaram a CDU a candidatá-lo à presidência da Câmara, «abrindo assim caminho à decisão política de renovar e abrir as suas listas aos democratas que apoiam o projecto da CDU para a melhoria da qualidade de vida e para o aprofundamento da vivência democrática no concelho».



Eng. David Valente Almeida

O candidato à Assembleia Municipal é Paulo Sucena, membro do Comité Central do PCP, presidente do Sindicato dos professores da Grande Lisboa, secretário nacional da FENPROF, juiz social por parte dos trabalhadores, no Tribunal do Trabalho de Lisboa, e é colaborador principal do semanário «Soberania do Povo».

Alcanena – Em recente reunião da Coordenadora CDU, realizada em Alcanena, foi anunciada a recandidatura, à presidência da Câmara Municipal, de Valdemar Henriques, de 43 anos de idade, programador de fabrico, membro da DORSA, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e coordenador da União de Sindicatos de Santarém. A CDU fez ainda o balanço da política desenvolvida pelo PS à frente da autarquia, constatando a necessidade da voz da CDU na edilidade «firme e coerente na defesa dos interesses das populações».

Alvito – Lopes Guerreiro é o candidato da CDU à Câmara Municipal, apresentado durante o recente Encontro Concelhio em que participaram José Soeiro, da Comissão Política do PCP. Este dirigente comunista saudou o cabeça de lista, salientando que o candidato, «pela sua experiência, seria um bom candidato em qualquer câmara do distrito», realçando de seguida a obra da CDU no distrito e a importância de se obter um resultado que permita o enfraquecimento do PSD e retomar o trabalho «interrompido com o afastamento da maioria CDU no concelho do Alvito».

Lopes Guerreiro é vereador substituto da CM de Beja há 11 anos, é presidente do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Distrito de Beja e presidente da Comissão Instaladora da Região de Turismo da Planície Dourada.

Barcelos – No passado sábado, em sessão realizada na Albergaria Condes de Barcelos, foram apresentados os cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal do concelho, respectivamente Carlos Silva e Artur Lemos. Carlos Silva é docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, dirigente sindical do Ensino Superior e autarca independente pelo PS. Artur Lemos, candidato à Assembleia Municipal tem 49 anos, é professor do ensino básico, membro do Executivo da Junta de Freguesia de Arcozelo, e foi membro da Comissão Administrativa da CM de Barcelos entre 1975 e 1976. É militante do PCP.

Na sua declaração, o candidato independente pela CDU, Carlos Silva, condena a gestão da câmara pelo PSD, que «usa e abusa da maioria absoluta» e considera o PS «como partido de oposição tem funcionado de modo tívio, ambíguo e objectivamente conivente». Comentando a indisponibilidade do PS em coligar-se com a CDU, Carlos Silva afirma que «quem recusa caminhar com alguém, não pode, toda-

via em democracia, impedir que este siga o seu rumo», apelando aos «descontentes ou enganados com o PSD, cidadãos de esquerda descontentes ou desiludidos com o PS» para que «pressionem o PS a encontrar uma plataforma de entendimento com a CDU».

Baião – Manuela Pereira e Manuel Rodrigues são os candidatos da CDU à Câmara e à Assembleia Municipal de Baião, apresentados no passado dia 20 de Junho, no decorrer de uma sessão pública realizada na escola secundária de Campelo. Manuela Pereira é candidata independente, tem 37 anos e é industrial do sector do vestuário no concelho, desde 1983. Manuel Rodrigues, tem 42 anos, é empregado de escritório e eleito na AM de Baião desde 1990, tendo sido eleito na Assembleia de Freguesia de Ancede, entre 1985 e 1989. É militante do PCP. Na sua declaração, a cabeça de lista à presidência da Câmara disse que a sua candidatura era independente, mas apoiada pelo Partido Ecologista «Os Verdes», integrado na Coligação Democrática, afirmando que «o que está em causa não é a cor política mas sim a necessidade de mudança para algo melhor e com futuro mais risonho».



Manuela Pereira



Manuel Rodrigues

Condeixa-a-nova – A CDU divulgou recentemente os cabeças de lista à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova, autarquia actualmente com gestão socialista. O candidato à presidência da edilidade é Alípio Amaral, de 37 anos, membro da Comissão Concelhia de Condeixa-a-Nova e da DORC do PCP, tendo pertencido à JOC e ao Movimento da Juventude Trabalhadora. Sempre ligado ao movimento associativo e desportivo, quer como dirigente, quer como atleta ou treinador, Alípio Amaral integra ainda há 14 anos a Assembleia Municipal, onde faz parte de três comissões. O candidato à Assembleia Municipal é Miguel Pessoa, de 41 anos, membro da Comissão Concelhia de Condeixa-a-Nova do PCP, licenciado em História, arqueólogo/museólogo, é técnico superior do IPM - Secretaria de Estado da Cultura e membro de Associações Culturais de âmbito nacional e internacional.

Montemor-o-Velho – Jorge Carneiro e João Carlos Abrantes são os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal, apresentados no encontro de activistas da CDU, realizado no reunidos no passado dia 20 de Junho. A reunião definiu como objectivos a necessidade da participação da CDU na gestão da edilidade, o aumento do número de eleitos na Assembleia Municipal, «justificado pelo exemplo do trabalho aí desenvolvido pelos seus membros» e a manutenção da presidência CDU na Freguesia de Santo Varão.

Refira-se que o candidato à presidência da Câmara, Jorge Carneiro, tem 34 anos, natural de Montemor-o-Velho, é economista e consultor de Comércio Externo. João Carlos Abrantes, tem 48 anos, é engenheiro técnico, foi presidente do Infantário de Montemor e da Direcção dos Bombeiros, deputado à Assembleia da República e vereador da CM de Montemor, sendo actualmente membro da Assembleia Municipal.

Pontinha – Fátima Amaral é a cabeça de lista da CDU à Assembleia de Freguesia da Pontinha. A candidata é actualmente tesoureira da Junta e foi recentemente apresentada num encontro da CDU em que participaram cerca de 200 pessoas. Na sessão interveio José Rochinha, o actual presidente da Junta, que afirmou estar certo de que «o bom trabalho da CDU irá continuar e

(Continua na página 9)

Vereadores CDU pedem suspensão do plano de Ordenamento Sintra/Cascais

Os vereadores da CDU na Câmara de Cascais, Vítor Silva e Carlos Sota, lamentam que o secretário de Estado dos Recursos Naturais se prepare para aprovar o Plano de Ordenamento da Área Protegida Sintra/Cascais (PPSC), sem que a Câmara de Cascais o tivesse conhecido e discutido na sua versão final.

Esta atitude do secretário de Estado revela desrespeito pelo Executivo camarário que desconhece o dito plano.

Os vereadores da CDU relembram que foi o Partido Socialista através dum vereador seu que aprovou tal plano sem para isso estar mandatado.

Para os vereadores da

CDU a situação é ainda mais grave, quando o Plano de ordenamento da APPSC não está articulado com o Plano Director Municipal (PDM) que está em fase final de elaboração.

Por outro lado, a recente posição do actual Presidente da Câmara à Comunicação Social é por si só reveladora de um desinteresse gravíssimo por tão importante Área e o que ela representa para o concelho de Cascais e sua população, quando afirmou «desconhecer o Plano, embora se o mesmo contemplar algumas preocupações, estarei de acordo».

Para os vereadores da CDU não está em causa, bem pelo contrário, a elabo-

ração de um Plano de ordenamento. Mas queremos e defendemos um Plano que seja discutido e articulado com os municípios e que tenha como grande objectivo: a defesa de tão importante Património Natural, Paisagístico e Ecológico.

Os vereadores da CDU vão solicitar ao secretário de Estado dos Recursos Naturais a suspensão e a revisão do Plano de Ordenamento da Área Protegida Sintra/Cascais.

Por último, os vereadores da CDU reservam-se o direito de utilizar todos os mecanismos legais, recorrendo a instâncias superiores e de direito, de modo a impedir tão gravosa afronta ao município.

Novas composições nada alteraram

– diz a Comissão de Utentes da Linha

«Ao contrário das afirmações do Governo e da CP, a entrada das novas composições em circulação não veio alterar significativamente o panorama vivido na Linha», refere em comunicado a Comissão de Utentes da Linha de Sintra que acrescenta: «Constatamos, isso sim, incumprimentos diários dos horários e até o corte sistemático de composições em «horas de ponta», cujo exemplo mais flagrante tem vindo a verificar-se nos «curtos» que partem da Amadora. Esta situação, como é óbvio, afecta diariamente milhares de utentes.

Dois acontecimentos recentes levaram a Comissão de Utentes a solicitar uma audiência à CP, com carácter de urgência.

Um é o acidente do passa-

do dia 14 deste mês, na Estação do Rego, em que dois comboios colidiram, tendo provocado 16 feridos.

Se o sistema de velocidade (CONVEL) estivesse a funcionar, tal como foi exigido pela Comissão de Utentes e prometido pelo ministro dos Transportes aquando do acidente na Cruz da Pedra, este acidente não se teria verificado.

A segurança dos Utentes não se compadece com o imobilismo e as promessas dos responsáveis. Exigimos por isso, que o CONVEL e o sistema de sinalização na Linha (previsto só para 1995) sejam urgentemente instalados.

O outro, refere-se ao recente anúncio pela CP da redução de comboios nos horári-

os nocturnos. Constatamos que desde o início de 1992, em que circulavam 11 comboios nestes horários, passam a circular apenas 4 comboios.

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra protesta energeticamente contra a concretização desta medida, pois considera que os utentes destes horários não devem ser ainda mais penalizados pelo facto de exercerem a sua actividade profissional, ou outra, neste período.

É de notar que uma medida tão impopular e injusta como esta, foi concretizada sem ter em conta a opinião e os interesses dos Utentes da Linha de Sintra, o que, num país democrático, é absolutamente inaceitável para um serviço dito público.»

Convívio em Sines com trabalhadores autárquicos

Promovido pela Comissão Eleitoral da CDU, realizou-se no passado dia 22, no Salão do Povo de Sines, um jantar-convívio com os trabalhadores das Autarquias de Sines.

Esta iniciativa inseriu-se num conjunto mais vasto de acções «que visam a sensibilização da população para a importância das próximas eleições autárquicas». No caso vertente a iniciativa foi dirigida aos trabalhadores das autarquias, embora tivessem assistido muitos familiares e outros apiantes da CDU.

Cerca de 200 pessoas conviviam durante algumas horas e manifestaram o seu inequívoco apoio à Coligação.

No uso da palavra, Francisco Pacheco, actual presidente da Câmara e cabeça de lista da CDU às próximas eleições autárquicas, fez questão de salientar a grande importância dos trabalhadores das autarquias sineenses nas transformações que se têm operado na nossa terra; acrescentado de seguida que «mau grado as investidas do Governo contra o Poder Local o cerco legislativo a que os trabalhadores estão sujeitos e ainda a incompreensão da posição local a Câmara Municipal a que preside tudo fará para manter o actual quadro de pessoal, a terminar Francisco Pacheco fez um apelo ao empenha-

mento ainda maior dos trabalhadores na dignificação da sua terra».

Por outro lado, Lídia Silvestre, falando em nome dos trabalhadores, fez questão de salientar a importância do voto e do Poder Local; lembrando que desde que deram a voz à população esta tem optado desde as primeiras eleições pela CDU; referindo igualmente as más leis que este Governo tem produzido em prejuízo dos trabalhadores e que têm sido habilidosamente contornadas pelos eleitos da CDU, que até agora têm conseguido evitar o desemprego dos contratados, que a lei obrigava a pôr na rua.

PODER LOCAL

Desmandos do presidente colocal freguesia da Sé em má situação

Num momento em que voltam a assumir proporções de escândalo os desmandos cometidos pelo Presidente da Junta de Freguesia da Sé e em que a situação financeira da autarquia indicia insolvência a breve trecho, a Coordenadora da CDU do concelho de Faro emitiu o seguinte comunicado:

1. É bom que se saiba que a criação de um Centro de Dia pela Junta de Freguesia da Sé não consta do Plano de Actividades da Junta, não tem dotação orçamental, e nunca foi discutida pelo executivo. A obra é clandestina, não foi objecto de estudo prévio, não tinha projecto, não tinha nem tem a anuência dos moradores do prédio, nem licenciamento, nem parecer da Segurança Social. Contudo, foram já nela investidos milhares de contos. Como é óbvio, a CDU não está contra os Centros de Dia, mas entende que são uma incumbência prioritária do Estado e entende também que este Centro de Dia, em particular, não reúne as condições necessárias para prestar o serviço a que diz destinado e, mais tarde, serão os idosos a sofrer as consequências de tantas ilegalidades.

2. As dificuldades financeiras da Junta devem-se prioritariamente à política que vem sendo seguida pela maioria PSD da Junta e, particularmente, pelo seu Presidente. Assim, são numerosas as rubricas orçamentais que acusam despesas muito superiores às verificadas em igual período do ano transacto (despesas de representação, por exemplo), quando, paralelamente, as receitas acusam acentuada quebra. Por outro lado, os gastos feitos são frequentemente de natureza

sumptuária (móveis, sofás, cortinados, em gabinetes subaproveitados, inaugurações, etc.), ou visam objectivos eleitoralistas.

3. Em contrapartida, obras e iniciativas que, essas sim, constam do Plano de Actividades, visam responder a anseios e solicitações de munícipes, e dispõem de dotação orçamental foram remetidas para as calendas gregas, como é o caso da informatização da Junta, do Prémio Literário e, sobretudo, do arranjo do caminho do Gional e do fornecimento de água a um aglomerado habitacional do Areal Gordo talvez porque daí não resultassem dividendos eleitorais.

4. A última palavra para a falta de democraticidade interna desta Junta de Freguesia. Ao anular reuniões sucessivas do executivo, desde a última, que se realizou em 19 de Maio, é a marginalização dos «incómodos» vogais da CDU que se procura, mas é, também e sobretudo, a tentativa de impedir a discussão dos problemas reais da população que se busca.

Queremos, enfim, lamentar que o PS tenha permitido que os seus dois vogais demissionários da Junta fossem substituídos por elementos do PSD. As ilegalidades gritantes que o Presidente desta autarquia comete novamente, aparentemente convicto de que goza de impunidade, decerto não se verificaríamos se o PS acompanhasse a CDU na defesa intransigente da legalidade democrática e dos interesses das populações.

«Carta do Ambiente»

Entretanto, a CDU anunciou que está a preparar uma

«Carta do Ambiente» para Faro.

«Estamos interessados em assegurar um futuro mais próspero e uma melhor qualidade de vida para o concelho de Faro e por isso queremos preparar soluções que constarão do programa da CDU nas próximas autárquicas», salientou João Goulão, o candidato à Presidência da Câmara nas próximas autárquicas, na última reunião da comissão coordenadora da sua campanha que se reuniu esta semana.

Na altura foi decidido iniciar «contactos que permitam auscultar os problemas e as carências de todos os sectores do concelho» para depois se estudarem soluções.

No âmbito destas iniciativas, realizou-se já uma primeira reunião com a Quercus, uma das associações ambientalistas representada na região.

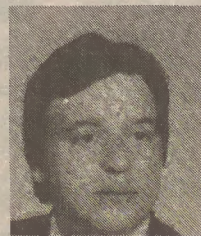
Do levantamento dos problemas efectuado, que será complementado com outros contactos, considerou a equipa da CDU a necessidade de se iniciar desde já a elaboração de uma «Carta do Ambiente» a incluir no programa da candidatura e onde sejam definidos os objectivos para promover a qualidade ambiental do concelho. Uma das prioridades é a qualidade da água e a correcta gestão deste bem tão precioso.

Para permitir a procura de consensos em torno de critérios rigorosos que a gestão camarária deverá assumir, a CDU vai realizar em breve um debate público sobre a água que no concelho sabemos não ter a melhor qualidade, para que possam tomar medidas em defesa da população de Faro.

Candidaturas CDU

melhorar». Falaram ainda Fátima Amaral, que assumiu o compromisso de «tudo fazer em defesa dos interesses da população em geral, dos comerciantes, dos jovens e reformados», seguindo-se Demétrio Alves, presidente da CM de Loures. A encerrar a sessão interveio José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, que sublinhou a necessidade de envolver «todos os militantes do Partido, todos os activistas da CDU numa campanha dinâmica, confiante, de massas».

S. Domingos de Rana – A recandidatura de João Camilo Vincent, actual presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, foi publicamente anunciada na Colectividade 1º de Maio, em Tires, perante cerca de 150 pessoas. O candidato disse na altura: «recandidato-me pela confiança no trabalho realizado, pelo empenho da CDU em reduzir as assimetrias deste concelho e pela confiança na vitória CDU nas próximas eleições autárquicas».



João Camilo

Na ocasião intervieram ainda Carlos Sota, candidato da CDU à CM de Cascais, e Jorge Cordeiro, membro do Conselho Nacional do PCP. Este dirigente comunista criticou a gestão da direita e do PSD na Câmara de Cascais afirmando que «nestes últimos 13 anos» aqueles «não têm vista que alcance para além da Quinta da Marinha. Para o PSD o resto é paisagem». Jorge Cordeiro acrescentaria que «ao contrário dos que se apressam para voltar a prometer o que já mil vezes prometeram e outras tantas esqueceram, a CDU tem pelo seu lado a força do exemplo e do trabalho realizado».

Saliente-se que o candidato da CDU é natural de Lisboa, tem 36 anos de idade e exerce a profissão de bancário. Foi eleito para o executivo da Junta no mandato de 1985 a 1989, ano em que é eleito presidente da autarquia. É membro da Assembleia Municipal desde 1989 e integra a Comissão Concelhia de Cascais e a Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana do PCP.

Santa Maria da Feira – A Coordenadora Concelhia da CDU divulgou a semana passada as candidaturas de Maria Manuela Antunes Silva e de Ricardo Jorge Dias Cardoso, respectivamente, à presidência da Câmara e da Assembleia Municipal do concelho. Maria Antunes Silva tem 46 anos e é licenciada em História integrando o conselho directivo da Escola C+S Fernando Pessoa. É membro do Comité Central do PCP e da DORA, fazendo ainda parte da Comissão Concelhia de Stª Maria da Feira do PCP. Integra ainda a direcção e o Conselho Nacional do MDM, sendo também dirigente do Sindicato dos Professores do Norte. Foi membro da Assembleia Municipal do concelho entre 1976 e 1989, foi cabeça de lista à Câmara nas últimas eleições e várias vezes candidata pela CDU à Assembleia da República pelo círculo de Aveiro.

Ricardo Cardoso tem 26 anos e é professor na Escola C+S de Lourosa. Militante do PCP, é dirigente do Sindicato dos Professores do Norte, e foi candidato à Assembleia de Freguesia da Stª Maria de Lamas, em 1989.

Vieira de Leiria – No passado sábado, a CDU apresentou, durante um jantar em Vieira de Leiria, em que participaram mais de 100 pessoas, a candidata à presidência da Junta da Freguesia, Maria Fernanda Teodósio. A cabeça de lista, que exerce a profissão de professora, foi presidente desta mesma Junta entre 1980 e 1990. Na ocasião foram

ainda divulgados os nomes dos restantes candidatos CDU à Assembleia de Freguesia, bem como outros que integram as listas à Câmara e Assembleia Municipal da Marinha Grande.

Vinhais – António Abreu Ramos é o candidato independente da CDU à Câmara Municipal de Vinhais. Perito de Fiscalização Tributária e adjunto do Chefe da Repartição de Finanças de Chaves. É natural de Vinhais e actualmente exerce um mandato como independente na Assembleia Municipal de Bragança, para onde foi eleito na CDU. Nas eleições autárquicas de 1987 integrou a lista do MDP/CDE pelo círculo eleitoral de Bragança. Na sua declaração, António Ramos refere a «crescente desertificação do concelho, as décadas de atraso em que se encontra, a fraca industrialização, o encerramento de escolas primárias por falta de alunos, a situação caótica em que se encontra a vila» afirmando ser necessário dar um «impulso e dinâmica» através de uma «empenhada e pluralista participação nos órgãos autárquicos».

Sesimbra – Ezequiel Lino é novamente o candidato da CDU à presidência da CM de Sesimbra - segundo foi anunciado durante um encontro da CDU realizado no passado dia 21, num hotel de Sesimbra. Na ocasião, foram ainda divulgados os nomes de Carlos Afonso, candidato à presidência da Assembleia Municipal; Cristóvão Maria Marques, candidato à Assembleia de Freguesia do Castelo; Paulo Cipriano, candidato à Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, e João Martelo à Assembleia de Freguesia de Santiago.

Participaram na iniciativa como convidados Álvaro Saraiva, da Comissão Executiva do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes», e Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP.

Na sua intervenção, Álvaro Saraiva defendeu para as autarquias locais projectos em que «o desenvolvimento e o crescimento não seja causa de destruição e de choques irreparáveis entre as forças da natureza e o engenho humano». Segundo disse «Os Verdes» defendem «a harmonia, o bem-estar, a ligação entre o poder económico, social e cultural em equilíbrio, uma democracia participativa, a defesa do património natural e cultura das comunidades locais, tal como sempre têm sido e continuam a ser os objectivos da CDU, e por isso Os Verdes estão na CDU».

Por seu lado, Luís Sá, que também interveio na sessão, referiu que os candidatos apresentados «são a melhor garantia, juntamente com o programa traçado, de que a CDU vai continuar à frente do concelho de Sesimbra, com uma política de preservação da paisagem e dos recursos naturais e, simultaneamente, com a garantia de um desenvolvimento e um crescimento equilibrados».

Este dirigente comunista frisou a dificuldade em «manter esta harmonia e que ela só poderá ser conseguida com a participação das populações, numa democracia participativa, onde os eleitos defendem os interesses de ambas as partes, sendo esta a melhor via para encontrar a resolução dos problemas».



Encontro da CDU em que foi anunciada a recandidatura de Ezequiel Lino à presidência da Câmara Municipal de Sesimbra

Um Porto audacioso

«O Porto precisa de um projecto audacioso e integrador, atento às insatisfações das populações, empenhado na resolução das suas carências, capaz de reunir esforços e vontades na transformação harmoniosa e equilibrada da cidade, tornando-a moderna, europeia, mas mantendo-a tripeira», afirma-se na introdução das linhas programáticas da CDU para a cidade do Porto, apresentadas a semana passada, sob a consigna «O Porto para todos!»

«Queremos que o Porto seja uma cidade agradável e acolhedora para todos os moradores, incluindo os que hoje vivem nos bairros camarários, no centro histórico, nas zonas antigas e degradadas, nas ilhas e barracas, o que exige mais obras do que promessas. A construção de habitações sociais e a recuperação das zonas degradadas é

uma prioridade fundamental que implica uma Câmara Municipal mais reivindicativa e lutadora, empenhada em fixar a população no Porto, em construir casas acessíveis para jovens casais, em humanizar a cidade, melhorar a qualidade de vida», sublinha-se de seguida, para se afirmar, mais adiante:

«Não podem continuar adiados os problemas do trânsito e transportes, à espera de mais buracos e mais obras, na dependência dos automóveis, parcómetros e estacionamento centrais que só aumentam o tráfego, agravam a fluidez e poluente o ambiente. É tempo de o Porto, em colaboração com os municípios vizinhos, pôr em prática um plano estratégico de transportes públicos, que inclua o aproveitamento das infra-estruturas ferroviárias, a criação de parque de

estacionamento periféricos, a criação de interfaces para ligação rápida ao centro da cidade. As novas vias de acesso e travessias do Douro e o metro de superfície não podem continuar a ser projectos mais ou menos vagos, para eleitor ver, em vésperas de campanha eleitoral. É urgente avançar com obras e não perder mais quatro anos de promessas.»

E conclui-se:

«Através dos candidatos que apresenta, a CDU dá garantias de ser capaz de enfrentar os desafios de uma cidade que quer ser moderna, sem perder a sua identidade, porque age e luta em estreita ligação com as populações e faz do diálogo democrático o meio fundamental para reunir as vontades indispensáveis à construção colectiva, participada, de um Porto para todos.»

Homenagem a Rogério Paulo

«Foi um homem de esperança, inabalável no seu desejo de transformação do mundo», disse-o Urbano Tavares Rodrigues, referindo-se a Rogério Paulo, na homenagem que foi prestada, no passado sábado, pelo Grupo de Teatro Intervalo, de Algés, ao grande actor, e militante comunista, recentemente desaparecido.

A sala do Palácio Ribamar transbordou literalmente com o grande número de colegas, amigos e camaradas de Rogério Paulo que acorreram a associar-se à homenagem, entre os quais se reconheciam figuras das mais destacadas do teatro e da vida cultural do País como Carmen Dolores, Eunice Muñoz, Lourdes Norberto, Henriqueta Maia, Artur Ramos, Varela Silva, Igrejas Caeiro, Carlos do Carmo, Ludgero Pinto Bastos e Moradas Ferreira. Também presentes Carlos Brito e Aurélio Santos, da Direcção do PCP.

Após a apresentação, pelo Grupo de Teatro Intervalo, da peça «A Boda», de Bertolt Brecht, espectáculo dedicado ao actor Rogério Paulo, como foi anunciado pelo encenador Armando Caldas, que dirige o Grupo, seguiu-se a homenagem evocativa em que vários presentes fizeram curtas intervenções.

Destacamos, de entre estas, a de Carmen Dolores, que recordou as principais fases da invulgar carreira artística de Rogério

Paulo, a impecável camaradagem, a generosidade transbordante, o optimismo permanente que a levaram a dizer «que nunca perdeu a alma de rapazinho e que se recorda com um sorriso, como um sorriso».

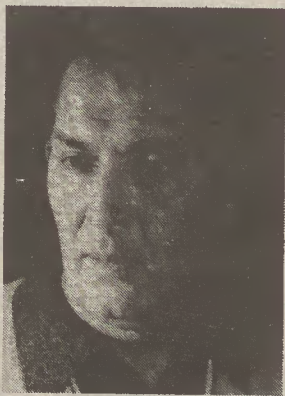
Por seu lado, Urbano Tavares Rodrigues salientou: «inúmeros papéis o Rogério criou no palco, com inteligência e brio, com apaixonada entrega, em quatro décadas de intensa vida profissional.

«Era um ser humano de superior qualidade, reunindo a beleza física e moral, a coragem, a vontade e o gosto de ajudar os outros, de neles encontrar e iluminar o que tivessem de melhor.

«Foi um encenador lúcido e criativo e esteve vezes sem conta na primeira linha da defesa do teatro, da sua dignificação, do seu rejuvenescimento. Actor do Teatro Nacional, de certo modo clássico no seu estilo de representação, mas sempre pronto a renovar-se, a pôr-se em causa, caprichou na lealdade como na confiança, numa quase ingénua confiança, em que tudo havia de melhorar, em cena como na vida.

«E no palco da vida foi Rogério Paulo cavaleiro permanente do sonho e da generosidade».

Artur Ramos, que interveio a seguir, descreveu Rogério Paulo como «um corajoso e incansável militante do Partido Comunista Português».



Recordando «os tempos exaltantes da Revolução de Abril» em que trabalhou lado a lado com o grande actor, Artur Ramos disse que «o mundo hoje parece-nos feio, aviltado, mercantilizado: terreno de caça para os oportunistas, os carreiristas, os espertalhosos.

«Mas olhem que o salazarismo também não tinha nada de bonito. Simplesmente, ao Rogério Paulo o que interessava era a sua certeza inabalável de que aquele mundo podia ser transformado.

«E este também o poder ser. Se os papéis se trocassem, se o Rogério Paulo estivesse hoje aqui a evocar um camarada desaparecido, ele havia de dizer não desistam. Não se acomodem. Sejam homens de uma só cara, de uma só fé: a fé num mundo melhor, mais justo, mais nobre, mais alegre. O mundo com que sonharam e sonham os comunistas».

De referir ainda que a sessão terminou com a actuação do jovem cantor João Afonso, que interpretou várias canções de José Afonso, seu tio, («Bairro Negro», «Ali Está o Rio» e «Canção de Embalar») e da sua autoria.

Por último, destaque-se as mensagens enviadas pelo Teatro do Chiado e pelo Teatro Experimental de Cascais, assinadas, respectivamente, por Mário Viegas e por Carlos Avilez.

«Esta situação é tanto mais grave quanto constatamos que as propostas de limitação do *numerus clausus* atingem áreas do sabem em que proliferam cursos de universidades e institutos superiores privados».

Desta forma, o Ministério da Educação está a favorecer um ensino sem qualidade em detrimento das suas próprias escolas, afirma o comunicado do PCP, que defende «uma política de expansão do ensino superior e não a sua estagnação ou diminuição».

Ministério reduz vagas em Coimbra

A Organização dos Professores de Coimbra do PCP contestou recentemente a proposta do Ministério da Educação que visa a diminuição de vagas para licenciaturas da Universidade de Coimbra, dizendo que coincidem com áreas de oferta das instituições privadas.

Na nota divulgada na semana passada, os professores comunistas afirmam que as reduções do número de vagas no próximo ano lectivo, que chegam a atingir 60 por cento do número de vagas, «poderão pôr em causa o aproveitamento integral das capacidades de ensino e investigação existentes».

5.ª Assembleia reforça organização em Castelo Branco

Com o objectivo de reforçar o trabalho de direcção e de organização e mobilizar o Partido para as eleições autárquicas, decorreu no passado sábado a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Castelo Branco, que contou com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

Os trabalhos, que decorreram num ambiente de grande confiança e entusiasmo, registaram uma evolução positiva desde a 4.ª Assembleia, realizada há 15 meses.

O salto qualitativo e quantitativo verificado neste período de tempo traduziu-se na intensificação da actividade do Partido; na concretização de um conjunto vastíssimo de iniciativas sobre os principais problemas do concelho (muitas vezes em articulação com o Grupo Parlamentar do PCP); no recrutamento de novos militantes (note-se que durante o decorrer da assembleia se inscreveram quatro novos militantes com idades abaixo dos 30 anos); em avanços consideráveis no trabalho junto da juventude, em colaboração estreita com a JCP, bem expressa através da presença do elevado número de jovens que participaram na assembleia.

Durante os trabalhos foi eleita a nova comissão concelhia e aprovado um conjunto de medidas visando «o reforço das comissões para o trabalho sindical e para as empresas; da comissão para o poder local e desenvolvimento e do organismo dos professores comunistas».

Foi ainda decidido criar uma comissão para o trabalho junto da juventude; um comité de cidade e um grupo de trabalho para as freguesias visando enquadrar os militantes do Partido em todo o concelho, reforçar a ligação do Partido às massas e assegurar o regular recebimento das quotas.

A assembleia criou igualmente uma comissão para o centro de trabalho com vista a garantir o funcionamento do CT e do bar à noite e fins-de-semana. Sublinhe-se que o PCP é a única força política com um centro de trabalho que está aberto permanentemente durante toda a semana em Castelo Branco, sendo frequentado com regularidade por mais de uma centena de jovens que dele fizeram um espaço de convívio e de debate. É neste contexto que a 5.ª Assembleia decidiu lançar uma campanha de fundos - 1500 contos - para obras de restauro do CT.

As eleições autárquicas ocuparam parte importante dos trabalhos, traçando-se como objectivos «colocar o PSD em minoria na Câmara e na Assembleia Municipal, eleger vereadores CDU para a edilidade e aumentar o número de eleitos para a Assembleia Municipal; reforçar o número de eleitos nas freguesias e lutar pela vitória nas freguesias de Lardosa e Malpica do Tejo». Sublinhe-se o elevado número de jovens que integram as listas autárquicas da CDU.

Na intervenção que fez na ocasião, José Casanova frisou a importância dos resultados das próximas eleições quer para o combate político do Governo PSD, quer para o reforço da capacidade de resolução dos problemas do Poder Local.

Como referiu o dirigente comunista, «as práticas do PSD e do PS, a nível nacional, por um lado, e as suas práticas no plano autárquico no concelho, mostram que quem queira utilizar o seu voto no sentido de alterar a situação dramática que se vive no País e acabar com o desastre que a gestão da maioria PSD na Câmara de Castelo Branco, tem no voto na CDU o único caminho certo e seguro para atingir esses objectivos».

DORBraga alerta para novos despedimentos nas férias

A DORBraga lançou um alerta aos trabalhadores do distrito para «a possibilidade do encerramento de novas empresas, aproveitando a sua ausência no período de férias».

Para o PCP, que aconselha os trabalhadores «a continuar alerta e preparados para a defesa dos postos de trabalho», os dados mais recentes da situação económica e social do distrito «atestam uma evolução negativa dos vários aspectos da crise geral, constituindo, neste momento, uma preocupação maior, sobretudo dos trabalhadores da indústria».

O executivo da DORBraga afirma, por outro lado, que «o clima pré-eleitoral está instalado no distrito. As forças políticas predominantes mostram que não olharão a meios para atingir os seus fins: depois das visitas dos presidentes de Câmara, as distribuições e redistribuições de dinheiros a freguesias e colectividades, as ruas e principais zonas de acesso e circulação em Braga e Famalicão foram subitamente inundadas por grandes placards e expositores para

exclusiva propaganda dos presidentes e partidos que dominam as respectivas câmaras».

O PCP chama a atenção da população para a «imoralidade deste uso e abuso de meios de propaganda caríssimos, que afinal são pagos por todos os munícipes».

Os comunistas recordam «as carências de muitos concelhos em água, saneamento e outras infra-estruturas básicas, e as dificuldades financeiras de muitas juntas de freguesia», concluindo que «não pode aceitar-se que assim se delapidem importantes recursos e criem situações de desigualdades com as forças políticas - que, como a CDU, apenas recorrem aos meios próprios e apoios de militantes - viciando desta forma as condições de democraticidade do próximo acto eleitoral».

Na sua reunião, o Executivo da DORBraga analisou ainda a participação na Festa do «Avante!», bem como os preparativos do Convívio Distrital do PCP, marcado para o dia 4 de Julho.

Eleito novo secretariado de célula da CM de Vila Franca

Várias dezenas de trabalhadores comunistas participaram na 5.ª Assembleia de Organização da Célula do PCP da CM de Vila Franca de Xira, realizada no passado dia 23 de Junho, na galeria Bar do CT local do Partido.

A Assembleia contou com a presença de Carlos Arrojado, responsável pelo trabalho autárquico no concelho, e ainda o presidente da CM, Daniel Branco, e os Vereadores

Artur Bértolo e Rui Brioso. Durante os trabalhos, em que foi eleito o novo secretariado de célula, fez-se o balanço do trabalho desenvolvido desde a última assembleia, debateram-se problemas de organização interna da Célula e a participação dos trabalhadores na campanha eleitoral e nas lutas da Administração Local contra a política do Governo.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Interpelação do PCP ao Governo comprova PSD aposta na perversão da democracia e no cerceamento dos direitos e liberdades

Centrada na degradação da democracia e tendo como quadro de referência a actuação global do governo, dirigida preferencialmente contra as liberdades e garantias dos cidadãos, os direitos sociais e a desarticulação da economia, a interpelação do PCP ao Governo revelou-se como uma iniciativa da maior importância e actualidade.

Devidamente fundamentadas em factos, explicadas de forma circunstanciada ao longo do debate pelos parlamentares comunistas que nele intervieram, as acusações ao Executivo acabaram por evidenciar - e esta é, porventura, a principal conclusão a reter - que está em curso um processo de "erosão da democracia" que não é alheio ao propósito do PSD de instalar uma

"democracia do medo", com a governamentalização da vida política e a utilização dos serviços de informações "como polícia política".

Lançadas na intervenção de abertura proferida por João Amaral, a que fizemos referência na última edição do "Avante!", as doze acusações ao Governo acabaram por dominar todo o debate, constituindo-se em incontornável libelo acusatório que votou ao fracasso todas as manobras de diversão e sofismas ensaiados pela maioria para o ocultar.

Foi de resto sintomático que o ministro-adjunto, Marques Mendes, não tenha respondido de modo concreto, apesar das insistências feitas nesse sentido pelos deputados do PCP, a nenhu-

ma das questões por estes formuladas, e tenha tentado reduzir, embora sem sucesso, diga-se de passagem, a um "equivoco" a iniciativa da formação comunista, que qualificaria de "estranha e surpreendente".

Num tom muito duro, Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, não deixou porém passar em claro o modo como o Governo procurou escamotear as questões em debate e fugir às suas responsabilidades, voltando a demonstrar na sua intervenção final que a acção da equipa dirigida por Cavaço Silva "está a conduzir à perversão da democracia política, à governamentalização das instituições, à institucionalização do autoritarismo e do clientelismo no aparelho do Estado, ao cerceamento das liberdades, à limitação dos direitos dos trabalhadores e à crescente desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais e culturais".

Uma acção política - foi ainda Octávio Teixeira a recordá-lo -, que "não tem características marginais ou conjunturais", antes se insere num quadro onde avultam de forma articulada, como objectivos estratégicos, o esvaziamento do projecto democrático-constitucional, a perpetuação do PSD no Poder e a adaptação do regime "às conveniências da influência crescente e determinante do poder económico sobre o poder político".

Disso mesmo dera público testemunho, momentos antes, a deputada Odete Santos ao recordar da tribuna "as insidiosas formas de ataque à liberdade de imprensa", uma das quais é protagonizada "pelos grandes grupos económicos que se degradam no objectivo de manipular a opinião pública", manipulação que na perspectiva da deputada do PCP "é vital para o PSD, para a sua perpetuação fraudulenta no Poder".

Demonstrada pelos deputados comunistas ao longo do debate foi ainda a asserção de que a par da ofensiva contra a democracia política estão simultaneamente em curso, de forma articulada,

processos idênticos contra, por um lado, o sector público da economia, e, por outro, contra direitos e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

A Lei da Greve, a este último respeito, é disso um bom exemplo, sendo hoje inegável, como referiu o deputado comunista Arménio Carlos, que todas as alterações nela introduzidas "não visavam assegurar a satisfação de

necessidades impreteríveis, mas sim tentar limitar a acção e a luta reivindicativa dos trabalhadores".

No que se refere à política económica, os seus resultados também estão à vista (destruição sistemática de milhares de empresas e explorações agrícolas), e não podem ser dissociados, como observou Octávio Teixeira, da "submissão completa às orientações e critéri-

os de Maastricht", num processo, ainda segundo o líder da bancada comunista, "dito de reestruturação em que se acentua a concentração e centralização da riqueza e do poder nos grandes grupos económicos, se privilegia a especulação e se sacrificam duramente os direitos e rendimentos dos trabalhadores, dos agricultores e de outras camadas laboriosas da população".

Serviços de Informações contra os cidadãos e a Lei PCP propõe Inquérito parlamentar

Logo no início da interpelação, no discurso de abertura do debate, o deputado João Amaral anunciou a intenção do PCP em propor a realização de um inquérito parlamentar à actuação do Serviço de Informações e Segurança (SIS), designadamente contra estudantes, agricultores e sindicalistas, e violação da Constituição e da Lei.

Posteriormente, numa intervenção inteiramente dedicada ao assunto, o deputado comunista António Filipe explicou mais detalhadamente as razões da proposta da sua bancada, bem como de um projecto de lei, também da sua autoria, no sentido de alterar a composição e competências do actual Conselho de Fiscalização dos SIS, em ordem a que este efecti-

ve plena e cabalmente as funções para que está mandatado.

Chamou nomeadamente a atenção para o facto de proliferarem as bases de dados, cruzarem-se "sem controlo" os ficheiros policiais, e de a fiscalização bipartidária dos SIS limitar-se a "confirmar que estes de facto recolhem informações sobre cidadãos que se manifestam".

Considerando de "muito grave" o que se está a passar, o parlamentar comunista invocou ainda o facto de o referido Conselho de Fiscalização dos SIS, "com a competência e composição actuais", ver reduzida a sua função fiscalizadora à "mera apreciação de relatórios feitos pelos próprios Serviços de Informações".

Apoio a toxicodependentes

A criação de uma rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção de toxicodependentes constitui o principal objectivo de um projecto de lei do PCP entregue no início desta semana na Mesa da Assembleia da República.

No seu articulado, o diploma prevê concretamente a ampliação das consultas em unidades de atendimento e a criação de mais unidades de internamento de curta duração e de comunidades terapêuticas, com vista, respectivamente, à desintoxicação física e psicológica de toxicodependentes. Criar condições de reabilitação social e profissional, através de um sistema nacional convenientemente estruturado e dotado de meios humanos e materiais, é ainda outro dos objectivos visados no projecto de lei.

De inegável alcance, estas medidas assumem uma importância tanto maior quanto é certo que actualmente são manifestamente insuficientes os serviços públicos vocacionados para problemas desta natureza (existem apenas 50 camas de internamento em serviços públicos para acudir à situação de dezenas de milhar de toxicodependentes), o que acrescenta à toxicodependência, como assinala o preâmbulo do projecto, "o drama da falta de auxílio ou o recurso a instituições particulares a praticar preços insuportáveis".

Falta política ambiental

O Partido "Os Verdes" acusou o Governo de, passado um ano sobre a Conferência do Rio, continuar de "braços cruzados" perante a "gravidade da situação ecológica nacional". Segundo a deputada Isabel de Castro, de quem partiu a acusação, feita no decorrer da interpelação ao Governo promovida pelo seu partido a propósito do estado do ambiente, a "paralisia" do Executivo é "total", citando como exemplo o grupo de trabalho criado para dar sequência às medidas aprovadas na Conferência, o qual, até agora, não apresentou qualquer "documento estratégico de intervenção".

Acusando o Governo de ao longo destes anos se ter limitado a fazer "promessas e mais promessas" em matéria de ambiente, "Os Verdes" dirigiram ainda as suas críticas para o facto de não haver uma estratégia nacional de conservação da natureza, bem como de uma lei da água e de um sistema de tratamento de resíduos sólidos.

Luis Peixoto, em nome da bancada comunista, considerou por sua vez que as políticas de ambiente em Portugal não têm passado de "uma mera operação de cosmética", assinalando que um ano depois da Eco 92 "não são visíveis quaisquer resultados" no nosso País".

Desemprego alastra em Leiria

O aumento percentual do desemprego em alguns concelhos do distrito de Leiria atingiu os 50 por cento desde 1992, alertou na Assembleia da República uma delegação representativa dos agentes regionais, constituída por empresários, autarcas e sindicalistas. Foi na passada semana, no decorrer de um encontro com deputados dos partidos da oposição que integram a Comissão parlamentar de Economia, das Finanças e do Plano, que ouviram da boca dos visitantes a afirmação de que em Leiria existe "uma crise instalada em todos os domínios".

Durante a reunião, marcada na sequência da inviabilização, pelo PSD, de uma visita da Comissão Parlamentar àquele distrito, o deputado comunista Lino de Carvalho advertiu para o facto de o Governo estar a "transformar Portugal num espaço não produtivo", sublinhando que a "vida está a demonstrar que não estamos num oásis, como o ministro das Finanças um dia quis fazer crer".

Lei da Caça

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a defender uma profunda alteração à actual Lei da Caça e ao regime nela

definido, por entender que esta constitui um factor de agravamento de desequilíbrios e de multiplicação de ilegalidades. Entre as propostas preconizadas pela formação comunista, discutidas juntamente com um outro diploma sobre a mesma matéria subscrito pelo PS, que acabaram por ser rejeitadas com os votos do PSD e CDS, destacam-se a que prevê que as reservas de caça não possam exceder 50 por cento da área total cinegética de cada município e a que defende a realização do ordenamento cinegético (levando a cabo para o efeito a revisão e reordena-

mento das reservas de caça existentes).

Realce merecem ainda as propostas que prevêem a obrigatoriedade de criação de zonas de caça sociais em cada região cinegética e uma outra que estabelece que a permissão de caçar seja feita nos mesmos dias, tanto nas zonas de caça associativa e sociais como do regime geral.

Com estas medidas, de alcance apesar de tudo limitado, e sem prejuízo de alteração futura, como assinalou no debate Lino de Carvalho, o Grupo comunista tinha sobretudo em mente a reposição de algum equilíbrio no quadro actual, designadamente de "princípios de equidade e justiça social".

É que, como é sabido, e contrariamente ao que afirmou na sessão o deputado Vasco Maciel, ao definir a posição do PSD, as correcções introduzidas na Lei em 1992 não criaram condições "para que reine a acalmia" entre os caçadores.

A realidade recente mostrou exactamente o contrário e o que verdadeiramente aconteceu - foi Lino de Carvalho a lembrá-lo - foi o "agravamento de todos os desequilíbrios", a começar no próprio "desequilíbrio entre os menos de dez por cento de caçadores inscritos nas reservas e os mais de 90 por cento de caçadores do regime geral, muitos sem lugar para caçar".

Tendo uma posição clara quanto à necessidade da "criação de condições institucionais que permitam disciplinar a prática da caça e promover a preservação, fomento e reprodução dos recursos cinegéticos", para o PCP, no entanto, não é aceitável que um tal objectivo, como explicou Lino de Carvalho, "seja feito à custa da possibilidade do exercício da caça para mais de 90 por cento dos mais de 250 000 caçadores existentes no País".

Daí o sentido das propostas agora apresentadas, com vista a uma solução equilibrada "entre os diversos direitos e interesses", concretamente o direito dos caçadores, sem exclusões, à prática da caça, a manutenção da caça como actividade económica e o fomento e preservação dos recursos cinegéticos.

Transparência da vida política

A Assembleia da República aprovou na generalidade dez projectos de lei incidindo em matérias respeitantes à transparência da vida política, incompatibilidades e financiamento dos partidos. Em debate, faz hoje oito dias, estas iniciativas legislativas individuais do PSD, PS, PCP e CDS baixaram à Comissão especializada onde serão dirimidas algumas das questões deixadas em aberto por discordância de posições entre o PSD e os partidos da oposição.

É o caso, por exemplo, da definição de qual a entidade melhor vocacionada para fiscalizar as contas dos partidos, se o Tribunal Constitucional, como defende a maioria laranja, se o Tribunal de Contas, como sustentam as oposições.

Num debate onde foi consensual a ideia de que a "transparência política" constitui "uma questão de regime", a bancada comu-

nista considerou que os partidos políticos "são insubstituíveis no sistema democrático" e rejeitou qualquer tese que considere que o seu financiamento é "um custo para a sociedade".

"O financiamento dos partidos é uma necessidade do funcionamento do sistema político e, logo, condição necessária do sistema democrático" afirmou a propósito Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, que no entanto se opôs a qualquer atribuição de benefícios fiscais aos donativos de pessoas singulares, como defendem PSD e CDS, bem como ao financiamento de partidos políticos por empresas.

Posição diversa teve Octávio Teixeira em relação ao financiamento público, por si defendido com base no argumento de que permite "assegurar um mínimo de igualdade, ainda que relativa, de oportunidades".

NACIONAL

Plano de combate à toxicoddependência Propaganda com vítimas da droga?

O Grupo de Trabalho do PCP para as Questões da Toxicoddependência e Narcotráfico tomou posição na terça-feira sobre o «plano nacional de combate à droga» na véspera anunciado pelo Governo, considerando que «as medidas agora anunciadas resultam no essencial da pressão da opinião pública», avultando, neste aspecto, diversas iniciativas do PCP e acusando de «instrumentalização propagandística das situações dramáticas que afectam larguíssimas dezenas de milhares de dependentes de droga e suas famílias» algumas das ideias apresentadas, entre as quais está a intenção proclamada pelo Governo de reduzir para metade até 1996 o número de toxicoddependentes. Sobre isto, o PCP recorda que «sendo público o desconhecimento do número real de toxicoddependentes em Portugal e aparecendo números dos 25 000 aos 150 000, não será difícil ao governo, num passe de mágica estatística, reduzir o seu número para metade».

Antes, no dia internacional das Nações Unidas contra o tráfico e abuso de drogas, que se assinalou no passado sábado, o Partido

Comunista Português apresentou o seu projecto legislativo relativo à criação de Centros de Atendimento de Toxicoddependentes (ver notícia nas páginas de Assembleia da República).

Abaixo-assinado

No mesmo dia um grupo de cidadãos promotores de uma petição à Assembleia da República, onde se exige a criação de uma rede pública de centros de atendimento e reinserção social de toxicoddependentes, fez recolha de assinaturas de apoio, obtendo grande adesão de jovens e mulheres, em iniciativa que decorreu na Costa da Caparica, depois de outra similar ter acontecido na passada quinta-feira, na Rua Augusta.

Intitulado «Sobre o chamado "Plano nacional de combate à droga"», o texto divulgado pelo Grupo de Trabalho do PCP na passada terça-feira, diz o seguinte:

«Veio o Governo tornar público um conjunto de iniciativas a que chamou "Plano nacional de combate à droga" e que merecem os seguintes comentários:

«1 - Desde Novembro do ano findo, após as alterações

formais introduzidas no Projecto Vida, que o Governo deveria ter apresentado as suas linhas de política nesta área. Concretiza agora essa sua obrigação com um enorme atraso, dada a gravidade reconhecida do flagelo da toxicoddependência, e após 7 meses de inactividade em que o Alto Comissário não teve sequer um gabinete, em que a Comissão Interministerial nunca reuniu e em que não foi tomada uma única iniciativa relevante de combate à toxicoddependência.

«2 - As medidas agora anunciadas resultam no essencial da pressão da opinião pública - caso de algumas verbas disponibilizadas, da exigência comunitária, - caso do "observatório contra a droga", ou vêm na decorrência de propostas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República - caso da construção de centros de atendimento e unidades terapêuticas para toxicoddependentes. De todas as formas, tais medidas estão muito atrasadas, são escassas para a gravidade dos problemas existentes e revelam por isso uma conflagradora falta de vontade política para enfrentar o flagelo da toxicoddependência e uma opção desumanizada pela ins-

strumentalização propagandística das situações dramáticas que afectam larguíssimas dezenas de milhares de dependentes de droga e suas famílias.

Vícios

«3 - Reveladora destes vícios é a intenção proclamada pelo Governo de reduzir para metade até 1996 o número de toxicoddependentes. Sendo público o desconhecimento do número real de toxicoddependentes em Portugal e aparecendo números dos 25 000 aos 150 000, não será difícil ao governo, num passe de mágica estatística, reduzir o seu número para metade.

«4 - O "Plano" agora proposto pretende ainda transformar as actuais 300 camas de tratamento e apoio a toxicoddependentes, das quais 250 pertencem a instituições privadas, em 1000 camas. Naturalmente que é positivo tudo o que possa ser feito para aumentar o número de camas para tratamento de toxicoddependentes. Entretanto, nas iniciativas agora anunciadas pelo Governo não são assumidos compromissos quanto

ao aumento de camas do serviço público e não há qualquer referência à implementação duma rede pública nacional de centros de atendimento, tratamento e reintegração social. Nestas condições as medidas apontadas pelo Governo e tão largamente propagandeadas, traduzem-se essencialmente na expansão do negócio de recuperação de toxicoddependentes por entidades privadas, por vezes em condições deploráveis e não num plano efectivo para o tratamento de toxicoddependentes que implicaria meios suficientes, nomeadamente camas de acordo com as necessidades e a gratuitidade do sistema para que fosse garantido o acesso a todos os toxicoddependentes, independentemente do seu nível social.

«5 - O PCP reafirma a necessidade de uma rede pública nacional de centros de atendimento, tratamento e reinserção social, gratuita, com camas suficientes e distribuídas por todo o território nacional. Esta é a única base para um sistema que efectivamente garanta o apoio aos toxicoddependentes, independentemente do papel supletivo que podem ter, nesta área, entidades privadas, devida-

mente autorizadas e fiscalizadas.

Contribuição

«Neste sentido o PCP apresentou na passada semana um projecto lei que preconiza que a rede pública de apoio a toxicoddependentes passe das 50 camas de internamento actualmente existentes para cerca de 1000 camas em unidades terapêuticas (aumentando vinte vezes a capacidade actual), a criação de mais 60 camas de internamento de curta duração e a generalização da existência de centros de atendimento de toxicoddependentes em todos os distritos do Continente e nas Regiões Autónomas. Esta proposta, que visa a prestação de tratamento e apoio gratuito aos toxicoddependentes e não colide com a existência de empresas privadas nesta área, custaria ao Orçamento de Estado, para ser concretizada, cerca de 2,5 milhões de contos, pouco mais de 0,5% do actual orçamento para a saúde e a sua implementação, absolutamente inadiável, poderia ser uma contribuição decisiva para o tratamento da toxicoddependência em Portugal».

Timor em pano de fundo Manobras indonésias no Parlamento Europeu

Uma nota assinada pelo eurodeputado Sérgio Ribeiro denunciaria na passada sexta-feira uma manobra levada a cabo pela diplomacia indonésia, no início da reunião entre a delegação do Parlamento Europeu e uma delegação parlamentar representativa dos países asiáticos membros da ASEAN. A iniciativa partia de um deputado holandês que no âmbito de uma autodenominada

associação de amizade PE/Indonésia, convidaria deputados portugueses para uma reunião onde também estaria o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas. Para Sérgio Ribeiro, a iniciativa pretendia, sobretudo, promover uma reunião, no prolongamento da reunião PE/ASEAN, que colocasse a questão de Timor-Leste em termos bilaterais e não no âmbito das Nações Uni-

das, nos termos em que esta a reconhece: um país invasor e a potência reconhecida como administrante.

«Acresce», diz a nota de Sérgio Ribeiro, «que como membros do InterGrupo Timor-Leste e sabendo da presença do ministro indonésio, concordámos - e até estimulámos - o convite ao ministro para que tivesse uma reunião com o InterGrupo, onde se debatesse a

questão com os deputados que o quisessem - e evidentemente, não só os portugueses. O ministro, alegando agenda sobrecarregada, recusou e, por sua vez, convidou os deputados do InterGrupo a estarem na reunião que prolongaria a reunião interparlamentar, confirmando a manobra».

Sérgio Ribeiro lembra, mais uma vez, que a questão de Timor não se resume a uma questão de «direitos humanos, esta deriva de um desrespeito pelo direito e a convivência internacionais, resulta da recusa violenta e genocida a que um povo exerça o seu direito à autodeterminação».

O eurodeputado comunista e da Coligação de Esquerda lamentaria a incapacidade dos deputados portugueses de terem uma posição concertada nesta questão, «na base dos princípios enunciados e que julgamos consensuais».

JCP critica «Tempo para crescer»

O Executivo da Direcção Nacional da JCP reuniu na sexta-feira e analisou a denominada campanha contra o trabalho infantil «Tempo para Crescer» que «é mais uma campanha de promoção da imagem do Ministério do Emprego e do Governo PSD, do que uma tentativa séria para procurar pôr cobro ao trabalho infantil», segundo afirma uma nota entretanto distribuída à imprensa.

«Os diferentes governos do PSD são os principais responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho infantil no nosso país, pela ausência de uma política que proíba este flagelo social e cultural e que tome medidas concretas no sentido de combater as causas reais desta vergonha nacional», diz a JCP que acrescenta: «as posições dos Estados membros da Comunidade Europeia, que permitem o trabalho infantil, estimulam a exploração da mão-de-obra de crianças por parte das entidades patronais, sobretudo pela ausência de direitos pela limitação da capacidade reivindicativa e pelos custos reduzidos salariais».

O Executivo da Direcção Nacional da JCP face aos objectivos da referida campanha, apresentada pelo ministro Silva Peneda, que qualifica de «pouco sérios», propôs as seguintes sete medidas:

«1 — Elevar, no imediato, a idade de admissão no mercado de trabalho para 16 anos;

«2 — Considerar como crime a utilização pelos empregadores deste tipo de trabalho;

«3 — Que seja reforçado o apoio social escolar, por forma a evitar o abandono prematuro da escola;

«4 — Que seja criado um sistema transitório de ocupação/formação para quem não possua a escolaridade obrigatória, por forma a adiar o seu ingresso no mercado de trabalho;

«5 — A criação de mecanismos que garantam os rendimentos às famílias mais carenciadas que dependem do trabalho dos seus filhos;

«6 — Que devem ser criados mecanismos de controlo do cumprimento da escolaridade obrigatória, de âmbito local e regional;

«7 — Dotar a Inspeção Geral do Trabalho dos meios técnicos, humanos e financeiros para o combate ao trabalho infantil».

Racismo e xenofobia

O racismo e xenofobia foram tema de um debate promovido na passada semana no CT Vitória em que participaram José Casanova da Comissão Política e Manuel Correia, membro do Comité Central do PCP. Para Manuel Correia, «a Lei portuguesa fomenta o sentimento e os actos de racismo em Portugal, apesar da sociedade em geral não ser racista», afirmou o dirigente comunista que evocou o caso da expulsão dos ciganos de Ponte de Lima afirmando que «é um exemplo de um procedimento racista da parte do presidente da Câmara».

«Esta explosão não tem fundamento, mas existem condições políticas e institucionais para que ocorram casos idênticos», alertou.

«O racismo está a aumentar na Europa e Portugal não é excepção. A deterioração económica e social da qualidade de vida dos cidadãos cria condições para o seu desenvolvimento», disse Manuel Correia que constatou existirem «processos e práticas racistas pontuais. Isto envergonha a sociedade portuguesa e temos de tomar medidas enquanto é tempo, porque a violência pode acontecer».

Cimeira de Copenhaga Medidas para a crise adiadas para Dezembro

De concreto, a cimeira dos chefes de Estado e de governo dos Doze, realizada em Copenhaga a 21 e 22 de Junho, limitou-se a mandar a Comissão Europeia para a elaboração de um "Livro Branco" sobre a estratégia de renovação económica da Comunidade, a apresentar em Bruxelas no próximo Conselho Europeu, em Dezembro. Ou seja, as respostas aos graves problemas com que se debate a CEE foram adiadas por mais seis meses.

Num período de recessão, marcado pela profunda crise económica e pelo desemprego crescente, da cimeira de Copenhaga seria de esperar mais do que uma mensagem positiva aos cidadãos europeus ou o reafirmar de uma política que não só não tem resolvido como tem agravado a situação de crise.

Tais esperanças - se é que alguém as teve - saíram frustradas.

No início do encontro, o presidente do Conselho Europeu, Rasmussen, desejou que o evento marcasse "um ponto de viragem" para a CE; o chanceler alemão, Helmut Kohl, foi mesmo ao ponto de lembrar que a sua primeira participação no Conselho (1982) ocorreu num momento de plena "euro-esclerose", para afirmar que hoje se torna necessário modificar esta Europa "cansada" e incapaz de agir; mas o resultado foi confrangedor.

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, foi a estrela da companhia, mas nem por isso engrossou os magros resultados do conclave.

Abrindo o debate sobre as perspectivas a médio prazo para a economia europeia, começou por analisar as debilidades da economia comunitária. Referiu seis aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, o elevado desemprego. A propósito, recordou que, entre 1970 e 1990, os EUA criaram 28,8 milhões de empregos, o Japão 11,7 e a CE 8,8; lembrou ainda que, na Comunidade, 16 desempregados em cada 100 têm menos de 25 anos, e que um desempregado com menos de 25 anos em cada cinco procurava trabalho, em 1991, há mais de dois anos. Disse também que por cada 1000 activos, há na Europa 124 inactivos, nos EUA 98 e no Japão 89.

A competitividade da Comunidade foi outro dos aspectos assinalados; baixou nos últimos dois anos, tendo a sua parte nos mercados mundiais diminuído, em relação a 1980, de 3,7 por cento, enquanto a dos EUA aumentou de 2,2 por cento e a do Japão de 0,5 por cento. Na sua opinião, os efeitos da divisão internacional do trabalho, que atingem particularmente a CE, tornam muito difíceis os esforços visando conciliar a solidariedade interna com a solidariedade externa com os países mais pobres. Uma das características desta nova divisão do trabalho, reconheceu, é o fenómeno da transferência da indústria para os países com menos custos salariais, que em certos casos estão em vias de dominar técnicas sofisticadas.

Também as consequências do progresso técnico engrossam o rol das fragilidades da economia comunitária, dado que, a curto prazo, contribuem para a eliminação de empregos.

Outros aspectos referidos por Delors foram o reconhecimento de o crescimento económico não implicar automática-

mente a melhoria do emprego, bem como a necessidade de reestruturar as políticas do mercado de trabalho.

Para fazer face a estas questões, o presidente da Comissão propôs oito orientações para a renovação económica da Europa (ver nota em separado), que deverão servir de base ao Livro Branco sobre a estratégia comunitária, a debater na cimeira de Dezembro, em Bruxelas.

Medidas avulso

Na falta de melhor consenso, o compasso de espera proposto por Delors foi aceite. O mesmo sucedeu a um naipe de medidas avulso, que não respondendo às questões de fundo poderão servir para ir gerindo a crise. É o caso da antecipação dos próximos pagamentos dos fundos estruturais aos países beneficiários, que permite acelerar a utilização prevista para os próximos seis anos (1994/1999), de forma a concentrar os financiamentos durante os próximos dois anos. Para o efeito, o Conselho Europeu aceitou que a Comunidade contraia um empréstimo de 5 mil milhões de ecus (900 milhões de contos); o orçamento comunitário será posteriormente reembolsado pelos Estados-membros, à medida do ritmo dos pagamentos dos fundos estruturais inicialmente previsto.

Outras duas medidas de curto prazo são a descida imediata das taxas de juro reais praticadas na Comunidade e o reforço em 3 mil milhões de ecus da linha especial de crédito aprovada na Cimeira de Edimburgo, no âmbito da chamada iniciativa europeia de crescimento. Do reforço aprovado, 2 mil milhões de ecus destinam-se às redes transeuropeias e mil milhões de ecus ao aumento da competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME).

Direitos ameaçados

Ninguém duvida de que estas medidas não vão resolver a crise europeia. Mas o mais grave é que poucos acreditam que mesmo as medidas a médio e longo prazo o possam fazer, já que se insiste num modelo com provas dadas da sua falência.

No horizonte, perfila-se cada vez mais o espectro do brutal atentado à protecção social dos cidadãos. E se é verdade que nesta cimeira apenas o primeiro-ministro britânico, John Major, afirmou claramente que o desemprego na Europa se deve ao custo do trabalho e à rigidez dos mercados de trabalho, não falta quem afirme que dar empregos, sem tirar direitos aos trabalhadores "é uma tarefa quase impossível".

Segundo a Lusa, um responsável europeu foi mesmo ao ponto de dizer que "num contexto de recessão económica, como o actual, só é possível criar empregos e combater o desemprego abrindo mão de certos direitos e benefícios sociais".

Jacques Delors garante que o seu plano "não comprometerá a protecção social dos cidadãos", pois o seu "objectivo é dar à economia europeia performances semelhantes às dos EUA e do Japão, sem ter que baixar a protecção e os benefícios sociais do 'velho continente' para os níveis praticados nestes países".

A questão que se coloca é de como é que isso será possível, prosseguindo a mesma política que fez a CE mergulhar da sua maior crise de sempre.

Minas da Panasqueira Resposta tardia

Em meados de Janeiro, o eurodeputado Sérgio Ribeiro enviou à Comissão Europeia uma pergunta escrita sobre a utilização de fundos comunitários nas Minas da Panasqueira e o despedimento colectivo de 400 trabalhadores. Interrogava o eurodeputado comunista - lembrando que o despedimento colectivo vinha na sequência de rescisões de contratos, num caminho que se previa ser o encerramento das minas - como conciliar tais medidas com o facto da empresa ter recebido meio milhão de contos do FEDER para a reestruturação da empresa. Salientava, por outro lado, que no couto mineiro vivem cerca de 5000 pessoas,

directamente dependentes do trabalho na mina, pelo que o seu encerramento, sem se prevenirem as consequências sociais daí resultantes, provocará o "caos e o drama".

Seis meses depois, a Comissão respondeu. Informa que a empresa recebeu (até 24 de Junho) 131,25 milhões de escudos (737 000 ecus) da participação comunitária de um total de 500 milhões de escudos provenientes do sistema de ajuda ao investimento SIBR (Sistema de Incentivos de Base Regional), co-financiado pela Comunidade (70%) e por Portugal (30%).

Mais diz a Comissão que

"em conformidade com o princípio da subsidiariedade, a gestão do SIBR incumbe às autoridades competentes portuguesas, que informaram a Comissão de que estão a examinar o investimento em causa para avaliarem a capacidade da empresa em termos de observância das condições ligadas à participação do SIBR. As referidas autoridades informarão a Comissão dos resultados desse exame".

Enquanto uns aguardam que outros observem, as minas da Panasqueira estão já reduzidas a 273 mineiros. Este mês, o Ministério do Emprego e da Segurança Social tomou pública a reso-

lução de não aplicar medidas especiais de protecção social no couto mineiro, remetendo os trabalhadores para as condições de protecção no desemprego e de reforma antecipada prevista no âmbito da Lei geral. É de prever que quando as informações das autoridades portuguesas chegarem a Bruxelas, nas minas da Panasqueira já se viva o "caos e o drama".

Enquanto a empresa vai recebendo fundos para uma reestruturação que está a reduzir drasticamente o número de postos de trabalho, na Panasqueira os mineiros e respectivas famílias vão ficando sem emprego e sem casa. E sem alternativas.

Oito orientações para os Doze

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, apresentou na Cimeira de Copenhaga oito orientações para a renovação económica da Europa. Passamos a enumerá-las, com a explicação sucinta da sua justificação.

Em primeiro lugar, defende-se o prosseguimento da construção da **União Económica e Monetária**. Para a Comissão, a existência de uma moeda única consolidará o mercado interno e permitirá uma concorrência leal, para além de reforçar a capacidade de atrair os investimentos e ter um efeito estabilizador sobre o sistema monetário internacional. Considera-se por isso necessário "reencontrar o caminho da convergência, que estimulará o crescimento e a criação de empregos em toda a Comunidade"; "fornecer às políticas nacionais e às estratégias das empresas uma perspectiva credível, clara e compreensível, tornando para tal o mercado interno operante"; "reconciliar a integração europeia com as aspirações dos cidadãos, apontando as vantagens que podem ser retiradas do desenvolvimento da Comunidade e alargando-as aos restantes países europeus".

A segunda orientação aponta para a apresentação da Comunidade **como parceiro aberto e credível no mundo**. Nesse sentido, insiste-se na necessidade de "uma conclusão rápida do 'Uruguay Round' com um acordo equilibrado", que deverá preparar uma "transição da organização mundial do comércio que reflecta a globalização dos mercados e das estratégias das empresas" baseada "no espírito e na prática do multilateralismo".

A terceira orientação vai no sentido de **uma maior cooperação em matéria de investigação e de desenvolvimento**. Neste domínio, os objectivos são: "procurar consagrar 3 por cento do Produto Nacional Bruto à investigação, ao desenvolvimento e à inovação (em vez dos 2 por cento actuais)"; "concentrar as acções comunitárias nos sectores onde seja possível complementar e reforçar as políticas dos Estados-membros e das empresas"; "criar, a nível europeu, com o apoio de acções comunitárias, quadros de cooperação entre as empresas a fim de as ajudar a tirar partido da inovação e a adaptar processos de produção".

Em quarto lugar, defende-se **uma rede eficiente de infra-estruturas de transportes e de telecomunicações**. Considerando que o embaratecimento da circulação de pessoas, bens e serviços reforça a competitividade da economia europeia, propõe-se "um prazo de dez anos para estimular as indústrias europeias empenhadas na concepção e na realização destas infra-estruturas" e considera-se que "um objectivo de 30 mil milhões de ecus por ano" é "um mínimo realista para as despesas neste domínio".

Em quinto lugar, aborda-se a questão de **um espaço comum de informação: a nova revolução tecnológica**. Defende-se, neste domínio, "uma economia descentralizada servida por uma mão-de-obra correctamente formada e por uma profusão de pequenas e médias empresas cooperando entre si", para o que se considera necessário criar na Europa "infra-estruturas europeias de informação". Para o investimento inicial aponta-se o montante de 5 mil milhões de ecus, passando-se de seguida "para um programa anual de 5 a 8 mil milhões de ecus".

A sexta orienta-se a **adaptação profunda dos sistemas de educação**. As prioridades apontadas são: "aprender a aprender ao longo de toda a vida; combinar o saber com o saber-fazer"; "desenvolver as capacidades individuais de criatividade e de iniciativa"; "estabelecer o direito individual à formação contínua (cada jovem receberia um cheque de formação que lhe daria direito a uma educação de base e/ou a uma formação posterior)".

Em sétimo lugar vêm as orientações para **um novo modelo de desenvolvimento**. Neste âmbito, considera-se que "a tomada em consideração do ambiente permitirá criar numerosos empregos"; que "a tributação da utilização dos recursos naturais escassos permitirá aliviar a tributação excessiva do trabalho, reforçando a competitividade da economia europeia" e que "os novos ganhos de produtividade devem ser consagrados à melhoria da qualidade de vida e à criação de novos empregos".

Finalmente, a última orientação aponta para **políticas de mercado do trabalho mais activas**. Considera-se que deve ser dada "prioridade à oferta de um emprego, de uma actividade, ou de uma formação útil a cada pessoa presente no mercado de trabalho"; que as mutações tecnológicas ou económicas devem ser previstas e enfrentadas atempadamente; e que deve "ser melhorada a qualidade e o número das agências de emprego ou dos organismos similares por forma a prestar uma ajuda eficaz a todas as pessoas desempregadas (devendo as despesas passar de 0,1 por cento a 0,5 por cento do PIB da Comunidade)".

Estas orientações devem ser aprofundadas no "Livro Branco" sobre relançamento económico, a apresentar pela Comissão Europeia à Cimeira de Dezembro.

INTERNACIONAL

Guatemala

Cerca de 1500 assassinios foram perpetrados na Guatemala em Abril e Maio de 1993, período em que se registaram 1052 violações aos direitos humanos, informou um grupo humanitário privado.

A organização dos familiares dos detidos-desaparecidos na Guatemala (Famdegua) denunciou que entre estes se encontram 25 crimes «extrajudiciais», imputados a grupos paramilitares.

De acordo com a Famdegua, do total das vítimas mortais, 90 foram mortas com armas de fogo, 38 por armas brancas e cinco através de tortura.

A organização humanitária, que pediu o recomeço do diálogo de paz entre o governo e a unidade revolucionária nacional guatemalteca, exigiu esclarecimentos sobre o paradeiro de 45 mil desaparecidos, na sua grande maioria militantes de partidos políticos.

Apelou ao presidente guatemalteco, Ramiro de Leon Carpio, que tomou posse em 6 de Junho após a destituição de Jorge Serrano, para acabar com a repressão, impunidade e a corrupção no país, o único da América Central onde persiste uma guerra civil.

Meio ambiente

Chipre, Finlândia, Grécia, Itália, Liechtenstein, Luxemburgo e Holanda assinaram em Lugano, Suíça, um convénio sobre a responsabilidade civil de danos causados por actividades perigosas para o meio ambiente.

Segundo um comunicado do Conselho da Europa, o convénio exclui os danos resultantes do transporte de produtos perigosos e acidentes nucleares, já cobertos por outros textos internacionais.

O convénio prevê, entre outros, obter a preparação dos danos causados ao meio ambiente, às pessoas e bens e a indemnização de perdas económicas provocadas por uma alteração significativa do clima.

Em Março, o Comité de ministros do Conselho da Europa aprovou este convénio, que constitui o primeiro instrumento jurídico internacional que defende o princípio da responsabilidade civil para o conjunto de danos causados ao meio ambiente.

Nuclear

Cientistas de todo o mundo incitaram o presidente norte-americano, Bill Clinton, a não reiniciar os testes de armas nucleares.

Clinton, que deve decidir dentro em breve sobre o reinício ou não dos testes nucleares, suspensos em Outubro por um período de nove meses, recebeu também um pedido semelhante apresentado por 107 elementos do Congresso.

«O reinício dos testes nucleares seria um erro trágico», segundo um documento elaborado por físicos dos Estados Unidos, China, Rússia, Europa e Índia. Os signatários apelam ainda a Clinton para iniciar negociações imediatas com as restantes potências nucleares do mundo com o objectivo de proibir todos os testes nucleares.

Os cientistas apelam ainda a outros governos para não reiniciarem os testes. Rússia, França e Reino Unido cumprem uma moratória e a China não faz testes desde Setembro.

Na carta apresentada pelos membros do Congresso afirma-se que ao longo dos anos os Estados Unidos efectuaram mais de 900 testes de armas nucleares e que não são precisos mais.

Alemanha

Milhares de pessoas manifestaram-se contra o Congresso anual do Partido dos Republicanos, de extrema-direita, que se reúne em Augsburg, sul da Alemanha.

A manifestação, organizada pelo Comité bávaro da Confederação dos Sindicatos Alemães, sob a palavra de ordem «uma cidade diz não ao ódio racial e a extrema-direita», decorreu sem incidentes.

A presidente do Partido Social-Democrata Alemão na Baviera, Renate Schmidt, interveio para exigir ao Estado a adopção de medidas rigorosas contra a violência, sobretudo agora que há — sublinhou — «claros indícios de que existe um terrorismo de extrema-direita organizado».

Mais de 800 delegados republicanos participaram no Congresso, a que preside Franz Schoenhuber.

O município de Augsburg tentou anular o contrato de aluguer do «Pavilhão dos Suevos» — onde o congresso decorreu — invocando o risco de confrontos violentos entre os congressistas e manifestantes da extrema-esquerda.

O tribunal administrativo da cidade autorizou a realização do Congresso, fundamentando a decisão na «igualdade de tratamento entre os partidos».

Itália Os resultados das eleições locais

Realizaram-se eleições locais em vários municípios italianos a 6 e 20 de Junho de 1993. Na sua maioria, tratou-se de municípios onde as recentes investigações judiciais em Itália tornaram necessárias eleições antecipadas. Tratou-se das primeiras eleições locais após uma alteração legislativa cuja principal novidade é a eleição directa, em 2 voltas, dos presidentes de Câmara (anteriormente escolhidos pelas assembleias municipais). Nos pequenos concelhos há também alterações que reduzem a proporcionalidade no sistema de representação.

Os dois principais concelhos onde se realizaram eleições foram as duas maiores cidades do norte de Itália: Milão e Turim. Dos muitos motivos de interesse destes resultados saliente-se que em ambas estas cidades o Partido da Refundação Comunista alcança o 2.º lugar nas eleições para as Assembleias Municipais, com 11,8% e 14,6% dos votos, respectivamente. O primeiro lugar nas duas cidades foi alcançado pelas Ligas (40,5% em Milão e 23,4% em Turim). Nas duas cidades o PDS ficou abaixo dos 10% (9,4 em Milão e 9,5% em Turim). No que respeita às eleições para a presidência das Câmaras, os resultados têm diferenças assinaláveis em parte pelo carácter pessoal da candidatura e das alianças que uma eleição de tipo presidencial impõem (até por lei). Assim, em Turim, o candidato apoiado pela Rede, Refundação Comunista e Verdes alcançou na 1.ª volta cerca de 40% dos votos (apesar de os partidos apoiantes apenas terem alcançado cerca de 20% na votação para a Assembleia Municipal) e o candidato apresentado pelo PDS (e apoiado por vários sectores centristas) alcançou 21%. Eliminado da 2.ª volta ficou o candidato da Liga com 19%. Para este resultado terá também contribuído o facto de o candidato apresentado pela Rede (Diogo Novelli) ter já sido presidente da Câmara de Turim (pelo PCI) em finais dos anos 70. Em Milão o candidato presidencial da Liga obteve 38,7% dos votos e disputou a segunda volta com o candidato apresentado pela Rede e apoiado por Refundação Comunista, Verdes e PDS (32%).

De salientar que os resultados nas localidades menores não são tão maus para o PDS que mantém (e alguns casos reforça) as suas maiorias em cidades como Siena, Ancora e Ravenna. Na maioria das localidades do Norte a 2.ª volta das eleições para as pre-

sidenciais da Câmara disputou-se entre os candidatos da Liga e do PDS. Saliente-se ainda:

- o quase desaparecimento do PSI no Norte (1,7% em Milão) e em muitas zonas do Sul;

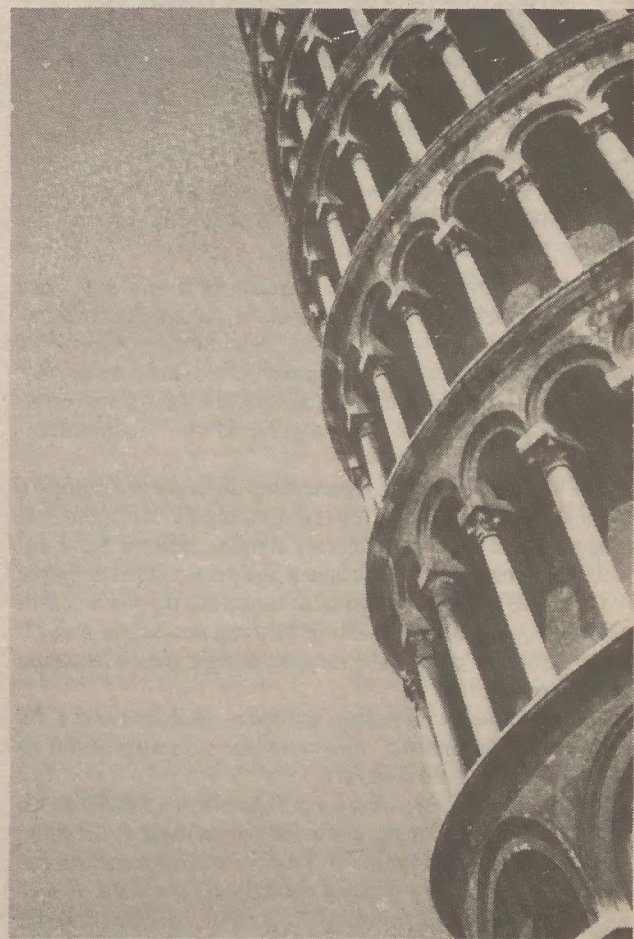
- a grande quebra da DC em todo o país (Sul incluído);

- os resultados da Refundação Comunista no conjunto dos concelhos e em comparação com as legislativas do ano passado correspondem a um aumento de 5,6% para 8,2%. Mas há subidas e descidas, resultantes também de factores organizativos.

De notar o total silêncio da imprensa portuguesa sobre os resultados da Refundação Comunista e, nomeadamente, o «sorpasso» (ultrapassagem) do PDS nas duas capitais do Norte.

Na segunda volta para as eleições dos presidentes de Câmara (20.6.93) os resultados são, nas cidades mais importantes, assinalados por uma vitória das candidaturas mais à direita. Assim, em Milão o candidato da Liga vence com 55% (mais 17% que na 1.ª volta). Em Turim o candidato da Rede - Refundazione é derrotado tendo o candidato PDS subido de 21% para 57% numa verdadeira Santa Aliança de todo o centro e direita para travar a possível vitória de Diego Novelli. Em Catânia (na Sicília), o candidato Rede-Refundazione também perde, embora alcance um resultado inesperadamente positivo (48%). Assim, os candidatos Rede-Refundazione que se apresentaram à 2.ª volta nas 3 maiores cidades onde havia eleições, perderam. O PDS acabou por ser o grande vencedor desta 2.ª volta, graças em grande medida ao novo mecanismo eleitoral. Das 145 localidades onde se efectuou a 2.ª volta, ganhou em metade (73), incluindo em cidades como Turim, onde na votação de 6/6/93 para a Assembleia Municipal não chegou aos 10%. Em 26 destas 73 localidades, o candidato

Com as profundas transformações em curso, e a instabilidade que a vem a marcar, a vida política italiana parece-se com a Torre de Pisa. Difícilmente se pode dizer o que virá a acontecer



PDS tinha o apoio da Refundazione. As Ligas venceram em 16 localidades, todas no Norte de Itália, sendo o resultado mais importante a vitória em Milão. A DC sofre uma derrota pesadíssima.

Presente em 61 2.ª voltas, apenas ganham em 7 localidades, todas de reduzida dimensão. Os restantes partidos da maioria governamental sofrem idênticas derrotas. A Rede elege 7 presidentes de Câmara (todos na Sicília, de onde é oriundo o seu dirigente Leoluca Orlando), mas regista votações muito altas em numerosas outras localidades (contando em geral com apoio da Refundazione). Os fascistas do MSI elegeram 11 presidentes de Câmara no Sul (mais 5 em listas não oficialmente do MSI), num resultado preocupante.

A tónica dos jornais, após a 2.ª volta, é: o PDS tem que escolher entre a «tentação de alianças à esquerda» e as alianças com as forças «responsáveis», isto é Mário Segni e os outros dirigentes da campanha do sil do referendo de 18/4/93. E chamam a atenção que onde optou pelo 1.º tipo de alianças (Milão, onde apoiava o candidato da Rede de

Lla Chiesa) saiu derrotado e onde optou pelo 2.º tipo de alianças (Turim) saiu vencedor. Aparecem várias referências a Turim como lição para o futuro «embrião de uma nova organização política». Já se fala de uma candidatura de consenso Ochetto-Segni à presidência da Câmara de Roma e Achille Ochetto mostra ter já feito a sua opção com declarações logo após a 2.ª volta (La Stampa 22/6/93):

«Nas próximas eleições políticas gerais não poderemos manter a diversidade de alianças que estas eleições locais nos impuseram. Teremos que nos aliar com uma esquerda que tenha por objectivo a oposição. (...) Subemos a inverter a fórmula degasperiana [de Gasperi - 1.º líder da DC no pós-guerra] de um centro com os olhos postos na esquerda. A função histórica do PDS é a de uma esquerda capaz de falar às forças do centro».

Talvez o PDS venha a ter, a curto prazo, um papel-chave na operação de transformação do sistema político. O que não significa que não seja apenas um papel transitório e que os seus serviços não sejam «dispensados» na 1.ª ocasião.

Médio Oriente Impasse nas negociações pela Paz

A discussão imediata do estatuto final dos territórios ocupados, entre palestinianos e israelitas, é a proposta de Nabil Chaath, conselheiro político de Yasser Arafat e responsável da OLP encarregue de acompanhar os trabalhos da delegação palestiniana nas negociações de paz.

Chaath considera que a discussão do estatuto final dos territórios ocupados iria permitir a saída do impasse em que se encontram as negociações israelo-palestinianas, cuja 10.ª sessão deverá encerrar hoje, dia 1 de Julho, os seus trabalhos.

Os termos do convite para a Conferência de Paz estabelecem que as negociações sobre o estatuto final dos territórios ocupados deverão começar no princípio do terceiro ano de regime interino de autonomia.

A verdade é que as duas partes ainda não conseguiram sequer um acordo sobre o regime interino de autonomia, que os palestinianos exigem seja extensivo ao sector oriental de Jerusalém, anexado por Israel.

Em Tel-Aviv pretende-se deixar «todas as opções em aberto» para depois do período de autonomia, continuando a oposição ao início de negociações sobre o estatuto definitivo para os territórios ocupados.

Esta situação de impasse está a gerar grande tensão, tanto mais que se vem a agravar a repressão nos territórios ocupados. Na faixa de Gaza multiplicam-se os confrontos com o Exército e aumenta o número de crianças palestinianas mortas a tiro pelos soldados.

Haidar Abdel Chafi, chefe da delegação palestiniana às negociações bilaterais com Israel, propõe mesmo a suspensão da participação palestiniana nas conversações, ainda que considere a sessão actual importante. Mas a porta-voz da delegação palestiniana, Hanane Aswraui, diz ser preciso «perseguir a experiência» das negociações, pronunciando-se por «uma mudança no mecanismo do processo de paz, com uma participação directa da OLP».

Mísseis sobre Bagdad

Vinte e três mísseis foram lançados pelos EUA sobre Bagdad, num acto de guerra apresentado como retaliação a um plano iraquiano – real ou falso? – que teria como alvo o ex-presidente Bush.

Como resultado do acto de agressão, considerado um «êxito», seis pessoas morreram e várias dezenas ficaram feridas, vítimas de mísseis que caíram fora do alvo – o quartel-general dos serviços secretos iraquianos. Vítimas lamentadas em Washington como «danos colaterais».

Apresentada como forma de combate ao terrorismo e mesmo como opção política externa americana – «Temos de manter as nossas forças prontas para lutar contra qualquer ameaça. Actuaremos quando for necessário», nas palavras do presidente Clinton – a acção militar contra Bagdad faz uma vez mais das populações (no caso, iraquianas) as vítimas das diferentes estratégias de poder, ou tão-só de jogos políticos internos.

Como afirmou ao jornal britânico «The Guardian» um respeitado colunista liberal do mundo árabe, Ahmed Salama, «a administração americana está a comportar-se como o polícia, o juiz e o carrasco nesta região».

Os objectivos expressos, de «castigo» de eventuais planos terroristas que não chegaram a ser concretizados – e quem mandou quem para tal «castigo», ou em direito internacional estaremos ainda na fase da «vedeta»? –, não pode deixar de nos lem-

brar a longa lista de intervenções norte-americanas noutros países, em apoio de ditadores, e os planos,

terrorismo. Ou tão-pouco ao regime de Saddam Hussein. Pois desde já se aguarda, como consequên-

vítimas da força e do arbítrio dos EUA. Dezenas de milhares de pessoas, nos funerais das vítimas, e em manifestações em diferentes cidades iraquianas, gritaram palavras de ordem contra Clinton e em apoio do presidente iraquiano.

Entretanto, alguma imprensa salienta que um acto de guerra como este – aos olhos dos americanos um acto de afirmação do poderio dos EUA – pode contribuir para que o prestígio do presidente americano (em queda) registre novo ascenso.

De realçar, por outro lado, a «compreensão» e apoio registado, em diferentes capitais europeias, à acção militar contra Bagdad. Coro a que significativamente o secretário-geral da ONU se recusou a juntar.

Apoio e compreensão que atestam dum entendimento de relações internacionais segundo a lei do mais forte, em que a liderança cabe a quem tem mais sofisticados mísseis e capacidade para manter uma presença militar em diferentes partes do mundo.

Um esquema que nada tem de novo e recoloca com particular acuidade a questão da transformação das relações internacionais. A transformação das formas de funcionamento da ONU.

Neste quadro, continuam a ser os povos, em função de jogos de poder nacionais e internacionais, as grandes vítimas.

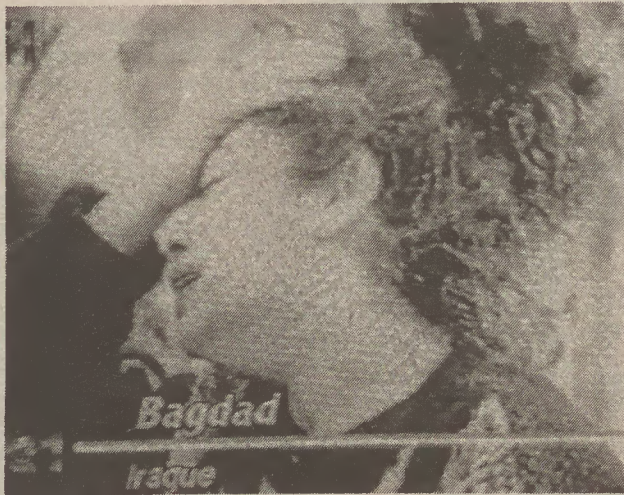
E será de lembrar que, no que ao Iraque diz respeito, o embargo económico, imposto ao regime de Bagdad, traduz-se em factos como a fome, incapacidade de dar resposta à doença, vertiginoso aumento da mortalidade infantil.

Apenas alguns dados concretos.

Relativamente a 1990, a mortalidade infantil aumentou em 4 vezes, passando de 26 em cada mil nascidos vivos para 104 por mil.

A fome e a doença (a falta de medicamentos, em grande medida importados, é um dos grandes problemas) atingem em particular as jovens gerações. Os casos de «marasmo» (desnutrição infantil irreversível) passaram de 5 mil, em 1990, para mais de 200 mil entre 1991 e 1992.

A escassez de alimentos multiplicou os preços. A farinha de trigo e o arroz (componentes básicos da dieta popular iraquiana) custam hoje 30 vezes mais que antes da guerra do Golfo.



Protestos contra agressão norte-americana

A agressão norte-americana ao Iraque tem vindo a suscitar protestos por parte de diferentes organizações cívicas e políticas portuguesas.

A CGTP-IN condenou a arbitrariedade e prepotência da administração americana, considerando que tais actos de agressão «constituem uma forte inibição às tentativas para o encontrar de uma solução de paz para a região».

A CGTP-IN considera ainda «premente a necessidade da ONU pautar a sua acção em conformidade com a preservação dos direitos humanos e da resolução política e negociada de todos os conflitos».

O Partido Ecologista «Os Verdes» sublinha que a «paz mundial não pode ser constantemente posta em causa segundo os interesses das indústrias armamentistas ou de acordo com a fraca popularidade dos presidentes dos Estados Unidos».

elaborados no mínimo com o apoio da CIA, para assassinato de dirigentes políticos.

É também particularmente claro que não está em causa o combate ao

terrores, novos surtos de terrorismo, em particular contra alvos americanos, e um maior apoio ao dirigente iraquiano, por populações que naturalmente se sentem

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP

1. Os bombardeamentos sobre a capital do Iraque decididos e executados pela Administração norte-americana, sem sequer se dar ao trabalho de recorrer ao habitual artifício de colocar o Conselho de Segurança na ONU a servir de biombo legitimador dos seus actos de agressão, revestem-se da maior gravidade, causam justificada indignação e constituem um novo e eloquente testemunho sobre o verdadeiro e essencial conteúdo da «nova ordem mundial» propagandeada pelo imperialismo.

2. O pretexto invocado pela Administração Clinton para desencadear mais esta sangrenta acção militar contra um país independente e que provocou diversas vítimas civis, bem como a frágil e absurda teoria da «legítima defesa», têm o inquietante significado de evidenciar que, assim, os EUA nunca terão qualquer dificuldade em justificar as piores e mais clamorosas violações do direito e das regras de convivências internacionais e se consideram investidos do «direito» limitado a intervir militarmente contra qualquer país, em qualquer parte do mundo.

3. Tal como hoje está perfeitamente esclarecido e documentado que o pretexto oficialmente invocado pela Administração Bush para o ataque aéreo à capital Líbia em 1986 foi laboriosamente construído por uma operação de intoxicação mediática organizada pelos serviços secretos norte-americanos, também não é de excluir que futuramente se venham a conhecer importantes revelações sobre o alegado «plano iraquiano» para assassinar George Bush e designadamente sobre os laboriosos esforços desenvolvidos para que, dois meses depois da invocada tentativa de assassinato, se tenha obtido uma «conveniente» confissão de um dos detidos.

4. Condenando firmemente este novo acto de agressão, o PCP uma vez mais chama a atenção da opinião pública nacional para os enormes perigos e ameaças que os arrogantes propósitos hegemónicos dos EUA representam para os direitos dos povos e das nações e para a segurança e a paz mundiais.

**SOLIDARIEDADE
ANGOLA**
RESPEITO PELOS RESULTADOS ELEITORAIS

**FIM
da
GUERRA**

«Poucas vezes terá sido possível identificar num conflito, com tanta nitidez, a iniciativa da violência. Por isso, o Conselho de Segurança das Nações Unidas não teve dúvidas em atribuir a responsabilidade da situação criada a quem não só recusou os resultados eleitorais, um processo democrático e justo, conforme foi reconhecido internacionalmente, como violou os Acordos de Bicesse e boicotou o consequente processo negocial» — afirma-se em moção aprovada por maioria pela Assembleia da Câmara Municipal de Lisboa, em que se apela «ao povo de Lisboa que apoie activamente a campanha de solidariedade e humanitária, nomeadamente a recolha de medicamentos e alimentos (arroz, feijão, farinha, leite em pó) para Angola, através da respectiva Embaixada ou remetendo para o Centro de Recolha de Lisboa na «Voz do Operário».

Uma campanha de solidariedade e humanitária que tem vindo a recolher múltiplos outros apoios.

Também a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, decidiu, por unanimidade:

«1. Apoiar e aderir à Campanha de Solidariedade com a Luta do Povo Angolano pela Paz.

«2. Criar condições para, na área da Freguesia, promover e divulgar os objectivos da referida Campanha e, nas instalações da Junta de Freguesia, recolher contribuições para a ajuda humanitária ao Povo de Angola.

«3. Solicitar do presidente da Assembleia Municipal, senhor Carlos Arrojado, a convocação, tão urgente quanto possível, da Comissão Pela Paz e Pela Vida do Concelho de Vila Franca de Xira, para analisar o carácter e objectivos desta campanha e eventualmente apoiar, dinamizar e promover iniciativas de solidariedade no âmbito da campanha.

«4. Solicitar da Câmara Municipal o indispensável apoio para as acções de divulgação e dinamização da campanha.

«5. Procurar sensibilizar os órgãos de comunicação social regionais para divulgar a campanha, em primeiro lugar, as decisões contidas nesta resolução, nomeadamente o ponto 2.

O Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, decidiu igualmente apoiar a Campanha de Solidariedade com o povo angolano.

A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal, sublinha em recente nota à imprensa que «a concretização da Paz, no respeito pelos resultados eleitorais e pelos acordos de Bicesse é um passo determinante no combate à doença e à morte e o único caminho possível para combater a fome, a miséria, fonte de todos os males deste povo», e reafirma a sua solidariedade com o povo angolano.

Huambo

Em declaração sobre a situação dos portugueses e outros estrangeiros no Huambo, a Comissão Coordenadora da Campanha de Solidariedade com a luta do povo angolano pela paz reclama, de par do repatriamento imediato dos portugueses que ainda permanecem no Huambo, que «seja reconsiderada a situação de excepção consentida à Unita, que lhe tem permitido dispor de representação em Portugal» e ainda que «a comunidade internacional reforce as medidas tendentes a retirar os apoios à Unita», referindo-se, em particular, a possibilidade de utilizar a «Voz da América», «a utilização de satélites norte-americanos para fins militares e o fornecimento de armas e seu reabastecimento em munições e combustível».



Carlos Carvalhas
no distrito de Portalegre

A CDU nas autarquias para promover o progresso

A jornada CDU no distrito de Portalegre, no passado sábado, começou em Ponte de Sor, já a manhã ia alta. Com ponto de encontro marcado para o Café Jardim, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, estava em terreno conhecido. Há muito que a Câmara Municipal é gerida por comunistas e seus aliados e tem à frente dos seus destinos um homem que todos conhecem: o engenheiro José Amante, de novo candidato a mais um mandato.

Nada mais natural, por isso, que Carlos Carvalhas, na apresentação formal de candidatos à Câmara e Assembleia Municipais, tenha posto a tónica no bom trabalho desenvolvido pelo executivo e manifestado a sua convicção de que o mesmo irá prosseguir, pois a equipa CDU merece certamente renovar o voto de confiança que a população lhe conferiu.

Uma confiança reforçada, capaz de voltar a recuperar a maioria absoluta perdida nas últimas eleições, de forma a tornar mais forte e eficaz a intervenção autárquica, empenhada na defesa dos interesses e direitos da população do concelho, a braços - como a generalidade do país e o Alentejo em particular - com as consequências da política do Governo de Cavaco Silva. A desertificação do interior, o acentuar dos desequilíbrios regionais, o aumento do desemprego, o agravar das condições de vida, são questões que transcendem o âmbito de intervenção das autarquias. Mas o reforço da CDU, no Poder Local como a nível central, é sem dúvida um contributo inestimável para o combate a uma tal política.

Em Ponte de Sor, a continuidade e a renovação estão na ordem do dia. À Assembleia Municipal, a CDU apresenta um novo candidato, o advogado Prates Miguel, que concorre às eleições pela primeira vez. A confiança num bom resultado tem razão de ser. Pela CDU fala o trabalho realizado, a capacidade, a honestidade, a competência, a defesa intransigente dos interesses populares.

E bem que tais interesses estão ameaçados. Que o diga a população de Aldeia Velha, outro ponto de passagem nesta jornada de Carlos Carvalhas por terras do Alto Alentejo. Ali, as carências ao nível dos cuidados de saúde fazem-se sentir até na falta de pessoal especializado, que a terra não consta do roteiro de visitas do ministro Arlindo Carvalho ou dos deputados do PSD.

Futuro incerto

Numa freguesia onde a Reforma Agrária deixou saudades, o futuro é hoje encarado com preocupação crescente. Em

Nota da DORPOR do PCP

A recente eleição da Comissão Regional de Turismo (CRT) de São Mamede veio demonstrar a partidarização da sua composição pela manipulação do colégio eleitoral, em favor de certos sectores do Partido Socialista, contrariamente às afirmações do presidente da CRT.

A não inclusão de representantes dos Municípios, principais agentes de promoção, suporte e de investimento das actividades da CRT, bem como a marginalização de outras entidades, na composição do actual executivo eleito, não contribuiu para a criação de amplos consensos, participação e empenho, necessários à dinamização e execução duma verdadeira política de turismo da região, nas suas várias vertentes.

Consciente dos graves prejuízos que tal eleição representou, o Partido Comunista Português irá pugnar no futuro pela concretização dos objectivos necessários que tornem o turismo como área privilegiada de desenvolvimento e promoção da região.

Aldeia Velha, na agricultura, as consequências da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) já se fazem sentir; na indústria, dominada quase exclusivamente pela Martins e Rebello, o clima de repressão tem vindo a acentuar-se, a par das tentativas de rescisão de contratos dos trabalhadores mais antigos (com oferta de indemnizações que não respeitam a legislação em vigor) e sua substituição por outros sem qualquer vínculo à empresa.

Semelhantes são os problemas de Avis e Benavila, freguesias, tal como Aldeia Velha, de maioria CDU.

O bom trabalho desenvolvido a nível autárquico, como lembrou o camarada Carlos Carvalhas, não deixa dúvidas quanto ao empenhamento e capacidade dos comunistas e seus aliados na resolução dos problemas das populações. Mas responder a questões como o desemprego ou situações de salários em atraso (casos na ZIVA, Martins e Rebello, Fundação Abreu Calado); cumprimento da Lei das Finanças Locais ou concretização de planos de efectivo desenvolvimento regional; defesa do meio ambiente e das potencialidades locais (tão seriamente afectados com o esvaziamento da Barragem do Maranhão); o direito à velhice e à reforma condignas, implicam, como sublinhou o secretário-geral do PCP, a criação de condições para uma alternativa democrática à política do Governo.

As mulheres de Benavila, confrontadas agora com a decisão do Governo PSD de aumentar a reforma para os 65 anos, não faltaram ao encontro com Carlos Carvalhas. E engrossam as fileiras dos que cada vez mais se convencem de que o reforço da CDU é não apenas possível como necessário.

Fronteira quer mudar

O concelho de Fronteira ocupa no distrito de Portalegre um lugar pouco invejável. Com três freguesias (Fronteira, Cabeço de Vide e Vale de Maceiras) e cerca de 4 500 habitantes, é dos concelhos onde o problema do emprego mais se faz sentir.

A actividade dominante continua a ser a agricultura; uma pequena fábrica de confecções, em laboração há pouco mais de dois anos, atravessa crescentes dificuldades. Dois sectores com um futuro pouco promissor, o primeiro ameaçado pela reforma da PAC e o segundo a braços com a concorrência a que não pode fazer frente.

No jantar em Cabeço de Vide, como mais tarde no encontro com a população de Fronteira, no largo da Igreja, para apresentação dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipais, Carlos Carvalhas referiu estas condições do concelho, agravadas pela falta de perspectivas de futuro, que fazem com que os jovens procurem longe as condições de vida que ali não encontram.

Contrariar a acentuada tendência de desertificação e criar condições para o desenvolvimento do concelho é o projecto que a CDU se propõe desenvolver.

Floriano Cordeiro, agente técnico agrícola, membro do PCP, e João Figueira, chefe de serviços de administração escolar, independente, são os nomes que encabeçam as listas da CDU à Câmara e Assembleia Municipais. Têm para Fronteira um projecto capaz de gerar consensos e unir esforços e vontades para levar a cabo o tão necessário desenvolvimento económico, social, cultural e recreativo que a população necessita. Conhecedores dos problemas do concelho (a gestão PSD deixou o município mergulhado em dívidas) e firmes nas suas convicções (ao contrário da actual presidente da Câmara que, eleita nas listas CDU, se passou para as fileiras do PS defendendo no executivo interesses contrários aos da população), os candidatos da CDU estão certos de merecer nas urnas o reconhecimento da sua competência, honestidade e dedicação.

Fronteira pode contar com eles para construir um futuro melhor.

Encontro em Pouco distingue a do PS e do PSD pa

Comunistas e outros jovens activistas da CDU do distrito de Leiria reuniram-se no domingo para iniciar o debate sobre a sua intervenção nas próximas eleições autárquicas.

O encontro, que teve o propósito de ser uma iniciativa informal e por isso mesmo se instalou no barco-bar que dá as boas-vindas a quem entra em Peniche, reuniu algumas dezenas de jovens de vários concelhos e teve a participação de Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP.

Ao longo de uma dúzia de intervenções, falou-se do trabalho da CDU em maioria na Marinha Grande, da reactivação da JCP em Alcobaça, da representação jovem na Assembleia Municipal de Peniche, da dinamização do associativismo em Pombal e das preferências dos jovens actualmente... Foi analisada a intervenção juvenil no poder local e a política de juventude das principais câmaras, chegando os jovens da CDU do distrito de Leiria à conclusão que são muito poucas as diferenças entre as gestões do PSD e do PS. Por isso, o trabalho vai agora continuar, procurando formas de ganhar para a coligação PCP-PEV o voto da juventude, particularmente dos milhares de jovens que vão exercer pela primeira vez o direito de escolher quem os represente nos órgãos das freguesias e municípios.

Também na intervenção de José Augusto Esteves ressaltou a ideia de que a CDU é a verdadeira alternativa para uma melhor gestão autárquica, nomeadamente nos concelhos de Peniche e Bombarral, onde perdem crédito as maiorias do PS ou do PSD. O responsável da direcção regional do PCP apelou ao empenhamento da juventude no combate para manter e mesmo reforçar a maioria da CDU na Marinha Grande, bem como para combater eventuais apelos a um «voto útil» dos apoiantes da CDU no PS, nomeadamente em Pombal.

Conferência em Leiria

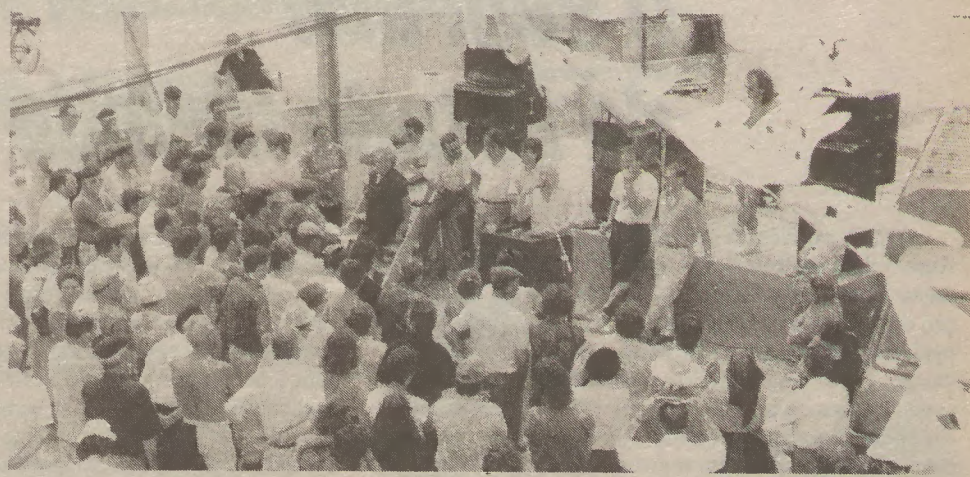
Álvaro Cunhal foi o convidado que o «Jornal de Leiria» escolheu para abrir o ciclo de conferências «No limiar do século XXI». Perante as cerca de duas centenas de pessoas que encheram sábado à noite o auditório da Caixa Agrícola de Leiria, o presidente do Conselho Nacional do PCP falou sobre «A sociedade socialista, a sua experiência no século XX e o seu futuro». Álvaro Cunhal recordou a evolução histórica da humanidade, salientando o papel das classes exploradas e as grandes transformações que as suas lutas impulsionaram. Realçou a revolução russa de 1917 e os êxitos notáveis que foram conseguidos na construção de uma nova sociedade, afirmando que o que levou a derrocada dos regimes socialistas na URSS e no Leste europeu foi, não os ideais comunistas, mas o afastamento desses ideais.

Apesar destas derrotas, o mundo chega ao fim do século muito transformado graças à experiência soviética, nomeadamente no que diz respeito aos direitos conquistados pelos trabalhadores, sublinhou Álvaro Cunhal, reafirmando que o projecto socialista continua a ter validade, pois o capitalismo não se mostra capaz de resolver os problemas das pessoas.

Ao abordar o processo português, o dirigente comunista lembrou que a Constituição de 1976, que apontava como objectivo a construção do socialismo no País, foi aprovada numa Assembleia em que o PCP tinha apenas 30 deputados, e com os votos favoráveis do PS e do PPD, que incluíam aquela meta nos seus próprios programas partidários. Referindo-se à situação actual, Álvaro Cunhal acusou o PSD de estar a agredir o regime democrático nas suas vertentes económica, social, política e cultural.

À intervenção inicial de Álvaro Cunhal seguiu-se um animado período de debate, com várias perguntas vindas de um público politicamente muito diversificado onde, a par de dirigentes, militantes e apoiantes do PCP e da CDU, se viam personalidades de outros partidos (como Oliveira Dias, ex-membro da Comissão Política do PSD e dirigente da Associação para o Desenvolvimento de Leiria, ou Henrique Neto, apontado como «ministro-sombra» do PS para a Economia) e conhecidos empresários de sectores como os moldes, a cerâmica, a indústria vidreira ou o comércio retalhista, entre outras figuras do concelho e do distrito.

Peniche debate preparação das eleições no distrito política autárquica para a juventude



Comício e festa no Bairro dos Pescadores

Os problemas da pesca e as responsabilidades do Governo PSD/Cavaco Silva foram o tema principal da intervenção de Álvaro Cunhal no comício que se realizou em Peniche domingo à tarde, no Bairro dos Pescadores.

O presidente do Conselho Nacional do PCP lembrou que os comunistas alertaram para os perigos que as pescas, tal como outros sectores da vida nacional, corriam, devido à integração na CEE e à forma como ela foi negociada. Depois de recordar as dificuldades de escoamento e os baixos preços do pescado nacional nas lotas, Álvaro Cunhal apontou as principais responsabilidades por esta

situação ao Governo e à sua política, sublinhando a necessidade de encontrar linhas de convergência para encontrar uma alternativa. «Mas não é para que venha outro Governo com a mesma política», afirmou, recordando as propostas e exigências do PCP para este sector.

O comício foi antecedido de uma sardinhada em que participaram algumas dezenas de militantes do Partido e apoiantes e activistas da CDU. O tom de alegria e festa da iniciativa era acentuado pelos adornos dos festejos dos santos populares que animaram o largo durante várias noites de Junho,

Intervenção de Álvaro Cunhal

No PCP e na CDU é estimulada a intervenção própria da juventude

Quase no final do encontro da Juventude CDU do distrito de Leiria, o camarada Álvaro Cunhal fez, de improviso, uma intervenção em que acentuou a importância da juventude como força social que pode hoje influir na evolução dos acontecimentos. Álvaro Cunhal referiu-se ainda a questões como a participação dos jovens na actividade política, os gostos e preferências da juventude actualmente e o trabalho a desenvolver para ganhar os jovens para o apoio e o voto no PCP e na CDU nas eleições autárquicas deste ano.

Da intervenção de Álvaro Cunhal em Peniche publicamos aqui alguns extractos.

A juventude, força social

«Por aquilo que os camaradas disseram, e independentemente das dificuldades que possa haver em alguns concelhos, há boas perspectivas em muitos outros. Os camaradas, sejam JCP ou activistas da Juventude CDU, têm um contacto directo com os jovens que lhes permite ter uma opinião fundamentada acerca do estado de espírito da juventude, acerca do que a juventude quer e de quais são as suas preferências e as suas tendências actuais. Também da parte do Partido, há formas de contacto e de conhecimento das situações que podem permitir, tal como à JCP, uma visão global da situação em relação a esse estado de espírito.

«As situações são muito diversas. Há concelhos e regiões onde a juventude mostra um grande desinteresse por certas actividades e uma grande dificuldade de avançar, mas há outros locais e regiões onde há um avanço notável da JCP e da Juventude CDU, e mesmo uma nova aproximação em relação ao Partido, que é necessário sublinhar. Não me refiro ao 25 de Abril, que é uma revolução em profundidade, altura em que o estado de espírito da juventude era, naturalmente, diferente do que é hoje, quando vivemos um processo contra-revolucionário de destruição de conquistas democráticas e de relançamento de conceitos reaccionários nos domínios ético, moral, político e institucional que são domínios muito vastos da consciência.

«Há entretanto um retomar importante da consciência da juventude como força social e da sua intervenção. Não são coisas menores as lutas em torno da PGA e do aumento das propinas. São grandes movimentações da juventude, naturalmente de carácter conjuntural na medida em que são problemas que tocam directamente os jovens num momento dado, mas que mostram que a juventude não pode ser considerada como um estrato social sem características e intervenção próprias, que mostram como a juventude, quando intervém, é uma força social com capacidade de intervenção própria.

«Isto significa a necessidade de ajudar essa tomada de consciência, a consciência de que a juventude tem capacidade própria de influir nos acontecimentos.

«A situação é muito irregular, mas o panorama geral, no que respeita, por exemplo, a associações de estudantes, é uma modificação importante da composição política das direcções, tanto no Secundário, como no Superior. À escala nacional há uma modificação muito sensível.

«A situação é irregular, mas há, sem qualquer dúvida, nos últimos cinco ou seis anos, uma tomada de consciência da juventude como força social e também, por parte da JCP, uma recuperação de influência, e uma grande participação na Juventude CDU em alguns concelhos e regiões.

«Há também muitos jovens que neste momento entram no Partido, procuram o Partido directamente, além da JCP. A maior parte das adesões ao Partido em algumas regiões é de jovens.

«Quero dar-vos ainda um exemplo significativo: em numerosas escolas - secundárias e superiores - há a aceitação por professores, por iniciativa dos alunos, de temas de estudo relativos ao 25 de Abril, à luta pela liberdade e mesmo à luta do Partido Comunista. Pela minha parte, tenho tido contacto, já este ano, com numerosos núcleos de estudantes de várias escolas que procuram uma informação directa do Partido para trabalhos escolares. Isto demonstra uma abertura que é necessário ter em conta e mostra possibilidades de avançar com iniciativas de intervenção relativamente às próprias matérias escolares.»

«Aquilo que os camaradas aqui referiram em relação a algumas escolas secundárias e algumas autarquias mostra também grandes potencialidades de acção.

«Temos, por exemplo, casos de câmaras municipais de maioria CDU em um notável trabalho realizado de apoio ao associativismo popular. Mas temos também camaradas em câmaras municipais que não têm iniciativa suficiente para dinamizar todas as possibilidades. É também necessário que os nossos camaradas nas colectividades não se apressem em politizar a sua acção. É preciso saber trabalhar nas colectividades resolvendo e dinamizando as actividades dentro dos objectivos específicos e dos princípios democráticos das próprias colectividades.»

A juventude e o futuro

«Muitas vezes se diz que a juventude é o futuro. Mas diz-se que a juventude é o futuro na medida em que amanhã o jovem de hoje deixa de o ser e estará na sociedade com outras responsabilidades e outra intervenção, é o futuro porque os jovens de hoje serão os homens e as mulheres de amanhã. Mas o futuro também é da juventude na medida em que a juventude, hoje, com a sua acção, está já a transformar a vida. A juventude também é o futuro porque tem um papel importante a desempenhar nas batalhas que se travam hoje para preparar as batalhas ulteriores e a transformação da sociedade.

«Foi sublinhada por alguns camaradas a necessidade de que a juventude tenha a sua afirmação própria. Algumas intervenções aqui feitas contêm precisamente uma afirmação própria da juventude e de quadros juvenis.

«Seria defeituoso em termos de intervenção e em termos de interpretação da acção do PCP, haver a ideia de que o PCP procura que os jovens vão atrás do PCP. Há a ideia, da parte do Partido, de que os jovens comunistas devem caminhar a par do PCP, ao lado do PCP, ombro com ombro com o PCP, mas com a sua intervenção própria, a sua criatividade, o seu estudo autónomo dos problemas e as suas análises próprias, e

também a busca de propostas e soluções a partir do seu conhecimento das coisas e da sua capacidade criativa. Somos contra qualquer instrumentalização da juventude, qualquer ideia de comando em relação à juventude (comando político ou comando de tipo militar, ainda que em termos políticos). Pelo contrário, entendemos que deve haver o estímulo à criatividade, à afirmação da juventude, com a sua capacidade própria, o conhecimento directo dos seus próprios problemas, a busca das soluções e a intervenção para a realização daquilo que possam ser linhas programáticas da juventude nas várias áreas.»

Militância e outras prioridades

«Outro problema que queria referir são as responsabilidades políticas e a militância dos jovens comunistas. Muitas vezes a militância, se mal compreendida, pode afastar o jovem militante político do conhecimento e da valorização de muitos aspectos da vida da juventude. Ou seja, deve haver o conhecimento suficiente para compreender a juventude mesmo quando a juventude tem hábitos, gostos e preferências que não correspondem àquilo que nós entendemos que seriam os mais desejáveis. Se não há essa compreensão, tendemos a afastar-nos de sectores amplos que têm até razões para gostar, ter preferências e dar prioridades àquilo que nós consideramos que não são prioridades.

«Da parte de alguns camaradas há uma certa crítica ao gosto dos jovens pelas discotecas, as motocicletas, os computadores... Pode até haver da parte de tal ou tal camarada a ideia de que são coisas negativas à partida. Mas então, na época dos computadores e das motocicletas que dão mais de 200 quilómetros à hora, podemos nós afastar-nos dessas realidades e dizer que não está bem que tal ou tal jovem goste de andar a 200 quilómetros à hora?

«E como é que camaradas que não gostam da dança podem organizar um baile? É um grande desafio, mas para organizar um baile é necessário sentir a dança, gostar de dançar; de outra forma, difícil é comunicar, dinamizar, compreender aqueles que gostam de dançar.

«Há que compreender gostos, necessidades e respostas que a transformação da vida põe na ordem do dia em relação aos jovens.

«A militância política é um empreendimento apaixonante, que dá grandes motivos de alegria e de satisfação própria pela intervenção e pelo resultado que se obtém. Mas que não seja em exclusivo, que não se mostre esse objectivo e essa intervenção como a única capaz de entusiasmar um jovem. Há muitas formas de intervenção, e aqui foram referidas algumas, capazes de interessar, de apaixonar, e devemos também promover e dinamizar com entusiasmo formas de intervenção que não sejam intervenção política. E isso até porque alarga um quadro em que muitos jovens que vão, por exemplo, connosco no que respeita às eleições autárquicas, tenham também outros campos de intervenção que apreciam e nos quais poderão mostrar toda a sua criatividade, o seu talento, as suas preferências e os seus gostos.»

O segredo do Estado laranja

■ António Filipo

O PSD, através da maioria absoluta de que dispõe na Assembleia da República, aprovou a já célebre e justamente contestada «lei do segredo de Estado». A aprovação deste diploma na Assembleia da República foi acompanhada de peripécias para consumo mediático fomentadas pelo PSD com o objectivo de afastar as atenções dos aspectos essenciais do seu projecto. O PSD anunciou cedências e vontades de diálogo que nunca existiram, para afinal, aprovar um texto que em alguns aspectos essenciais vai mais além — para pior — do que o projecto inicial do PSD fazia prever.

Convém referir desde já, para afastar alguns equívocos que o PSD tem procurado criar, que a lei agora aprovada não corresponde à regulação do segredo de Estado nos termos em que esta figura se encontra constitucionalmente concebida. Se existe de facto a necessidade constitucional de definir na lei a estrita excepcionalidade do recurso ao segredo de Estado para defesa última da independência nacional, da segurança do Estado e da ordem constitucional da vida pública e consequentemente regular os termos apertados em que essa excepção possa ser aberta, não é a essa necessidade que a lei aprovada visa corresponder.

Pelo contrário, o PSD pretende consagrar o recurso à classificação de matérias como segredo de Estado como regra de procedimento normal da sua governação. Pretende consagrar não propriamente um regime de segredo de Estado, mas sobretudo um regime de segredo de Governo. Não pretende assegurar a normal e desejável transparência da vida pública, mas ao invés, impor um muro de silêncio sobre a sua governação, pondo-a a coberto da revelação pública de escândalos em que o PSD, os seus governantes e as suas clientelas se vão atolando e desacreditando perante o país.

Apesar de recorrer ao pretexto da falta de legislação sobre segredo de Estado e da permissividade assim consentida, o PSD não pretendeu pôr cobro a essa permissividade. Pretendeu alargá-la e legitimá-la, dando cobertura à sua forma de governar. Consagrou a excepcionalidade do segredo de Estado nos princípios (ao que não podia fugir) mas negou-a no regime concreto adoptado, consagrando a banalização do recurso ao segredo de Estado a utilizar como arma de arremesso contra os jornalistas, contra o normal exercício de competências dos órgãos de soberania que não controla em absoluto e contra os cidadãos em geral.

Se não, vejamos:

1.º — O artigo que no Projecto do PSD se refere ao âmbito do segredo, está redigido em termos tais que, na prática, qualquer matéria minimamente relevante pode ser considerada segredo de Estado, se algum ministro assim o entender. Considera-se que podem ser abrangidos os documentos e informações cujo conhecimento por pessoas não autorizadas seja susceptível de pôr em risco ou de causar dano à independência nacional, à unidade e integridade do Estado e à sua segurança interna e externa.

Não se considera necessário que o dano a causar pelo conhecimento não autorizado dessas matérias seja um dano grave — suficientemente grave para justificar o recurso a uma medida excepcional como a classificação como segredo de Estado — nem sequer se exige que exista a susceptibilidade do dano. Basta a susceptibilidade de pôr em risco os valores supostamente protegidos pelo segredo.

Acresce que a chamada técnica dos «exemplos-padrão» seguida pelo PSD, exemplificando um conjunto de matérias que podem ser classificadas como segredo de Estado, revela um entendimento tão lato quanto à sua aplicação, que torna banal algo que deveria ser absolutamente excepcional.

Uma disposição tão ampla como esta revela bem o objectivo do PSD com este diploma: permitir que tudo o que o Governo e o PSD entendam que não deve ser tornando público possa ser classificado como segredo de Estado. O PSD pretende utilizar o segredo de Estado como a «arma secreta» da sua governação já atolada nos escândalos que são conhecidos. Esta disposição revela até que ponto para o PSD «o segredo é a alma do negócio».

2.º — A formulação aprovada, para a disposição que define as entidades com competências para classificar em definitivo matérias como sendo de segredo de Estado, é mais grave do que a que constava do Projecto de Lei apresentado inicialmente pelo PSD.

Podem classificar documentos como segredo de Estado, o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, todos os Ministros e — imagine-se — os presidentes dos Governos regionais.

É um absurdo que um procedimento tão excepcional como o da classificação como segredo de Estado possa ser adoptado por um conjunto tão vasto de entidades. Porém, a razão de assim ser é evidente. O PSD não está a pensar na excepcionalidade do segredo de Estado nem na eficácia do controlo da sua utilização. Está sobretudo preocupado em permitir que a classificação como segredo de Estado seja discricionariamente utilizada ao serviço dos interesses partidários que presidem à sua governação.

O absurdo de os presidentes dos Governos Regionais poderem classificar a título definitivo documentos como segredo de Estado nem sequer constava do Projecto inicial do PSD. O que assim se pretende consagrar transcende o segredo de Estado. Trata-se de consagrar um verdadeiro «segredo de Região» a coberto da protecção que será dada às matérias a classificar como segredo de Estado. Este poder que o PSD pretende atribuir aos presidentes dos Governos Regionais transcende de uma forma grosseira o quadro de poderes que a Constituição lhes confere.

3.º — O artigo 5.º do texto aprovado na Assembleia da República refere correctamente que a classificação de documentos submetidos ao regime devem ser fundamentadas, indicando-se os interesses a proteger e os motivos ou as circunstâncias que a justificam. No entanto, nada se dispõe quanto à publicidade dessa mesma fundamentação.

Se a indicação dos motivos da classificação de um qualquer documento como segredo de Estado não for sujeita ao dever de publicidade — e nos termos do texto aprovado, não o será — poderá acontecer que a fundamentação dessa medida seja apenas do conhecimento de quem a tomou, sendo assim facilmente frustrável qualquer sistema de fiscalização que se pretenda instituir.

4.º — O texto aprovado refere que as informações e elementos de prova respeitantes a factos indiciários da prática de crimes contra a segurança do Estado (que no Código Penal começam no artigo 334.º e acabam no artigo 383.º) devem ser comunicados à entidade competente para a sua investigação, não podendo ser mantidos reservados a título de segredo de Estado, salvo... e a excepção subverte completamente a regra... com autorização do titular máximo do órgão de soberania detentor do segredo e pelo tempo estritamente necessário à salvaguarda da segurança interna e externa do Estado.

O que com esta norma se pretende consagrar é o seguinte: os detentores máximos do segredo de Estado, que são o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro ou, imagine-se, os presidentes dos Governos Regionais, quando possuírem elementos de prova da prática de crimes contra a segurança do Estado, podem não os comunicar às entidades competentes para a investigação, pelo tempo estritamente necessário à salvaguarda da segurança interna e externa do Estado. Acontece que quem avalia do tempo estritamente necessário para essa salvaguarda são os próprios detentores do segredo que, portanto, podem sonegar esses elementos pelo tempo que muito bem entenderem.

Esta disposição é de extrema gravidade, pois parte do princípio de que, face a indícios conhecidos ou a meios de prova relativos a crimes contra a segurança do Estado, existem entidades melhor colocadas para a salvaguarda dessa segurança do que as que são competentes para a investigação criminal e que essas entidades são os mais altos titulares de cargos políticos.

De duas uma: ou se pretende atribuir aos detentores do segredo de Estado o poder de sonegar provas da prática de crimes contra o Estado, o que é muito grave, ou se pretende atribuir-lhes o poder de actuar em salvaguarda da segurança do Estado com outros meios que não sejam os que se encontram legalmente previstos para actuar nessas circunstâncias e com recurso a entidades que não sejam as que se encontram constitucional e legalmente incumbidas de actuar em matéria de investigação criminal. O que é também extremamente grave.

5.º — O n.º 2 do artigo 8.º do texto aprovado pelo PSD é uma estranha disposição que consta do seguinte:

Quem tomar conhecimento de documento classificado que por qualquer razão não se mostre devidamente acautelado deve providenciar pela sua imediata entrega à entidade responsável pela sua guarda ou à autoridade mais próxima.

Estranha disposição desde logo porque, apesar de no número anterior se encontrarem previstas as adequadas medidas de protecção dos documentos em regime de segredo de Estado contra acções de sabotagem e de espionagem e contra fugas de informação, se admite que esses

documentos possam não se mostrar devidamente acautelados e andar aí às mãos de qualquer cidadão.

Estranha disposição porque não se vislumbra como pode um qualquer cidadão que por qualquer razão tome conhecimento de documento classificado providenciar a sua entrega directamente à entidade responsável pela sua guarda, sabendo-se que essas entidades só podem ser, ou o Presidente da República, ou o Presidente da AR, ou o Primeiro-Ministro, ou um Ministro, ou um Presidente de Governo Regional.

Disposição estranha também por obrigar o cidadão obviamente impossibilitado de entregar o documento à entidade responsável pela sua guarda, a fazê-lo à autoridade mais próxima que, como é evidente, não pode aceder a ele por se tratar de matéria classificada como segredo de Estado.

Estranha redacção que obriga à entrega de um documento de que se tomou conhecimento, sem querer saber de que para tomar conhecimento de um documento não é indispensável a sua detenção material. Basta ouvir dizer. E isso, como é óbvio, não se entrega à autoridade mais próxima.

Caricato à parte, esta disposição tem o sentido de querer fazer de todo e qualquer cidadão um informador ao serviço do Governo e do PSD. O PSD sabe muito bem que os documentos não se acautelam nem se descaminham só por si. O que se visa com esta disposição é obrigar a que um cidadão que tenha acesso a uma fuga de informação não a divulgue. E é claro que o cidadão que se tem em vista é o cidadão jornalista, que tome conhecimento de algum documento que não se mostre devidamente acautelado e tenha a tentação de o divulgar, comprometendo algum membro do Governo em mais algum escândalo que o PSD preferiria ver ignorado.

6.º — O texto legal aprovado pelo PSD vem criar uma comissão de fiscalização que não tem outro objectivo senão o de garantir a discricionariedade e a arbitrariedade no exercício do poder de classificação de documentos como segredo de Estado.

A comissão de fiscalização é uma limitação provocatória aos direitos da oposição. Para além do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, a comissão integra dois Deputados, sendo um do Grupo Parlamentar do maior partido que apoia o Governo e outro de Grupo Parlamentar de partido da Oposição, a eleger nos termos a fixar pelo Regimento.

Quer isto dizer que o PSD se reserva o direito não apenas de designar o seu representante, mas também de designar o representante da Oposição.

Para além disso, a comissão aprecia as queixas que lhe sejam dirigidas (não se diz quem as pode dirigir) sobre dificuldades ou recusa no acesso a documentos e registos classificados como segredo de Estado e emite parecer sobre elas. O parecer no entanto não é vinculativo.

A criação desta entidade não tem o objectivo de assegurar uma real fiscalização democrática sobre a aplicação do regime do segredo de Estado. Visa ao contrário obstaculizar essa fiscalização. A pretexto da existência deste pseudo-órgão fiscalizador, o PSD prepara-se para preterir os poderes de fiscalização da Assembleia da República e dos Tribunais, prejudicando o exercício dos poderes constitucionalmente atribuídos a estes órgãos de soberania.

Com a agravante de o artigo seguinte fazer depender a impugnação de acto que indefira o acesso a qualquer documento com fundamento em segredo de Estado da prévia emissão de parecer da chamada comissão de fiscalização (cujo prazo nem sequer está directamente estabelecido no texto aprovado). O que constitui uma limitação inconstitucional no acesso dos cidadãos à impugnação judicial dos actos que violem os seus direitos.

7.º — Para além de não definir expressamente o regime aplicável aos documentos classificados desde 25 de Abril de 1974 até à data da entrada em vigor da lei que pretende aprovar, o texto do PSD admite que as matérias que as autoridades do regime fascista classificaram como segredo de Estado subsistam como tal pelo prazo de um ano, e possam subsistir se forem entretanto reclassificadas. Esta solução afigura-se de todo inaceitável.

A lei do segredo de Estado agora aprovada na AR e que em breve será submetida ao Presidente da República para promulgação, constitui uma peça importante da estratégia que o PSD tem vindo a pôr em prática e que aponta para a degradação de aspectos essenciais da democracia política. O seu objectivo não é a defesa da independência nacional ou da segurança do Estado, mas, antes, ocultar aos cidadãos a real face da sua política, pondo em causa a liberdade de imprensa e a transparência da vida pública, que são direitos fundamentais dos cidadãos e elementos fundamentais do regime democrático.

1994 – Ano Internacional da Família – pois, pois...

■ **Graça Mexia**
Psicóloga

A Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução 44/82 proclamou 1994 o Ano Internacional da Família (AIF), recomendando que, "dada a transcendência do tema: **Família - capacidades e responsabilidades num mundo em transformação**, se começasse a preparação do evento com grande antecipação, principalmente a nível local e nacional".

Portugal, com o estatuto de observador, participa desde 1983 na Comissão de Desenvolvimento Social das Nações Unidas e, em 1987, foi um dos países proponentes do estudo de viabilidade da proclamação do Ano Internacional da Família.

De acordo com o desenvolvimento da proposta considerou a ONU que "o AIF se deveria ocupar da identificação dos temas que infra-estruturam a família procurando **dar-lhes soluções concretas**".

Cavaco Silva a 22 de Novembro de 1990 decidiu (Resolução do Conselho de Ministros 11/91 publicada no D.R. 1ª Série B, de 4 de Abril de 1991) "dar a mais plena adesão à proclamação do AIF" e "mobilizar a sociedade portuguesa num vasto e empenhado movimento em prol das famílias e imprimir uma renovada dinâmica às estruturas da política familiar". Declarou nessa Resolução que "o Estado Português se tornou nos últimos anos verdadeiramente inovador e mesmo pioneiro, não podendo deixar de firmar-se numa posição de vanguarda que lhe permita dar execução cabal a imperativos constitucionais". Acrescentamos nós: Sim? Quem diria... Que descaramento...

Mas Cavaco diz mais: "É preciso adoptar providências concretas, nomeadamente de carácter legislativo, a favor das famílias". Venham elas!

Mas se é por exemplo medidas para aumentar os desempregados(as)... não, obrigada!

Nessa "tocante" Resolução mais decide ainda o Primeiro-Ministro criar na Presidência do Conselho de Ministros uma Comissão para o Ano Internacional da Família.

Essa Comissão, presidida por ele próprio, é constituída por várias entidades como o ministro do Emprego e da Segurança Social, um representante do ministro da Educação, o Director Geral da Família, o presidente do Instituto da Juventude, o presidente da Caritas, etc., etc. Entrou a dita Comissão em funcionamento em Abril de 1991. A sério, verdade, verdade que já tem mais de dois anos, já devia pelo menos andar... mas, leitoras e leitores, sabiam que ela existia? Já deram por alterações **positivas** quanto ao bem-estar das Famílias Portuguesas?!

Mas há mais... Já em Maio de 1990, Teresa Costa Macedo, então presidente da União Internacional dos Organismos Familiares, acompanhada pelo, à época, ministro da Educação,

Roberto Carneiro, que representava as famílias portuguesas(!), comunicaram, no Vaticano, ao Papa João Paulo II que o AIF encerraria em Portugal em 1994 o que o Papa achou "muito bonito" nas palavras de Costa Macedo...

Seminário - A Mulher na Família Actual

Constitui-se entretanto um grupo da Família nas Organizações Não Governamentais (ONG's) funcionando também junto ao Conselho Consultivo da CIDM (ex-Comissão da Condição Feminina).

Gostaríamos, antes de avançar, de relembrar que as Organizações de Mulheres (e entre elas a OMC - Organização das Mulheres Comunistas) não esquecem a "desgradação" por via governamental - quando foi extinta em 4 de Dezembro de 1991 a Comissão Parlamentar Feminina a transferência da tutela da CIDM. Desde a sua criação em 1977 a então Comissão da Condição Feminina dependia da Presidência do Conselho de Ministros e detinha assim uma posição privilegiada que lhe permitia actuar em todas as áreas e sectores que directa ou indirectamente se prendem com os problemas das mulheres (como a Família, acrescentamos...)

A integração no Ministério do Emprego reduziu entretanto as questões femininas a uma visão economicista, encarando os problemas apenas numa perspectiva laboral. Passou a designar-se Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres - CIDM e a estar de facto unicamente ligada ao Ministério do Emprego e da Segurança Social!

Como acima referimos, o grupo da Família das ONG's funcionando no Conselho Consultivo da CIDM e onde o nosso Partido está representado através da OMC, decidiu levar a efeito, no fim de Maio passado, um Seminário, do qual, pela sua importância, consideramos útil referir alguns factos.

O Dr. Carlos Santos, representando as Nações Unidas em Lisboa referiu que "o que se passa com as famílias afecta a sociedade e vice-versa" e apelou a que se fizesse uma "campanha com pais e professores para debaterem os problemas que afectam a família actual". Mais debates?

Será que não sabemos já o que afecta as famílias portuguesas? Não será que é mais importante soluções que debates? **Exigir respostas!**

A Dra. Marieta Pinto, sub-Directora Geral da Família, funcionando na Secretaria de Estado do Ministério do Emprego e da Segurança Social, declarou que **1994 vai ser o ano para "Investigar, Debater, Dialogar sobre a família"**, e que vai haver "uma exposição de pintura, um ciclo de cinema e uma peça de teatro entre outras importantes manifestações culturais". Ótimo!

"A Família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros."

(Artº 67 da Constituição da República Portuguesa)



Como vai melhorar a qualidade de vida das nossas famílias...

Informou que sairá em breve um livro - "Relatório sobre a Família Actual Portuguesa" com o que nos congratulamos pois passaremos a ter os números da desgraça!

Se não fossem as intervenções e o debate com especial destaque para as representantes da CGTP, do MDM, da UMAP, da Associação das Mulheres Juristas e da Organização das Mulheres Comunistas ficaríamos todas e todos com a ideia de que vivemos num país maravilhoso onde as famílias são muito felizes e que 1994 vai ser apenas um ano "festivaleiro"!

Nós, da OMC, continuamos a considerar a família como "base e núcleo fundamental da sociedade" como dizia Engels, mas, há famílias e famílias e, hoje, cada vez mais a família é um agregado de consumo em que a economia doméstica sofre as tensões do mercado. A própria alienação do indivíduo tem levado à perda da unidade da(s) família(s). Não se pode referir a família de forma abstracta, desresponsabilizando o Estado. E a difusão da violência, do individualismo, a mercantilização dos valores humanos, do racismo e da xenofobia em vez da solidariedade?

É muito bonito o lema da Direcção Geral da Família "Família - Um valor a promover" mas será só com concursos de cartazes, de slogans e de fotografias que se chega a algum lado?!

O logotipo da AIF também tem a sua graça - **um coração debaixo de um tecto** mas um "coração" com fome, desempregado e sem tecto dá que pensar, não acham?...



Daí que vos propuséssemos as seguintes reflexões:

Será que não tem a ver com a(s) Família(s):

- Que o desemprego cresça, situando-se já nos 8 por cento da população activa (dados oficiais)?
- Que o trabalho infantil continua a proliferar perante a ineficácia da intervenção do Governo?
- Que o valor do salário mínimo nacional fixado para este ano seja ridículo?
- Que o poder de compra dos salários se degrada dia a dia?
- Que só no distrito de Lisboa, no primeiro trimestre de 1993, mais de 15 mil trabalhadores tenham ido para o desemprego?
- Que continua uma política de desresponsabilização social do Estado, sobretudo nas áreas da saúde, do ensino e segurança social?
- Que a imposição de reformas antecipadas e pré-reformas a muitos milhares de trabalhadores relativamente novos, cause prejuízos imediatos nas suas condições de vida e no financiamento da Segurança Social?
- Que o novo cálculo para as futuras pensões irá prejudicar fortemente os trabalhadores que se reformem com menos de 37 anos de pagamento de contribuições?
- Que se agrave a idade da reforma para as mulheres, passando de 62 para 65 anos?
- Que hoje há 30 milhões de desempregados na Europa e que esse número continua a aumentar?
- Que na Comunidade Europeia vivam 100 milhões de pessoas abaixo dos limites da pobreza e que em Portugal são 40 mil e só em Lisboa cerca de 3500 pessoas vivam e durmam nas ruas?
- Que 14,3 por cento dos idosos estejam em situação económica altamente precária?
- Que no distrito de Lisboa mais de 5 mil trabalhadores tenham, neste momento, salários em atraso?
- Que o Relatório das Nações Unidas referente a 1993 coloque Portugal na cauda da Europa em termos de qualidade de vida?

Há famílias... e famílias

Para os reformados o Deserto - a miséria

Cerca de 750 mil recebem	24 700\$00 /mês
Mais de 560 mil	17 600\$00 /mês
Cerca de 500 mil	15 700\$00 /mês
Cerca de 250 mil	menos de 15 700\$00 /mês

Para os governantes o Oásis - a riqueza

Primeiro-Ministro ganha	1085 contos/ mês
Ministros	941 contos/ mês
Secr. Estado	889 contos/ mês
Outros cargos públicos	entre 600 e 900 contos/ mês



A Lisboa dos pobres

A pobreza no distrito de Lisboa foi tema de um colóquio realizado, no final de Maio, pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, que contou, tal como o «Avante!» noticiou na altura, com a presença de António Abreu, membro do Conselho Nacional do PCP, Daniel Branco, presidente da AML, Sérgio Ribeiro, deputado do PE, entre outros. Os artigos que hoje publicamos resultam de intervenções e dados divulgados no colóquio da DORL e abordam com detalhe os problemas da terceira idade e das minorias étnicas que, como se sabe, são as camadas mais atingidas pelo drama da pobreza na região da capital

A idade da miséria

Reflectir sobre a pobreza no distrito de Lisboa, sem se abordar as condições de vida da 3.ª idade no distrito, será sem dúvida uma reflexão incompleta.

Para se falar sobre este tema temos de reflectir as pensões da segurança social, os lares da 3.ª idade e centros de dia, os cuidados de saúde, e as condições de vida das famílias.

Não basta dizer que os valores das pensões são baixos, temos também de salientar que a passagem de pensionista representa, na maior parte dos casos, um abaixamento significativo nos montantes mensais disponíveis para cada cidadão.

Se não vejamos a situação hipotética de um cidadão que auferiu o salário mínimo nacional nos últimos 5 anos de vida profissional, tendo passado à situação de pensionista em 1993.

Se este beneficiário da segurança social apresentasse uma carreira contributiva de mais de 37 anos a percentagem do salário médio encontrado (41 428\$00) seria de 80% o que conduziria a uma pensão mensal de 33 650\$00.

No caso do período contributivo ser mais pequeno a pensão seria substancialmente reduzida. Se tivesse 15 anos ou menos de contribuições a pensão seria a mínima nacional de 24 700\$00.

De salientar que houve profissões que só foram abrangidas pela segurança social depois do 25 de Abril de 1974, pelo que nestas situações as pensões serão obviamente bastante pequenas.

Com o novo regulamento de pensões que o Governo está a preparar a situação não será mais brilhante. Tanto quanto se sabe do projecto daquele novo regulamento, o salário médio que servirá de base ao cálculo das pensões será achado através dos melhores 10 anos dos últimos 15 com carreira contributiva (actualmente são os melhores 5 dos últimos 10).

Quanto à percentagem para formação da taxa da pensão passará para 2% por cada ano com entrada de contribuições o que significará que para se atingir os 80% serão necessários 40 anos de contribuições em vez dos actuais 37.

O Governo refere naquele projecto que os salários a considerar para o cálculo serão indexados, isto é, revalorizados por uma tabela a publicar e que terá em conta a inflação.

Com tanta contenção orçamental, quem acredita que a tabela será feita para revalorizar efectivamente a base de cálculo das pensões?

No distrito de Lisboa vivem cerca de 278 860 pensionistas de invalidez e velhice e 83 847 de sobrevivência, do chamado regime geral de segurança social, dos quais cerca de 50% auferem mensalmente a pensão mínima nacional de 24 700\$00 e 14 820\$00, respectivamente.

Quanto aos pensionistas rurais do distrito são 34 389 recebendo mensalmente 17 600\$00. A pensão social abrange um número de 24 704 pessoas que recebem mensalmente um valor de 15 700\$00.

É óbvio que a frieza dos números atrás mencionados dão-nos a dimensão das dificuldades que estes cidadãos enfrentam

no seu triste dia-a-dia. Todos reconhecemos que o melhor ambiente para o idoso é o seio da sua família, no entanto há cada vez mais situações em que isso não é possível, quer por habitações exiguas ou demasiado longe do local de habitação do idoso, quer por graves condições de saúde.

Assim, quando há necessidade de acompanhamento permanente o recurso aos lares de 3.ª idade é inevitável. O seu preço é, no entanto, incomportável para a maioria das pessoas, pois, se for de qualidade aceitável rondará mensalmente entre os 75 000\$00 e os 100 000\$00.

Com os valores de pensão que atrás referi quem poderá suportar tais preços?

Os mais baratos não são mais do que depósitos de velhos, com um ambiente deplorável onde se amontoam camas em espaços diminutos e o cheiro é, por vezes, nauseabundo.

Os lares oficiais, da segurança social ou das Santas Casas de Misericórdia do distrito são manifestamente insuficientes para as necessidades do distrito.

Os cuidados de saúde estão cada vez mais degradados, com Centros de Saúde superlotados em que para se conseguir uma consulta é uma autêntica odisséia. Nos hospitais a situação também não é melhor, pois, as consultas chegam a demorar meses, não sendo a 1.ª vez que quando o dia marcado para a consulta chega o paciente já morreu.

Um ministro disse em tempos que quem quer saúde que a pague e realmente com 8 de governos laranjas esta máxima tem sido atingida.

Em Portugal, o papel destas comunidades é, pois, determinado por uma maioria que as sujeita a um processo de marginalização que tem, como dissemos, o expoente máximo aos níveis habitacional e laboral. A estratificação social assume um lugar relevante nesta relação maioria/minoria: uma minoria não é, por conseguinte, um grupo de reduzidas dimensões: o que se passa é que os seus membros estão sujeitos a formas de discriminação, segregação e até de perseguição por parte do grupo maioritário que detém o poder sobre os sectores económico, político e social.

As comunidades étnicas partilham de uma marginalização social com as camadas mais carenciadas da população portuguesa acrescida de outra de cariz étnico. Pensamos que o estigma poderá ser gradualmente removido se forem criadas condições para que as comunidades possam potencializadas as suas capacidades e recursos.

Com efeito, os vínculos de parentesco, de contiguidade e de amizade que se constituem em redes pessoais de suporte social e cultural, permitem a sobrevivência e a progressiva integração destas populações imigrantes nos novos locais de vida. Há como que uma fusão de idiomas, de parentesco e de companheirismo — que se revelam como os principais vectores da organização social e cultural. A sua especificidade projecta-se, igualmente, numa cultura expressiva que se revela na música, na dança, na gastronomia, nas habitações, nas crenças e práticas simbólico-religiosas, na manutenção de ritos de passagem tradicionais, momentos altos na congregação de parentes e patrios. O papel das Associações Culturais destaca-se na defesa e divulgação deste património e dos legítimos direitos destas comunidades.

Para se inverter esta situação é necessário e urgente que os trabalhadores do activo se consciencializem na defesa de uma segurança social do Estado ao serviço dos cidadãos, de acordo com o preceituado na Constituição da República.

É urgente a criação de Centros de Dia e de Convívio, de Lares, de modo a que a população idosa do distrito tenha o fim de vida digno a que todos os cidadãos têm direito.

Quanto mais conseguirmos para os idosos de hoje melhor será o nosso amanhã de idosos.

■ Isabel Quintas



Minorias marginalizadas

A existência de minorias étnicas na sociedade portuguesa tem séculos. A secular presença da comunidade cigana e a presença de uma comunidade africana no século XVI, que se foi integrando com a abolição da escravatura no século XVIII, são disso testemunho. Mas é nas últimas décadas que fortes fluxos migratórios oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa fazem com que a presença de minorias étnicas na nossa sociedade adquira um carácter estrutural. Este mede-se não só pela dimensão do fenómeno como pelo carácter familiar da imigração, o que possibilita o reagrupamento familiar, e também pela dependência do mercado de trabalho relativamente à mão-de-obra dos imigrantes.

O quadro de existência das minorias étnicas em Portugal situa estas comunidades nas categorias sociais mais vulneráveis à pobreza.

As comunidades étnicas enfrentam inúmeros problemas para se integrarem na sociedade portuguesa. A falta de estruturas, que assumam um papel vocacionado para esta problemática, deixa esta população entregue a si própria, numa situação de grandes dificuldades de integração. Estas verificam-se a todos os níveis; num universo sociocultural tão diferente dos seus, as dificuldades são múltiplas ao nível da habitação, trabalho, obtenção de documentos, isenção no ensino, linguísticas, formação profissional, saúde, etc.

As autoridades portuguesas, para além de não criarem infra-estruturas mínimas de apoio, não têm implementado políticas que visem a integração progressiva destas comunidades.

Esta situação leva a que sejam atiradas para processos de marginalização social, vivendo, deste modo, num estatuto de inferioridade que as afasta dos principais processos de integração que passam pelo direito à habitação, ao trabalho, à educação, à protecção social, à saúde, entre outros.

Com efeito, uma minoria étnica caracteriza-se por uma falta de poder de decisão face ao seu futuro; distinta de um grupo étnico, uma minoria não determina a natureza da sua relação com a maioria, nem a natureza da sua identidade; esta é definida exteriormente pela maioria. Deste modo se produz uma identidade estigmatizada, consequência da interiorização de uma imagem de si própria negativa.

Em Portugal, o papel destas comunidades é, pois, determinado por uma maioria que as sujeita a um processo de marginalização que tem, como dissemos, o expoente máximo aos níveis habitacional e laboral. A estratificação social assume um lugar relevante nesta relação maioria/minoria: uma minoria não é, por conseguinte, um grupo de reduzidas dimensões: o que se passa é que os seus membros estão sujeitos a formas de discriminação, segregação e até de perseguição por parte do grupo maioritário que detém o poder sobre os sectores económico, político e social.

As comunidades étnicas partilham de uma marginalização social com as camadas mais carenciadas da população portuguesa acrescida de outra de cariz étnico. Pensamos que o estigma poderá ser gradualmente removido se forem criadas condições para que as comunidades possam potencializadas as suas capacidades e recursos.

Com efeito, os vínculos de parentesco, de contiguidade e de amizade que se constituem em redes pessoais de suporte social e cultural, permitem a sobrevivência e a progressiva integração destas populações imigrantes nos novos locais de vida. Há como que uma fusão de idiomas, de parentesco e de companheirismo — que se revelam como os principais vectores da organização social e cultural. A sua especificidade projecta-se, igualmente, numa cultura expressiva que se revela na música, na dança, na gastronomia, nas habitações, nas crenças e práticas simbólico-religiosas, na manutenção de ritos de passagem tradicionais, momentos altos na congregação de parentes e patrios. O papel das Associações Culturais destaca-se na defesa e divulgação deste património e dos legítimos direitos destas comunidades.

Habitação

Um olhar atento sobre as comunidades étnicas permite-nos verificar que marcam de forma visível a sua presença. Os imigrantes foram os arquitetos e construtores das suas habitações, os urbanistas dos bairros edificando-os de forma espontânea e integrando elementos simbólicos próprios da comunidade; foram edificando as suas casas de forma flexível e evolutiva, adaptando-as aos ritmos e costumes quotidianos, bem como às sucessivas alterações do grupo doméstico. Contudo, a ausência de uma política de habitação social que vá ao encontro das necessidades das famílias de fracos recursos, motivam a concentração destas comunidades étnicas em bairros de *habitat* degradado, os quais constituem grandes bolsas de pobreza. De facto, os sucessivos fluxos de imigrantes que vieram instalar-se na Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo de origem africana, contribuíram para alar-



Alarme

Lisboa é, de todas as cidades do País, aquela em que fluxos constantes de indivíduos sociais e culturalmente desenraizados mais se instalam e lutam pela sua sobrevivência. Neste momento calcula-se em cerca de 50 mil o número de pessoas pertencentes a minorias étnicas pobres aqui residentes.

A existência dos «Sem Abrigo» é um fenómeno eminentemente urbano. Calcula-se que só em Lisboa, cerca de 3500 pessoas «vivem» nas ruas, dormindo nas escadas de prédios e casas velhas para demolição, nos comboios, nas arcadas de São Domingos, nas salas de espera dos hospitais, nos jardins, nos carros abandonados.

Os deficientes, grupo por excelência vulnerável e dependente, constitui 10% do total da população da cidade de Lisboa.

Sendo Lisboa uma cidade envelhecida, apresenta uma taxa elevada de população idosa (14,29%) que se caracteriza por:

- Forte isolamento e desapego familiar;
- Dependência de terceiros;
- Problemas de saúde;
- Ausência de alternativas à vida activa;
- Situação económica precária.

(Fonte: Departamento de Acção Social da CML. Segundo dados do Banco Alimentar contra a fome/IPS, estima-se o número de pessoas comprovadamente necessitadas na área da Grande Lisboa em 150 000.

gar as manchas de espaços urbanos marginais, áreas segregadas do contexto urbano envolvente, que favorecem a «guetização» e o isolamento social dos que aí residem.

Também a exiguidade das «habitações», a falta de privacidade, potencia conflitos familiares, expõe, sobretudo crianças e jovens, a factores de risco.

Privados de água, electricidade, condições sanitárias, saneamento básico, com escasso equipamento doméstico, encontram-se numa situação de pobreza que proporciona a exclusão social destas comunidades.

Trabalho

A inserção das comunidades étnicas no mercado de trabalho é fortemente condicionada por diversos factores — uns de carácter individual, como seja, a falta de formação de base, a formação profissional, as dificuldades que advêm da sua origem cultural e linguística, a situação de clandestinidade, ou factores de ordem social que têm a ver com o sistema de emprego, nomeadamente a precarização do trabalho, o sistema de remunerações, a falta de segurança social, que conduzem a uma permanente insegurança e precariedade do estatuto económico.

Estão inseridos em sectores cujas características fomentam esta situação. Ligados a actividades de construção civil e obras públicas, serviços domésticos, venda ambulante, são trabalhadores que não beneficiam de qualquer protecção legal, ficando privados de direitos e regalias sociais, numa situação de vulnerabilidade face às condições impostas pelas entidades empregadoras, relativamente a horários, condições de higiene e segurança, regime de trabalho extraordinário, subsídios, férias, etc.

Por outro lado, o elevado número de desempregados agrava a situação de exclusão, uma vez que a grande maioria dos trabalhadores imigrantes não beneficia de protecção social no desemprego.

Educação

É um instrumento fundamental para a integração das gerações mais jovens em todos os domínios da sociedade. A avaliação da situação da segunda geração destas comunidades étnicas revela que as crianças e os jovens encontram grandes dificuldades de integração no sistema escolar, apresentando elevadas taxas de insucesso escolar e de abandono precoce da escola.

Tendo em consideração a realidade atrás descrita, torna-se necessário apontar algumas medidas que deverão ser tomadas pela Administração Pública, nomeadamente nos domínios:

Da habitação — Deverá ser implementada uma política de habitação social que tenha em consideração os recursos dos agregados familiares e eliminadas quaisquer restrições no acesso dos imigrantes ao crédito para aquisição de casa própria.

Do trabalho — O elevado grau de precarização do emprego nestas comunidades exige medidas interventivas eficazes das autoridades competentes com vista a pôr termo às diversas formas de contratos ilegais.

Deve-se ter em conta a necessidade de se adoptar programas específicos de formação profissional com o objectivo de valorizar o trabalho imigrante não só nas actuais profissões mas também possibilitando o acesso a outras profissões mais qualificadas.

Da saúde e segurança social — O acesso aos serviços de saúde e à segurança social exige a estabilidade no emprego e todo um processo de contribuições para a segurança social como garantia da protecção do trabalhador imigrante.

Da educação e ensino — Como garantia do acesso ao ensino e do sucesso educativo, torna-se indispensável criar condições, através de protocolos a estabelecer com as Autarquias e o Ministério da Educação para que sejam implementados nas Escolas programas especiais que tenham em consideração a cultura de origem bem como os problemas linguísticos, sobretudo nas escolas onde se concentra elevado número de crianças e jovens oriundos das comunidades étnicas.

Em poucas palavras, podemos concluir que as condições de vida das comunidades étnicas configuram um quadro caracterizado por forte pobreza material, vivendo na sua maioria numa situação de privação ou exclusão relativamente a parâmetros de vida da sociedade portuguesa.

Só uma política de promoção e de integração social que contemple programas específicos nos domínios da habitação, emprego, formação profissional, educação, saúde, protecção social e de respeito pelas diferenças culturais poderá criar con-

dições que obstem a que uma vaga de racismo e xenofobia alastre em Portugal; isto é, uma política de cariz humanista, de solidariedade social que promova o entendimento entre povos de origem diferentes, que garanta a igualdade e o desenvolvimento social e cultural.

■ Marina Antunes

As propostas do PCP

No sentido de contribuir para tornar menos penosa a situação dos idosos e dos excluídos sociais em Portugal, o grupo parlamentar do PCP, após ter já apresentado uma Carta dos Direitos dos Idosos e propostas para a actualização das pensões e outras prestações sociais, apresentou, no passado dia 5 de Maio, na Assembleia da República, duas novas iniciativas.

A primeira fixava um rendimento mínimo de subsistência e que nos termos propostos pelo PCP iria abranger cerca de 1 milhão de cidadãos. O texto do diploma referia que Portugal é o país da Comunidade com maior percentagem de pobreza - 32,7 por cento - considerando como pobres as pessoas cujo rendimento seja inferior a metade do rendimento médio do respectivo país.

Em este contexto, aliás reconhecido pela Comunidade que, em 24 de Junho de 1992, adoptou uma recomendação aos Estados-membros para que estes assegurem «o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana», que o grupo parlamentar do PCP reclama:

- Um rendimento mínimo de 50 por cento do salário mínimo nacional para um agregado de uma pessoa. A proposta estipula que o Estado, através do seu Orçamento, assegure o valor da diferença entre o rendimento individual e o rendimento mínimo de subsistência, gozando os beneficiários ainda dos seguintes direitos e regalias:

- Isenção do pagamento da taxa moderadora para o acesso aos serviços de urgência e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime de ambulatório;

- Participação total do Estado no custo dos medicamentos;

- Subsídio especial de renda previsto para casos de manifestação de carência;

- Isenção de pagamento de quaisquer taxas cobradas pela prestação de serviços públicos.

Um segundo projecto do PCP propunha a elaboração de uma estudo sobre a situação dos idosos e de exclusão social em Portugal. O diploma proposto aludia à proclamação pelo Conselho das Comunidades do ano de 1993 «Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre Gerações», reconhecendo a sua importância dado que «um em cada três europeus tem mais de 50 anos e um em cada cinco tem mais de 60 anos».

O PCP adiantou outros números relativos ao envelhecimento em Portugal:

- Em 1960 existiam 937 473 cidadãos com mais de 60 anos, que representavam 11,5 por cento da população;

- Em 1970, este número sobe para 1 240 000 pessoas que representam 14,4 por cento da população;

- Em 1981, os cidadãos com mais de 60 anos são já 1 553 616 ou seja 15,8 por cento da população;

- Finalmente em 1991, 1 933 116 pessoas têm mais de 60 anos, representando 18,6 por cento dos portugueses. Segundo o PCP, prevê-se que em 2020, os idosos atinjam os 27,6 por cento da população.

Apesar destes índices preocupantes, nenhum estudo, nem nenhum indicador oficial foi até hoje publicado que permita conhecer com rigor a situação económica e social em que vivem os idosos em Portugal.

Neste sentido, o PCP pronunciou-se pela «necessidade de o Governo promover a realização periódica de estudos e a sua posterior publicação sobre a situação dos idosos e a exclusão social em Portugal».

Cuba aperfeiçoa a democracia

■ Zillah Branco

Com o desaparecimento do socialismo na Europa os povos têm assistido impotentes ao aperfeiçoamento de mecanismos de poder que impedem as antigas formas de participação popular. Como disse o Ministro da Justiça Laborinho Lúcio em entrevista televisiva no dia 4 de Maio. «as instituições estão sujeitas a uma utilização perversa». Ele confia, e quem mais? Os seus pares, com certeza, os donos do poder. Cresce a defesa dessa elite na mesma proporção em que se multiplicam as leis sobre o sigilo que classificam como «interesse do Estado» tudo o que poderá abalar a credibilidade dos que falam em seu nome.

As denúncias acerca dos variadíssimos processos de corrupção postos em prática por responsáveis de altos cargos governamentais ou seus parentes estendem-se de país a país, criando pelo menos um laço que os irmana. Poucas são as condenações. Geralmente grandes somas de dinheiro cobrem as cauções e o indiciado em processo de burlas e desvios de bens do Estado sai alegremente para vender camisas na Tailândia ou noutra porto livre. Os que ficam atrás das grades são os que não podem pagar o preço da caução, ou lesaram os interesses particulares da classe poderosa. Não vale a pena entrar nestes casos que hoje servem de matéria a toda a imprensa nacional e internacional. A «denúncia» tem mérito quando serve a mudança do sistema de poder, não como arma de pressão psicológica contra os que não pertencem à classe poderosa.

Já se foi o tempo em que um político se demitia do governo por ter laços de parentesco com uma pessoa acusada de criminalidade. São os respeitáveis Bérégovoy a pagarem pelos crimes dos sorridentes réus que ultimamente temos visto nos Tribunais. Aqui em Portugal, no primeiro governo constitucional, um ministro do PS pedia a demissão do cargo público porque um filho seu aparecera comprometido em processo criminal. Não envolvia o seu procedimento no Governo, mas a solidariedade familiar implicava deixar o caminho livre à Justiça. Hoje, ao contrário, assiste-se a demonstrações de forte unidade familiar por cima dos interesses públicos, com o peso das posições políticas e prestígio profissional em defesa de quem é acusado de corrupção. O Estado e as suas instituições passam a pertencer à classe dominante acintosamente. Os réus fazem questão de se apresentarem com ar de gozo e até se negam a prestar declarações como testemunhas ao Tribunal como se a situação fosse de uma conversa desinteressante.

O que se tem tornado cada dia mais clara é a distinção entre os que têm o poder ou que com ele pactuam mesmo à custa da sua dignidade e os que defendem os eternos princípios da honestidade, da integridade, enfim, da democracia. Sei que alinhar princípios éticos com democracia soa hoje como subversão. As palavras vão sendo responsabilizadas pelas derrotas históricas. Se falarmos em «liberdade, igualdade, fraternidade», dirão que a Revolução Francesa foi afogada cinco anos depois do seu nascimento; se falarmos em luta de classes e socialismo, dirão que a história já terminou com a capitulação da União Soviética 70 anos depois da Revolução de Outubro.

Nesta pobreza ideológica que foi instituída só se fala em «democracia» e «direitos humanos», mas com definições tão limitadas que se tornaram conceitos inodoros, incolores, abstratos. A essência desses conceitos deixou de ser o da participação e o do respeito natural pelo ser humano para transformar-se no objecto da generosidade paternalista de quem o poder. A máxima expressão democrática esgota-se no direito ao voto de tal modo condicionado pelas regras partidárias que raramente vai além da função de aval de decisões concertadas pelas forças no poder.

O chamado «fim da história» deu origem a um tempo de mediocridades plastificadas em que os tecnocratas dão volta aos miolos para produzirem leis perversas que poderão ser usadas com boa intenção. Assim ficaremos duplamente agradecidos: pela legislação minuciosa e pela generosidade dos que a aplicam. Eternos devedores não ousaremos levantar objecções, mesmo porque não os queremos irritados e sem boas intenções. Seremos pouco mais que minhocas, mas acompanharemos os movimentos dos que ainda fazem história através da imprensa e da televisão. Minhocas espectadoras.

Cuba faz história

No entanto, em Cuba, a história prossegue. Sem generosidades, mas com participação popular e respeito humano. Para acompanhar esse movimento, para ver, para acreditar, é preciso ultrapassar as grossas camadas de mediocridade plastificada que envolveram o mundo capitalista como cataratas oculares.

Em Abril deste ano o jornal «Contrapunto» de Miami, nos Estados Unidos, divulgou um artigo de Nicolas Rios sobre o sistema eleitoral cubano. O autor, auto-define-se como «independente, condição a que me atrevi há muito tempo e da qual nunca me afastei, mesmo à custa de inúmeros dissabores e sacrifícios». Vive entre os emigrantes subanos com a convicção de que: «À Revolução e ao Governo cubano não lhes devo nada... Cuba custa-me caro». Faz todas estas afirmações para provar que o seu testemunho é imparcial e honesto quando reconhece que o processo eleitoral foi o mais avançado das sociedades democráticas. A forte adesão popular às urnas, segundo ele, deveu-se à estratégia do «voto unido» e ao prestígio de Fidel Castro não só há 34 anos mas há 41 (quando teve início o movimento revolucionário por ele liderado).

A opinião de um emigrante cubano nos Estados Unidos é importante também quando compara a participação devido ao bloqueio económico, com a habitual abstenção de 50% dos eleitores norte-americanos. São os dirigentes daquele país que reconhecem ter sido «o elemento democrático esmagado pela influência decisiva do dinheiro. Este tem feito vencer o cepticismo e contribuído para que 50% dos que podem ser eleitores não se importam sequer em se inscreverem, e que daqueles que já estão inscritos só 50% vão às urnas para eleger Presidentes e Legisladores escolhidos por menos de 15% dos que realmente têm capacidade para serem eleitores».

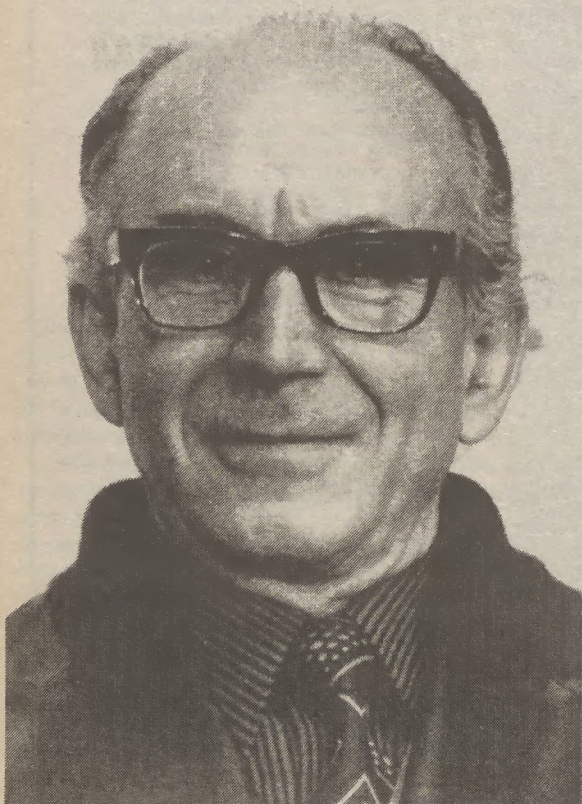
Observadores da ONU reconheceram que naquelas condições de carência que o povo cubano suporta, — as piores para ser realizado um acto eleitoral —, a decisão do Governo se deveu à confiança que tinha em que sairia vitorioso. E, de onde vinha esta confiança no aval popular?

A resposta encontramos-la no discurso de Fidel Castro sobre o conceito de democracia: «Não pode ser democrático um país onde as diferenças sociais existam, a desigualdade exista, a injustiça social exista: onde milhões de pessoas estejam sem emprego, sem assistência médica, sem educação (...). Nessas condições não pode haver nenhum tipo de democracia; não há participação do povo, não há cooperação no povo. O que há nestes países, na realidade, é um permanente confronto civil, as sociedades estão divididas em pedaços; as nações são assim impotentes para enfrentar os problemas fundamentais (...). Encontramos a nossa forma de expressão da democracia e cremos que é a que se ajusta de maneira ideal às nossas condições, e a sua eficácia tem sido demonstrada ao longo de mais de 30 anos, pois creio que nenhum país teria podido resistir ao bloqueio, às ameaças, às agressões, aos golpes tremendos que significaram a queda do campo socialista e o desaparecimento da União Soviética, se não existisse um povo consciente, um povo unido e não um povo fragmentado em mil pedaços. Por isso, para nós a unidade é a questão fundamental. E, referindo os princípios de Martí, acreditamos na existência de um partido para defender a Revolução.»

O sistema eleitoral adoptado por Cuba não pode ser copiado por qualquer país, a menos que sejam seguidos todos os passos para a constituição de um sistema socialista como o que ali existe. Existem os Conselhos Populares que integram organizações de massas e centros de produção e de serviços em todas as circunscrições. Todos os cidadãos de uma circunscrição (que corresponde praticamente ao Município) têm a possibilidade de propor candidatos. Seleccionam até 8, por meio de votações nos Conselhos Populares, para a Assembleia Provincial, para o Governo do Município e para a Assembleia Nacional. Sem a interferência de partidos, as escolhas são devidas ao conhecimento real existente entre vizinhos de bairro ou ao reconhecido valor profissional ou militante que prestigie o candidato junto aos seus eleitores. Aprovados os candidatos em todas as instâncias, a população participa com interesse nas eleições, para que o candidato que escolheu seja o vencedor.

«O regime capitalista mantém-se sobre a base da força», acrescenta Fidel, «e utiliza a força não só para impedir mudanças sociais, mas para impedir os protestos populares. Em mais de 30 anos de Revolução, nunca se viu um episódio desses em Cuba, ao exército e à polícia reprimindo os estudantes, os trabalhadores, os operários, os moradores. Isso jamais foi visto em Cuba, porque no nosso país conseguimos essa unidade, essa identidade, essa ligação estreita entre o Estado e o povo, entre o governo e o povo, entre os dirigentes e o povo (...). Hoje o Estado cubano é a expressão da força do povo. O que é o Estado cubano sem essa força? O que seria o Estado cubano sem as armas nas mãos do povo?»

É toda uma história diferente a explicar o «milagre» da democracia em Cuba, ou simplesmente a vigência da história da participação popular que nas sociedades ocidentais entrou para o mundo das lendas.



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado por Fernando Correia Coleção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Crónica do trabalho em minoria e outras coisas transmontanas

■ Modesto Navarro



- Que 75 por cento dos portugueses não façam férias, 66 por cento dos quais por motivos financeiros?
- Que os horários de trabalho dos portugueses sejam os maiores da CE?
- Que o salário mínimo nacional esteja abaixo do limiar da pobreza?
- Que 65 por cento dos trabalhadores da Grande Lisboa gastem mais de duas horas por dia para irem para o trabalho?
- Que há mais de cinco anos que o Estado não abra um Jardim de Infância e entretanto haja mais de 2 mil educadores de infância desempregados?
- Etc., etc., etc.

Algumas medidas que propomos

- Repor os projectos de lei: "garante de protecção jurídica às pessoas em união de facto", "garantia dos alimentos devidos aos menores", "atribuição de um subsídio mensal especial aos filhos a cargo de mães ou pais sós" e "medidas tendentes à efectivação dos direitos das mães sós".
 - Respeitar a protecção no trabalho às mulheres grávidas, puérperas e lactantes, não aceitando a equiparação da licença de maternidade a um período de doença reduzindo assim a garantia existente de remuneração igual a 100 por cento do seu salário; a Directiva Comunitária salvaguarda a manutenção da legislação mais favorável pelo que não temos que atentar contra os direitos da mulher grávida.
 - Recusar que a passagem da idade de reforma das mulheres passe de 62 para 65, mas sim propor que a dos homens passe para 63.
 - Revisão da política de crédito para aquisição de casa própria, assim como a promoção de edifícios de habitação para arrendamento a preços acessíveis às jovens famílias monoparentais.
 - Instituir novos sistemas de financiamento às cooperativas e empresas que construam a custo controlado.
 - Revisão em 1994 da Lei de Bases da Família.
 - Revisão da Fiscalização melhorando a situação das famílias e não prejudicando-as, tendo em conta as pessoas em união de facto e as famílias monoparentais.
 - Dar conteúdo efectivo ao valor social da Maternidade e da Paternidade, designadamente pelo cumprimento e aperfeiçoamento da legislação em vigor.
 - Atendendo a que em algumas famílias imperam situações intoleráveis de violência física e/ou sexual, regulamentar a lei 61/91 que garante a Protecção às Mulheres Vítimas de Violência apresentada pelo PCP e aprovada por unanimidade, mas que nunca chegou a ser regulamentada.
 - Criação de centros de apoio ao trabalho doméstico (lavadarias, cantinas, prestação de serviços, domiciliários a idosos).
 - Colocar as educadoras de infância desempregadas nos jardins de infância e nas Escolas de Educação Pré-Escolar criadas pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia mas que se encontram impedidas de funcionar.
 - Promover o efectivo funcionamento e humanização dos hospitais (em vez da sua escandalosa deterioração e desagregação...)
- Concretizar estas medidas, essa sim, quanto a nós, seria a melhor forma de comemorar o Ano Internacional da Família.

Na Feira do Livro, em tarde rara, de calor, alguém se aproxima e cumprimenta três escritores que estão a dar autógrafos. Um deles quase recusa apertar a mão estendida.

- Por que será que este tipo me fala? Qualquer dia tenho de dizer-lhe duas coisas bem ditas... Conheces a história do Joaquim Namorado? A certa altura, veio a Lisboa e subiu o Chiado. Parou junto da montra de uma livraria e vinha a descer a rua um tipo que andara com os do movimento neo-realista e que depois se vendera. Aproximou-se do Joaquim e estendeu-lhe a mão. Ele deu-lhe resposta e o outro agradeceu-lhe o facto de lhe falar e de ter aceite o cumprimento.

- Não é nada de mais - disse Joaquim Namorado. - Já apertei a mão a tanto filho da puta, que mais um, ou menos um, tanto faz.

Joaquim Namorado inteiro e frontal na nossa memória, em tarde de autógrafos, na Feira do Livro de Lisboa.

O que é a certeza? O que é a firmeza? Passaram muitos meses, depois da derrocada dos países socialistas. Algum silêncio caiu sobre nós. Interno e externo. Tinha de haver uma reflexão profunda. Quem detinha o poder era depositário da esperança dos outros, os que trabalhavam e se sacrificavam. Como utilizou o poder? Como o virou contra a maioria e contra o próprio poder legítimo? Perguntas que vão sendo esclarecidas por nós, na prática. Não há poder nosso, unívoco ou de grupo. Há a representatividade e o

à direcção do Sector de Artes e Letras da ORL e que viveu jornadas bonitas de difusão da cultura da região com a Associação do Nordeste Transmontano, prepara-se para um combate que levará mais perto das populações as propostas do PCP e dos democratas, em defesa do futuro da terra transmontana.

Reunir esforços

Às vezes os homens e as mulheres de terras violentas e exploradas como estas podem sentir-se sós, agredidos e até levados ao desespero da desistência. É compreensível e é humano. Mas, a certa altura, há uma reunião aqui, um encontro além, e recomeça o processo de resistência e de luta pelo novo.

Em Lisboa, transmontanos reuniram recentemente, para verem como vão participar nas autárquicas, em cada concelho e freguesia de onde vieram. Em breve, voltarão a juntar-se. No Porto e noutros lados, conjugam-se esforços para levar a cabo batalhas difíceis, mas dignificantes. Estamos longe, mas estamos sempre no coração das nossas terras, mesmo quando nos afastam ou temos de nos afastar, para ganhar a vida.

Manuel Moura, um militar do MFA na reserva, vive em Faro, com a família que constituiu em andanças da tropa e da luta. Mas não esquece Macedo de Cavaleiros e a sua terra pequena e grande, de trabalho, sofrimento e obscurantismo. Veio de Faro pôr autógrafos no seu livro «Pastio do Cieiro», memória romanceada da infância e da adolescência em terras de «Morelos» e de Morais. Aí está, na Feira do Livro de Bragança, pronto a participar nas listas do seu concelho.

- Vivo em «Marrocos», mas pronto, darei o trabalho e a contribuição que puder. Não me esqueço da terra, nem me hão-de tirar o direito a vê-la melhor e mais liberta.

A mulher, algarvia e companheira, está ao seu lado, a acompanhá-lo na decisão de dar o nome para as listas do concelho e da freguesia. Mais vezes estarão na aldeia e mais força darão a quem lá vive, na sede do concelho e nas aldeias. É isto «dar o litro» e participar. É isto estar vivo e tornar vivos os outros, que às vezes adormecem ou querem ser adormecidos com promessas e mentiras.

Há sempre quem ame a sua terra, o seu país, e levante a voz e os braços para trabalhar. «Não nos renderemos», disse Joaquim Namorado, o alentejano que viveu em Coimbra e gostava muito de Trás-os-Montes. Não nos renderemos e, apesar de estendermos a mão a certa gente que nos respeita e nos vem cumprimentar, não deixaremos de saber onde estão os que se vendem sobretudo em maré alta, de «bons negócios», e onde continuam a estar vivos os que levantam a cara e olham em frente, mais conhecedores do mundo e dos homens, depois das vicissitudes.

Na Feira do Livro de Bragança, num encontro de escritores do Nordeste, um padre e escritor amigo dizia, numa discussão a propósito do «Evangelho Segundo Jesus Cristo», de Saramago:

- Uma coisa é certa, para mim: o livro veio obrigar a Igreja e reflectir sobre o seu papel na vida e no sofrimento das pessoas.

Incomodar, abrir novas pistas, participar e criar outros mundos. Onde estivermos, em Lisboa, em Bragança ou em Faro, temos de ser assim, não deixando apodrecer o que outros querem ver corrupto e parado. Não deixar estagnar e levantar a voz e a capacidade de mudar. Estarmos juntos, das mil e uma maneiras de que somos capazes, na resistência e no trabalho em minoria e nas situações de poder. Nada é nosso e o futuro é de todos. São as lições mais valiosas da história e do quotidiano, na aprendizagem e no fazer a democracia e o socialismo e, provavelmente, ou certamente, no rompimento de caminhos para outras sociedades mais ambiciosas e livres.



esforço interpenetrado e conjunto, de quem luta, de quem organiza, de quem elege e de quem é eleito e representa os outros. Reforçar sempre as expectativas e as exigências dos que são a maioria, os que sofrem, os que trabalham e estão atentos - têm de estar atentos e têm de participar na direcção e gestão das coisas, da vida, da transformação e da luta que não pára, nunca irá parar.

Em Trás-os-Montes, um homem desaparece da frente de trabalho político. Outro homem, que até aí pouco participava, vai junto daqueles que sabe serem inteiros e estarem vivos e diz:

- Fulano desistiu, mas isto não pode ficar parado. Aqui estou, para o que entenderdes necessário. Não podemos deixar o concelho à mercê do PSD, que o governa há tantos anos e o destrói, ou nas mãos de outros que nada fizeram.

Vai integrar a lista da CDU para a Câmara, este homem que reagiu como democrata e como revolucionário à desistência de outro. É assim a vida. Perante a aproximação das eleições, face à recandidatura do actual presidente, do PSD, que se tem governado e enriquecido à custa do poder autárquico, e perante uma possível candidatura do PS que poderá levar de novo as velhas famílias agrárias ao poder na Câmara Municipal do concelho, este homem e outros homens e mulheres organizam-se e vão continuar com o trabalho de mobilização das ideias e objectivos de desenvolvimento e de libertação da terra que amam.

Em Bragança, António Morais vai ser o candidato da CDU à Câmara. Técnico do Parque de Montezinho, transmontano que viveu muitos anos em Lisboa, que pertenceu

Guatemala

- golpe e luta popular

■ **Manuela Bernardino**

Há semanas, a imprensa portuguesa encheu colunas com o "autogolpe presidencial" de Jorge Serrano Elias, na Guatemala. Deste pequeno país da América Central e da situação em que vive o seu povo pluriétnico apareceram, sem dúvida, alguns índices económicos e sociais que, friamente e porque misturados com factos insólitos ligados aos acontecimentos desses dias, se diluíram, não informando verdadeiramente sobre a realidade desse país.

Sobre a luta do povo guatemalteco se afirmava também, através de números, que a guerra se prolonga há 32 anos e se fazia referência aos 150 mil mortos e 40 mil desaparecidos. Mas relativamente ao conteúdo e objectivos dessa luta e das forças que nela intervêm pouco ou nada se disse. E, no entanto, a UNRG (União Nacional Revolucionária Guatemalteca), que há anos lidera a guerrilha - uma das componentes da resistência do povo guatemalteco - na sua luta contra regimes ditatoriais e autoritários, é reconhecida internacionalmente como o interlocutor que o governo da Guatemala foi obrigado a aceitar para um processo de negociações que pusesse fim a tão duro e prolongado conflito e garantisse a democratização do país.

O processo de negociação tem sido caracterizado por interrupções frequentes e prolongadas, e por reduzidíssimos avanços concretos nos planos acordados. Assim, o golpe presidencial parece evidenciar a incapacidade das forças reaccionárias em aceitar esta via. O governo, tendo admitido o processo de negociações, contou, porventura, que através dele faria subjugar a luta de todo um povo, esquecendo-se que a UNRG, valorizando a sua importância na fase actual, o insere no processo e na luta mais geral pela democracia, o progresso social, a soberania e independência nacionais.

Como todos os processos desta natureza, as negociações têm sido acidentadas. Assim, entre o **Acordo de Negociação** (Oslo - Março 1990) e o **início das conversações** (México - Abril 1991) decorreu um ano. Neste período (em Janeiro de 91) foi eleito como presidente da República, com menos de 30% dos votos, em eleições caracterizadas por elevada percentagem de abstenção, Jorge Serrano Elias, que se apresentou como o candidato "da democratização do país". Após esse primeiro encontro, a **primeira ronda** de negociações só se realiza em **Julho de 92**, enquanto a situação económica e social se degrada através da política anti-inflacionista, a reforma fiscal e a redução do serviço social promovida pelo presidente Jorge Serrano.

De Julho a Dezembro de 92 o **processo pára**.

Salienta-se que desde o México (onde foi aprovado um acordo em 11 pontos, sendo o 1º sobre direitos humanos) as conversações não tinham saído do 1º ponto. O Comité da Verdade e Justiça, constituído por proposta da UNRG para caracterizar a situação dos direitos humanos e garantir o cumprimento dos acordos, revela-se inoperativo, por pressão do exército e governo sobre o poder judicial. Em Dezembro de 92, o governo rejeita a verificação internacional dos direitos humanos, condição que a UNRG coloca como prévia aos acordos de paz.

Assim, em 6 de Janeiro de 93, o governo avança propostas procurando eludir questões de fundo. A UNRG, considerando-as como violadoras dos Acordos de Oslo e do México, apresenta passados 20 dias o documento "Por negociações imparciais e justas".

As críticas principais que o documento encerra assentam em que a UNRG rejeita a estipulação peremptória dum prazo, que interpreta como um incitamento à rendição ou capitulação. Reafirmando como necessária ao prosseguimento

do processo de negociação, a assinatura dum Acordo Global e Incondicional sobre Direitos Humanos que preveja mecanismos de verificação, propõe em 21 de Fevereiro passado um novo plano de paz em cinco pontos, que incluía a criação dum grupo de apoio constituído por personalidades latino-americanas e europeias que sirva como garante do processo. As conversações seriam retomadas a 10 de Março.

*

Coincidem, neste período, os choques entre o presidente e o exército, por um lado, e o patronato e diversos sectores sociais, por outro. Arrastam-se negociações laborais, generalizam-se conflitos aumentando os despedimentos. Durante 80 dias, trabalhadores permanecem em concentração, promovida pela central sindical, junto ao governo. São desalojados pelo exército, que também reprime brutalmente uma manifestação de camponeses. Inicia-se o retorno dos refugiados (que estavam no México) procurando o governo e o exército interferir, indicando percursos e delimitando zonas de acolhimento. É descoberto um cemitério clandestino. Prosseguem as ameaças e a repressão ao movimento popular.

Já em Maio, os transportes e a electricidade sofrem aumentos de 80%. A Função Pública e outros sectores de serviços fazem greve. Tem lugar uma grandiosa manifestação. Dão-se violentos confrontos entre estudantes e polícia (1 morto, vários feridos). A 6 de Maio, o governo, que tinha pedido, entretanto, à UNRG para depor as armas, considera inegociável uma proposta sua. As negociações são novamente interrompidas.

E, a 28 de Maio, dá-se o "autogolpe presidencial". Foi decretado o estado de excepção com a dissolução da AR, TC e Supremo Tribunal, suspensas as liberdades constitucionais e introduzida a censura. O presidente pede ao Tribunal Eleitoral para convocar eleições no prazo de 60 dias, mas este órgão opõe-se, invocando a suspensão da Constituição.

No Tribunal Constitucional, cinco dos sete elementos não aceitam o golpe e anulam as decisões do Presidente. Um ministro e altos funcionários afastam-se do presidente.

*

Internacionalmente, o golpe de Jorge Serrano Elias é condenado (EUA, CE, países da região com excepção do Peru de Fujimori). EUA e CE chegam a suspender relações económicas em curso. A Organização dos Estados Americanos envia o seu secretário-geral à Guatemala, que parece ter sido incumbido, pelos EUA, de convencer o exército a afastar o presidente a fim de "procurar dar uma imagem de normalidade institucional".

Após alguns incidentes (o vice-presidente autoproclama-se chefe do Estado) e com o exército "com a cara lavada" e a retomar a iniciativa, Leon Carpio - mediador dos direitos humanos (que tinha ficado sob custódia por decisão de Serrano) - é nomeado Presidente da República por decisão do Congresso. Conta com o apoio de Rigoberta Menchu (Prémio Nobel da Paz e activista destacada do movimento dos indígenas da América Latina), que após o golpe de Jorge Serrano tinha feito apelos para as manifestações de protesto.

O que virá adiante dependerá de vários factores essencialmente internos (papel do novo presidente - as notícias dos últimos dias dão-nos conta que afastou militares das chefias e altos funcionários da Administração - e da sua relação com o exército; da acção do governo - tanto mais que, de momento, foi afastada a realização de novas eleições; da guerrilha e da possibilidade de iniciativa nas negociações; da movimentação de massas e do papel das principais organizações, etc.), mas também da pressão externa e dos seus reflexos no plano político, económico e social. E, naturalmente, da solidariedade internacional para com a luta da UNRG e do povo guatemalteco nos seus objectivos de paz e progresso social.



Superfície e População

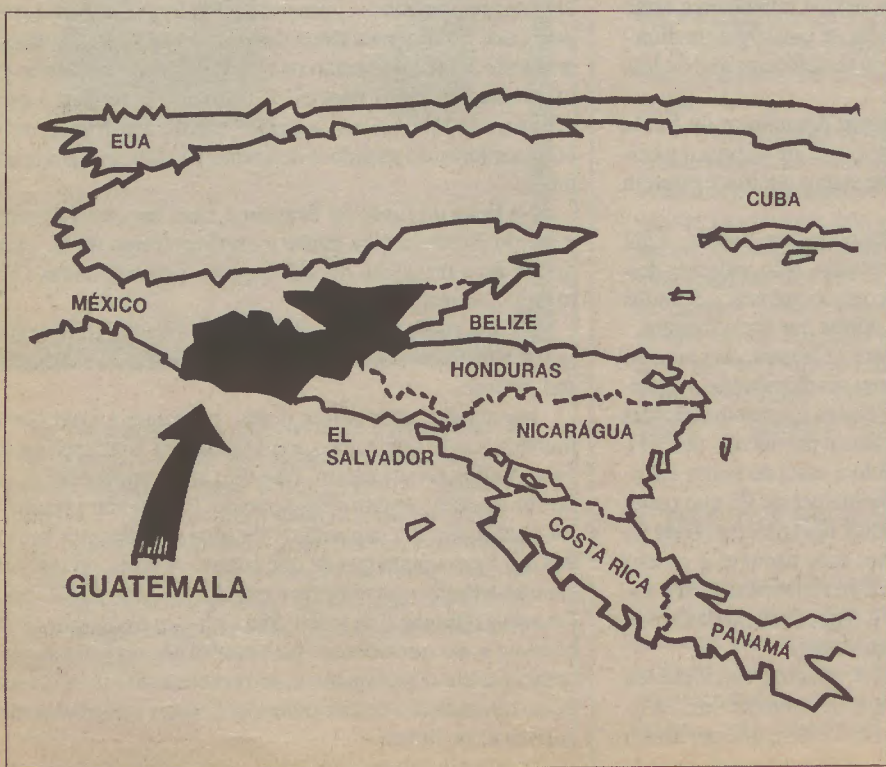
Superfície: 108 890 Km²

População: 9,2 milhões aproximadamente

Crescimento anual durante a década de 80: 2,9% - dos mais elevados da América Latina (igual da Costa Rica e Paraguai e só superior na Bolívia)

População urbana: 34,3%

Guatemala



Distribuição da população activa pelos sectores de actividade:

Agricultura - 55% • Indústria - 17% • Minas - 1% • Serviços - 27%

Alguns índices económicos

PNB per capita - 890 dólares (dos mais baixos da América Latina; inferior só nas Honduras, Rep. Dominicana, Bolívia e Haiti)

Dívida externa (1989) - 3.500 milhões de dólares

Inflação: fortemente controlada - passou de 60% em 1990 para 35% em 91, segundo a UNRG, e para 10% segundo os dados oficiais

Importações: produtos energéticos, químicos, manufacturados de base, alimentares, material de transporte

Exportações: café (a sua exportação corresponde a 2% do PNB e a 25% de todas as exportações); banana, açúcar, cardamomo, petróleo

Situação social

- 14% de desempregados.
- 53% da população activa não têm emprego fixo.
- O salário médio diário é inferior a 1 dólar.
- 87,2% da população vivem na extrema pobreza (8,2 milhões).
- 72,3% não comem diariamente o necessário (6,9 milhões).
- 82% da população infantil estão desnutridos.
- 5,7 milhões não têm acesso à saúde.
- 5,4 milhões não dispõem de água potável (80% da população rural consomem água contaminada).
- 2,1 milhões são analfabetos.
- Durante o ano de 1992, a insolvência do Ministério de Educação deve ter conduzido a que 10 mil alunos urbanos e 4 mil rurais tivessem ficado sem aulas.
- Previa-se que em 1992 trinta mil funcionários ficariam também sem emprego.

O princípio do fim do primeiro-ministro

■ Manoel de Lencastro

Desemprego não é cíclico — é estrutural

A recuperação económica chegara a Inglaterra, disseram. Mas os resultados estão patentes. Agora, juram os entendidos que surgirá no Japão. A verdade é que estamos vivendo uma época singular em que as recuperações acontecem como as equipas de futebol — tiram-se certos jogadores daqui para que rendam mais e melhor ali, tudo segundo o grau de desespero dos técnicos. Ficou agora provado, por exemplo, que o funcionário Major, ainda no poder, mandava baixar as taxas de juro quando lhe parecia conveniente atenuar a má publicidade de outros aspectos da sua política — não, porque a situação económico-financeira o sugerisse. Assim,

a) disse o informador do «DRI» (Department of Research & Information): «As economias-chave da Europa conhecerão, em 1993, o seu pior ano desde 1975»;

b) disse Herr Ferdinand Piëch, presidente da Volkswagen Werks: «As actuais dificuldades do nosso Grupo podem ser atribuídas à quebra considerável que temos sofrido nas vendas de carros novos e o mesmo pode dizer-se quanto aos outros fabricantes alemães. A crise do sector automóvel, completamente exposta pela recessão, é de natureza estrutural».

Mas o desemprego continua a constituir o problema central das economias ditas em recuperação. Os dirigentes mundiais e os especialistas sabem que são precárias as possibilidades de solução desta «enfermidade» que, com outros sintomas, está minando a sobrevivência do sistema — o desemprego (6,3%, nos Estados Unidos, 17,9% no Japão, 45,8% na CEE, em termos de mão-de-obra considerada activa) era, antigamente, compreendido como um factor cíclico na situação económica, mas, agora, é tido como estrutural.



Pequenas notícias da recuperação

1. As dívidas incobráveis das grandes companhias de seguros de vida japonesas (Nippon-Life, Dai-Ichi, Sumitomo, Meiji, Asahi, Mitsui, Yasuda, Chixoda), referidas a 1992, atingiram a verba catastrófica de USDólares 3,85 biliões;

2. Em Inglaterra e nos Estados Unidos, os prejuízos dos «Lloyd's of London» assim como a perspectiva que desde já se põe de toda a indústria seguradora vir a ter de fornecer a cobertura de gigantescas indemnizações relacionadas com desastres ambientais, colocam em perigo de falência e até de extinção aquilo a que costumávamos chamar de, simplesmente, companhias de seguros. Trata-se de uma espécie que passará a ser considerada rara;

3. «Nationwide» um dos bancos britânicos especializados nos famigerados financiamentos à habitação, registou dívidas incobráveis de £329 milhões (75 milhões de contos);

4. Os prejuízos da «Ford-Warke» (a Ford alemã) foram de DM469 milhões numa situação em que durante os primeiros meses deste ano a produção diminuiu em 15% para, somente, 459 000 veículos;

5. Banho de sangue (dos trabalhadores) na indústria de motores para a aviação. A «Rolls-Royce» propõe-se despedir outros 5000 operários nos próximos dois anos; a «Pratt & Whitney», americana, reduzirá em 11 000 os postos de trabalho nas suas fábricas igualmente durante aquele período; a «General Electric», também americana, foi mais lesta — em vez de anunciar os despedimentos a fazer, deu a conhecer aqueles que já realizou: 7000 entre 1991 e o momento presente;

6. Os Bancos noruegueses, depois do «KO» sofrido no fatal período de 1991-1992, ficaram prontos, segundo o governo de Oslo, para a privatização. Morreram, para sempre, os tempos gloriosos de empréstimos indiscrimi-

nados, de veloz crescimento económico e de vertiginosos aumentos dos valores activos. Mas os capitalistas privados têm dúvidas. Quem quer comprar os bancos noruegueses falidos? Os valores da propriedade urbana, agrícola e industrial continuam, monotonamente, a descer. As falências, pelo contrário, insistem em subir.

«No, thanks» diz o capitalismo em estilo picante «de momento, não queremos mais bancos».

Margaret Thatcher e Maastricht

No princípio, a marchante e pegajosa maníaca de Grantham queria gerir o Mundo. E não lhe fazia diferença que o articulado do Tratado dissesse com óbvia clareza que a soberania da Câmara dos Comuns ficaria sujeita, em muito, às instituições comunitárias. Ela esperava poder tornar-se numa espécie de imperatriz da nova Europa. Lembram-se do seu espectacular passeio pela mão de Gorbachev, nas ruas de Moscovo? Como vão longe essas experiências de mau gosto...

Mas diz o poeta que ao mudarem-se os tempos mudam-se as vontades. Agora, fora do poder, a dama de ferro exige para os britânicos, com a estridência que se lhe conhece, o direito democrático de, num referendo, darem a sua opinião quanto ao já célebre Tratado — coisa que, noutras situações, ela anteriormente, rejeitara como método antidemocrático. «Traição!», gritou na Câmara dos Lordes, «Maastricht transferirá para Bruxelas os poderes sagrados de Westminster». Mas não foi esta mesma grotesca Thatcher quem, quando primeira-ministra, assinou em nome do Reino Unido o «Single European Act» (Projecto sobre a Integração Europeia?)

O debate prossegue na austera e sonolenta Câmara enquanto a maioria do povo destas Ilhas se mostra de facto favorável à realização do tal referendo que o funcionário Major, entretanto, rejeita. Alega o primeiro-ministro que num país democrático as decisões dos parlamentares eleitos representam a vontade popular — uma opinião musical, pelo menos, se não perdermos de vista o feito de que já se realizaram três referendos nesta mesma democrática, parlamentar e livre Grã-Bretanha: em 1973, sobre a delimitação das fronteiras do Ulster; em 1975, sobre a adesão britânica à CEE; em 1979, sobre a devolução de poderes de representação parlamentar aos povos da Escócia e do País de Gales.

Então, desta vez, o povo britânico não tem direito a ser consultado? A democracia burguesa, como se vê, é pano que estica para onde se queira. Tudo depende das conveniências do momento.

O funcionário Major às portas do Inferno

Norman Lamont, o chanceler demitido e substituído por Kenneth Clarke, ergueu, finalmente, a sua voz nos Comuns, para explicar aos respectivos membros e ao povo destas Ilhas, as circunstâncias da sua saída do governo. E ainda que a sua intervenção não tenha atingido o nível das que ouvimos a Nigel Lawson e a Sir Geoffrey Howe, em condições quase idênticas, valeu a pena escutá-lo.

«Os nossos ministros», disse, «dão a impressão de estarem no governo, mas não se encontram no poder».

E prosseguiu:

«Esta recessão, teve as suas origens no «boom» de 1988 e 1989 (!). Esse «boom» tornou inevitável a recessão. Mas na 4.ª-feira negra de 16 de Setembro de 1992, quando fomos forçados a desvalorizar, vimos os ministros das Finanças de nove países europeus diferentes serem obrigados a engolir as suas próprias palavras. Cinco desses ministros tiveram de colocar a sua moeda nacional à mercê do mercado; os quatro restantes acabaram por desvalorizar também. Mas em nenhum desses países se viu o ministro das Finanças demitir-se. Porque havia eu de demitir-me? Ainda assim, o primeiro-ministro escreveu-me nesse mesmo dia anunciando que não tinha a mínima intenção de deixar o seu lugar ou de aceitar a minha saída. Num dos nove referidos países o governador do respectivo Banco Central, em vez de demitir-se, como se esperou, viu-se promovido e passou, de facto, a primeiro-ministro».

Contrariamente ao habitual nestes casos, os Comuns não acolheram em total silêncio as declarações do ex-chanceler. Foram inúmeras as expressões de incredulidade e de espanto. Nas bancadas governamentais, John Major torcia os dedos, cruzava e descruzava as pernas, mas no rosto traduziam-se os angustiosos sentimentos que experimentava. Nunca a Inglaterra, depois de North, teve um primeiro-ministro assim. Os trabalhistas, pela voz do seu líder, John Smith, leram aquilo que podemos ter como

preâmbulo da sentença de morte do funcionário do capitalismo, Major.

«Estamos a vê-lo conhecer o destino da sua antecessora a quem os homens de fato cinzento (?) levaram 10 anos para desalojar. Quanto a ele, estão-lhe já no encaicho ao fim de 12 meses apenas».

O líder dos liberais, por sua vez, disse com toda a gravidade:

«Aquilo a que acabamos de assistir, foi, simplesmente, o princípio do fim do primeiro-ministro».

A chave de toda a questão reside agora no resultado da próxima eleição parcial, em Christchurch, onde os conservadores defenderão uma larga maioria que os liberais se aprestam a assaltar com o costumado vigor. Se Christchurch cair...

Vidas e mortes maravilhosas

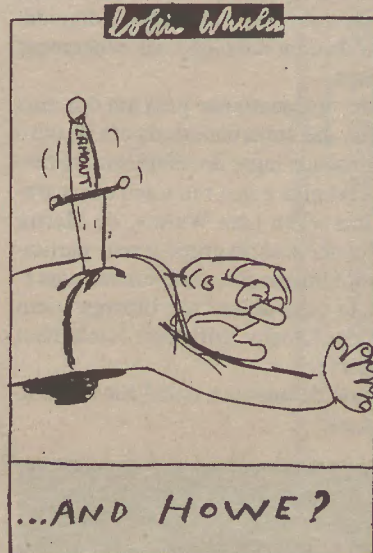
1. Segundo os dados da «Fortune-Magazine», a rainha Isabel II desceu consideravelmente na tabela de classificação dos mais ricos do Mundo. E porquê? Passou a ter de pagar impostos, uma coisa que no imaginário dos ricos desvaloriza as pessoas. Eis as maiores fortunas, expressas em dólares:

1. Sultão de Brunei: 37 biliões; 2. família Walton (americanos): 23,5 biliões; 3. família Mars (americanos): 14 biliões; 4. Minoru & Akira Mori (japoneses): 13 biliões; 5. Samuel & Donald Newhouse (americanos): 10 biliões; 6. Rei Fahd, da Arábia Saudita: 10 biliões; 7. John Werner Kluge (americanos): 8,8 biliões; 8. Gad & Hans Rausing (suíços, na Grã-Bretanha): 8,5 biliões; 9. Isabel II, de Windsor, rainha de Inglaterra: 7,8 biliões; 10. Toichi Takenaka (japoneses): 7,1 biliões.

2. A recente visita de «Mother Teresa» ao Reino Unido suscitou considerável interesse, principalmente em Belfast (Irlanda do Norte) e em Edimburgo, dois velhos bastiões religiosos onde as batalhas de há séculos permanecem vivas. O Homem do nosso tempo, particularmente nos países do Norte do Reino Unido, ainda sofre as hesitações, as dúvidas, as incertezas que são próprias do debate interminável à volta dos temas teológicos — uma luta sem fim, que o consome. E consegue viver na esperança de um mais que ilusório amanhã enquanto absolve e até esquece os crimes que se praticam diante dos seus olhos no hoje real.

Perante 1500 fiéis presentes na catedral de St. Mary, na capital escocesa, a «Madre Teresa» de Calcutá fez novos apelos contra o aborto e pelo amor dos doentes e dos moribundos. Disse que na sua «Missão» na Índia, se

trabalha incansável e constantemente em tarefas humanitárias junto de 65 000 homens e mulheres deixados nas ruas de Calcutá ao abandono; que 3000 crianças haviam sido arrancadas a esse assombroso destino e salvas por pais adoptivos — mas que 40 000 pessoas tinham morrido mortes maravilhosas ao travarem conhe-



cimento, nos seus últimos instantes, com uma palavra amiga, um derradeiro copo de água, uma misericordiosa colher de chá que os missionários de «Madre Teresa» proporcionam.

Não podem as pessoas de coração sincero (e os comunistas acima de todos) deixar de apreciar os actos humanistas e valiosos por isso mesmo, da «Missão da Madre Teresa», em Calcutá. Mas admiram-se e sofrem verificando que esses religiosos não demonstram a necessária coragem para apontar o centro do crime, o fulcro criador das monstruosas situações de degradação humana a que procuram fornecer alívio — o imperialismo.

Porquê? O que lhes tolhe o protesto cristão? O que lhes impede o explicar a verdade? Jesus Cristo não teria querido as coisas assim...

(¹) — Quando John Major foi 1.º secretário da Tesouraria e chanceler do «Exchequer» (ministro da Economia e Finanças);

(²) — Nome por que são conhecidos os principais dirigentes tradicionais do partido «Tory».

FESTA 1993

Avante!



Máquina do Tempo

«Mercedes Sosa em 1979» era a resposta certa à pergunta deixada, à guisa de passatempo, na semana passada, nesta nossa «Máquina do Tempo» que recorda alguns momentos de edições anteriores da Festa. Nesse apelo à memória, perguntava-se de quem se falava e em que ano a artista esteve na Festa, descrevendo-se Mercedes Sosa como sendo considerada por muitos como a maior cantora argentina tendo as suas canções sido desde muito cedo associadas à denuncia de injustiças e atentados à dignidade do homem e à ideia da concretização das esperanças mais profundas dos povos.

Em ano mais recente, apresentou-se para um dos seus últimos espectáculos uma das superbandas da era de ouro do rock. Uma banda que ocupa lugar de referência na história da música anglo-saxónica e que viu a sua consagração mundial com o filme «The Last Waltz», de Martin Scorsese, depois de os elementos do grupo terem participado activamente nas movimentações da chamada «geração hippie» e trabalhado com nomes tão ilustres como Bob Dylan, Eric Clapton, Crosby Stills and Nash, Neil Young, entre muitos outros.

Será preciso perguntar de quem se trata? Em que ano esteve esta banda na Festa?



Mercedes Sosa esteve na Festa do «Avante!» em 1979

EM FOCO

EP

ÚLTIMOS DIAS PARA O SORTEIO

É já de domingo a oito dias que se realiza o primeiro sorteio relativo às EP's - Entradas Permanentes na Festa - compradas antecipadamente. Em causa estão três prémios: um vale de férias ou viagens no valor de 250 contos, um vale de material fotográfico no valor de 100 contos e um vale de livros de 60 contos. As EP's que concorrem a este sorteio, mas que não sejam premiadas, serão incluídas num segundo sorteio, a realizar a 29 de Agosto, onde se atribuirá um novo vale de férias ou viagens no valor de 125 contos, uma máquina de lavar louça (de bancada) e um vale de livros no valor de 40 contos. Assim, se quiser concorrer aos dois sorteios que se realizarão nas jornadas de trabalho que ocorrerão nas datas referidas, terá de comprar a sua EP até ao próximo dia 10 de Julho, data em que os bilhetes de ingresso na Festa terão de dar entrada nos serviços administrativos da Festa.

Com a colaboração de:



Tomar a iniciativa

Como vem sendo habitual na FESTA DO AVANTE a JCP organiza um espaço voltado para a criatividade e convívio dos jovens.

Este ano pretende-se que essa criatividade seja concretizada num TOMAR INICIATIVA dedicado à arte da fotografia. Este decorrerá durante a FESTA sendo ela o seu motivo.

Assim, não queremos criar uma simples competição, mas sim, um espaço onde todos possamos participar, colaborar e partilhar da alegria da FESTA.

1. Podem participar no Tomar Iniciativa todos os interessados com idade até 30 anos mediante inscrição. Não é permitida a participação aos membros da organização do concurso.

2. As inscrições realizam-se das 10 às 19 horas dos dias úteis, em Lisboa na Sede Nacional da JCP (R. Sousa Martins, 8, 1000 LISBOA), no Porto na Sede da JCP (R. de Barão de S. Cosme, 240 - 4100 PORTO), em Coimbra na Sede da JCP (R. António de Vasconcelos, 101 - 3000 COIMBRA), até ao dia 31 de Agosto e na banca do Tomar Iniciativa na Cidade da Juventude da Festa do Avante das 19 horas do dia 3 às 16 horas do dia 4. No acto de inscrição os concorrentes pagarão 500\$00.

3. Os participantes deverão dirigir-se à banca do Tomar Iniciativa na Cidade da Juventude onde tomarão conhecimento dos 8 temas a fotografar, sendo-lhes entregue um rolo de 24 exposições a preto e branco e um elemento identificativo.

4. Todos os participantes terão que tirar pelo menos uma fotografia por tema, tendo que ser efectuadas no recinto circunscrito da Festa. Apenas será considerado para efeitos de atribuição de prémios o rolo entregue pela organização.

5. Os rolos terão que ser entregues até às 24 horas do dia 5, domingo, na banca do Tomar Iniciativa. A organização ficará responsável pela revelação dos rolos.

6. Os trabalhos seleccionados participarão numa exposição colectiva que será inaugurada durante a festa de atribuição de prémios em data e local a anunciar na edição de 13 de Outubro do jornal «Avante!».

7. Um júri de selecção procederá à escolha das obras a expor e a premiar. O veredicto, do qual não haverá recurso, será divulgado na edição de 13 de Outubro do jornal «Avante!».

8. Serão atribuídos os seguintes prémios:

— Prémio para a melhor fotografia de cada tema — 5000\$00

— Prémio para o melhor rolo de fotografias — 50 000\$00
O júri reserva-se no direito de não atribuir qualquer dos prémios.

9. Os negativos das fotografias serão propriedade da Juventude Comunista Portuguesa, podendo os participantes ter acesso às suas respectivas ampliações.

10. A organização reserva o direito de modificar quaisquer destes pontos por motivo de força maior. Os participantes serão informados de qualquer alteração através do jornal «Avante!».

11. A participação no Tomar Iniciativa pressupõe a plena aceitação deste regulamento.

As Tripas à moda do Porto

É uma tradição na Festa. Chegam do Porto à Atalaia para satisfazer estômagos gulosos de um prato de tradição no nosso país. São feitas a partir da dobrada, a que no Norte se dá também o nome de tripas, que é composta pelas quatro cavidades que constituem, no seu conjunto, o estômago dos ruminantes e que são a pança, o barrete, o folhoso e o coagulador. Aconselha o receituário de Olleboma a empregar preferencialmente a dobrada de vitela, numa rigorosa descrição, datada de 1928, de como se devem confeccionar as genuínas tripas à moda do Porto, indicando-se até, em vez das habituais iniciais q.b. para indicar um vago e lacónico quanto basta, o peso do sal e pimenta a utilizar no cozinhado. Façam-se as adaptações que o evoluir dos tempos aconselha (talvez usar uma panela de pressão em vez de aguardar cinco horas de cozedura ou utilizar um frango de aviário em vez da franga solicitada não sejam ideias descabidas) e experimentem-se os preceitos que se seguem:

Para as tripas à moda do Porto aproveita-se geralmente a parte chamada o coagulador, cujo interior é a parte mais tenra pela sua estrutura fibrosa.

Para oito a dez pessoas:

2 quilos de coagulador
250 gramas de cenouras
100 gramas de cebolas cortadas fino
40 gramas de sal grosso

2 gramas de pimenta moída
40 gramas de salsa cortada miúdo
1 mão de vitela
1 franga
40 gramas de banha de porco
250 gramas de presunto cortado às tiras
250 gramas de chouriço
500 gramas de feijão branco ou feijão manteiga

Coze-se a dobrada, depois de bem lavada e limpa, em dois litros de água e 20 gramas de sal. A cozedura deve levar três a cinco horas, conforme a qualidade e macieza. Coze-se à parte a mão de vitela em pouca água (a suficiente para a cobrir) e com 10 gramas de sal. Numa caçarola põe-se a banha, a salsa e a cebola até esta estar cozida sem alourar, juntando-se a dobrada aos bocados, a mão de vitela cozida, desossada e cortada, a franga cortada igualmente aos bocados, o presunto, o chouriço, as cenouras, o sal, a pimenta e o feijão previamente cozido e passado por peneiro, deixando ferver até estarem os vegetais e a franga cozidos, servindo-se bem quente. Geralmente não se passa o feijão por peneiro, mas na receita regional passa-se.

À moda de Lisboa, prepara-se como à moda do Porto, substituindo o feijão por ervilhas ou grão à falta daquelas, não passados por peneiro, com ou sem franga e empregando-se as quatro partes que formam o estômago dos ruminantes.

(in «Culinária» de OLLEBOMA, edição de 1928, impressa pela Empresa Diário de Notícias)

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Sondagem

Um estudo feito mostrou que aos portugueses não dá jeito ir para férias.

Falta de liquidez?

Eu acho que são lérias.

Se Cavaco nos diz, e a sorrir,

que vamos ter em breve uns riscos meses quem são os portugueses para o desmentir?...

Lá que as há, há...

O ministro vão diz-nos para já diz que a recessão afinal não há

mas diz mais também com a voz mais singela que, no ano que vem, sairemos dela.

Turbulências tais leitor, nunca viste. Como é que se sai do que não existe?

Ministro, senhor de altas montarias ele é superior a tais ninharias...

Actualidade

Alguns deputados com passos marciais foram apressados ver os hospitais Não foram lá, e mais concretamente, pra ver algum doente pois seus amigos e familiares se adoecem, preferem outros ares.

Pois lá foram. Pra quê? Os deputados do PSD iam fiscalizar iam investigar como convém, pra bem ajuizar se tudo corre bem.

Passeio findo conclusão a primor: - Sossega, Arlindo, és o maior! Já temos a certeza: tudo bem, senhora marquesa!

Ora bolas! Pra já foi um passeio, pronto. Mas por que é que foram lá? Falavam com o ministro - e pronto...

A anomalia

Há na Saúde farta anomalia normais anomalias, diz alguém. Anomalias, mas normais também, é o que há em qualquer Secretaria.

Anomalia é o pão de cada dia na Agricultura. Mas normal. Está bem. Normais anomalias todos têm num governo anormal em cada dia.

São as anomalias tão normais que, normalmente, anomalias vão mais normais sendo em cada hora mais

tantas anomalias. Afinal vendo o anormal normal desta nação anomalia é só o que é normal.

A pele da raposa

O "Avante!" não quer intrometer-se, de maneira nenhuma, nos problemas internos que estão a dilacerar o PS.

Havendo, no entanto, abundantes posições públicas, não se estranhará que arrisquemos dizer que a atitude de dureza assumida pela actual Direcção do PS longe de apaziguar os ânimos parece exaltá-los ainda mais. O Secretário Nacional, Arons de Carvalho, deitou gasolina no fogo com uma recente entrevista onde resolveu puxar as orelhas a todos os recalcitrantes: sampaístas, Gama, Vítor Constâncio.

Quanto aos dois últimos fê-lo com particular requinte. Em relação a Gama atribuiu as suas posições a "ressentimentos pessoais". Em relação a Vítor Constâncio, começou por insinuar que ele o que quer é ser candidato a primeiro-ministro, para concluir: "Estou convencido que António Guterres tem maior aptidão para o cargo do que Vítor Constâncio."

O próprio Guterres, que tem ameaçado os seus opositores com retaliações e os tem rotulado de "ínfima minoria", ao proclamar-se na recente reunião da Comissão Política como o verdadeiro candidato a primeiro-ministro, fez lembrar a conhecida anedota dos dois caçadores que ao avistarem uma raposa, e antes de dispararem, começaram a discutir para quem era a pele. A raposa, é claro, não esperou pelas conclusões...

Estradas da Invasão

Cavaco Silva insiste em pôr abusivamente o seu cargo de Primeiro-Ministro ao serviço da campanha autárquica do PSD, procurando contrariar a derrota que paira sobre a cabeça de muitos dos candidatos laranja.

Desta vez, a peregrinação foi pelo Norte do Ribatejo e o prato forte as estradas. Falando em Torres Novas, o Primeiro-Ministro afirmou que "é uma revolução" o que o Governo está a fazer em matéria de vias de comunicação.

Escamoteou é claro que essa espécie de "revolução" está a ser feita fundamentalmente com recurso aos fundos comunitários e que estes são o preço de um processo de integração que está a arruinar o país com destruição da agricultura, das pescas e das indústrias nacionais e a maciça liquidação de postos de trabalho.

Por este andar, as novas estradas transformam-se nas estradas da invasão, desde logo dos produtos espanhóis da pesca e da agricultura que assim mais rapidamente chegam às nossas lotas e mercados, mas também da produção de outros países comunitários que assim mais rapidamente invadem os nossos supermercados. Já hoje acontece assim, mas tudo indica que se vai agravar se a actual política económica se mantiver. E Portugal o que vai fazer?

"Jardinadas"

Pelos vistos, Alberto João Jardim está cheio de vontade de acolher na Madeira um seminário de fascistas europeus bastando para isso que Le Pen lho solicite na qualidade de eurodeputado, como interesseiramente anunciou.

É um desejo que não pode surpreender vindo de um fervoroso discípulo de Salazar e de Marcelo Caetano, que ainda há dias saltou em defesa do extremista da direita, Silva Resende, anunciado e enfeitado como candidato do CDS à Câmara de Lisboa.

É muito provável, também, que Jardim, que anda com o Tribunal de Contas à perna, deposite esperanças na chamada "direita europeia" para o ajudar a tapar o buraco e os escândalos financeiros em que a sua gestão à frente do governo da Madeira se está a afundar.

Condenamos, mas não estranhámos, as caldeiradas políticas, ideológicas e financeiras do sr. Jardim. O que repelimos firmemente são as "jardinadas" do género "para mim, fascistas e comunistas são a mesma porcaria", não porque nos cause grande perda vindo de quem vem (não ofende quem quer), mas porque são indignas e desprestigiantes para as instituições da República e em especial para as da Região Autónoma da Madeira.

frases da Semana

"Não existem cheques sem cobertura no Benfica"

☛ (Jorge de Brito - «A Bola», 26.06.93)

"Venda-me o Futre este fim-de-semana sem falta, para eu poder segurar os outros jogadores."

☛ (Jorge de Brito a Manuel Barbosa, empresário, citado em «Semanário», 26.06.93)

"Não tenho ambições políticas."

☛ (Alfredo de Sousa, economista - «O Diabo», 29.06.93)

"Como no tempo dos relatos desportivos da minha infância, Portugal ataca e a Espanha marca."

☛ (Manuel Alegre, na AR, citado em «Expresso», 26.06.93)

"Ser mulher e bonita facilita o relacionamento e ajuda a cativar os votos. Os responsáveis do PS de Sintra jogam claramente no charme da sua candidata. Eufóricos, exaltam a forma como ela é reconhecida na rua. Edite Estrela assume-o e reconhece que o seu aspecto físico e a telegenia revelada em três programas de televisão são uma vantagem. Mas não vai ao ponto de se considerar uma espécie de "sex-symbol" da política portuguesa."

☛ («Visão», 24.06.93)

"Gostei de ver o ministro dos Negócios Estrangeiros, entrevistado pela SIC, a dizer que não percebe por que é que a UNITA dispõe de maior cobertura na comunicação social portuguesa que os partidos da oposição nacional... A mim, parece-me fácil perceber - mas, vindo de onde vem, o espanto não deixa de ter graça."

☛ (Diana Andringa - «Público», 26.06.93)

"Silva Resende estava muito descansado, foram-no desinquietar com a Câmara e de repente desconvidaram-no! Se tratam assim as pessoas, como é que amanhã, no poder, tratariam os cidadãos?"

☛ (Basilio Horta - «O Independente», 25.06.93)

"O meu candidato é Pedro Feist."

☛ (Nuno Abecasis - «Semanário», 26.06.93)

"O meu candidato é Nuno Abecasis."

☛ (Pedro Feist - «Semanário», 26.06.93)

"Tenho um pedal que nem dois de vinte anos me apanham."

☛ (Zandinga, candidato do PSN à Câmara de Gaia - «Semanário», 26.06.93)



ALMADA

Apresentação dos candidatos a todos os órgãos autárquicos do concelho: hoje às 21.30, na Academia Almadense, sessão pública com a participação do camarada Carlos Carvalhas. Espectáculo com actuação de vários cantores e agrupamentos musicais.

AGUALVA-CACÉM

Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira às 21.30 no Centro de Trabalho do Cacém.

BARREIRO

Jantar-convívio para apresentação dos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia de Verderena: sexta-feira às 20.00 nas Torres do Herold.

BRAGA

Convívio de Verão - Piquenique Distrital do PCP: domingo, a partir das 12.00, em Merelim S. Paio (junto à Ponte do Prado), com a participação do camarada Carlos Carvalhas. Animação musical com Jorge Lomba, Cantares da Terra, Filipe Miranda.

CASCAIS

"Ambiente" - debate da série "Iniciativas Temáticas", promovida pela CDU/Cascais. Com a participação de

especialistas, de Carlos Sota e Vítor Silva, candidatos à CM e AM de Cascais e de dirigentes de "Os Verdes" e do PCP, designadamente José Casanova. Sábado a partir das 10.30 no Jardim Marechal Carmona, junto ao Museu Conde Castro Guimarães.

A situação política e as eleições autárquicas; o trabalho ideológico do PCP: debate com a participação de José Casanova. Sábado às 15.00 no CT de Cascais.

Jornada de trabalho do concelho de Cascais na Festa do Avante com transporte organizado: no domingo, com saída às 7.15 de Cascais e passagem em Alcáide, Alcoitão, Manique, Alto de Tires, Largo de S. Domingos, Sassoeiros (inscrições nos CTs do PCP do concelho).

CALDAS DA RAINHA

Mercado-Festa promovido pela Comissão Concelhia do PCP no Parque das Merendas da Mata domingo durante todo o dia. Bar, quermesse, venda de produtos agrícolas, música popular. Participação do camarada Carlos Brito, que fará às 15.00 uma intervenção sobre a situação política.

AMADORA

Festa-comício na Damaia, promovida pelo PCP. Das 15.00 às 24.00. As 22.00 Noite de Fado. As 18.00, comício com a participação do camarada Carlos Carvalhas.

LOURES

Apresentação do cabeceira de lista da CDU à Assembleia de Freguesia de Olival Basto: sexta-feira às 21.30 no Centro de Dia da Terceira Idade.

LISBOA

Solidariedade do PCP com o povo angolano: - Hoje, às 21.00, sessão pública no Hotel Plaza com a participação do camarada Domingos Lopes e de Dr. Helder Lucas, Encarregado de Negócios da RPA em Portugal. - Segunda-feira, dia 5, às 21.30, na casa do Alentejo: mesa-redonda com a participação de Lúcio Lara, dirigente do MPLA.

Reunião da célula da Gulbenkian: hoje, quinta-feira, às 18.00, no CT da Av. António Serra.

Plenário da célula dos CTT/TELECOM: hoje às 18.30 no CT Vitória.

Plenário da organização da freguesia da Ajuda: hoje às 21.00, no CT da Ajuda.

Plenário de militantes da freguesia da Ameixoeira com a participação do camarada Dias Lourenço: sexta-feira às 21.00, no CT do Lumiar. 3ª Assembleia da célula da Autocoop: sábado às 15.00, no CT Vitória.

Jornada de trabalho da Zona Norte de Lisboa na Festa do Avante: sábado.

Almoço-convívio promovido pela organização da Zona Ocidental de Lisboa no Centro de Trabalho de Alcântara. Sábado a partir das 13.00.

Plenário da célula dos trabalhadores da Mútua dos Pescadores: segunda-feira às 21.30 no CT Vitória.

Reunião das células do Banco de Portugal, Montepio Geral e Montepio Comercial e Industrial: segunda-feira às 17.30 no CT Vitória.

OEIRAS

Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU à CM e à AM de Oeiras: em Algés, no Atlético Clube de Algés, sexta-feira às 21.00, com a participação de José Casanova.

PALMEIRA

Almoço-convívio com a participação de

Agenda

Carlos Sousa e Joaquim Simões, primeiros candidatos da CDU à CM e JF da Quinta do Anjo, respectivamente, e do camarada José Vitoriano: domingo, às 13.00, na Sociedade do Bairro Alentejano.

PINHAL NOVO

Festa Amiga, promovida pela organização local do PCP, de sexta a domingo. Sábado às 21.30, comício com a participação do camarada Álvaro Cunhal.

SETÚBAL

Jantar-convívio CDU da freguesia de Santa Maria da Graça: no Restaurante Agora Sim, sábado a partir das 20.00.

Plenário de militantes da freguesia de Pontes-Alto da Guerra-Gâmbia: no salão da Cooperativa de Habitação das Pontes, sábado às 15.30.

SAMORA CORREIA

Jantar-convívio da CDU promovido pela CDU da freguesia de Samora Correia para apresentação do seu candidato à JF e dos candidatos aos órgãos autárquicos municipais: no restaurante "Os Grelhados", em Porto Alto: sexta-feira a partir das 20.30.

VILA FRANCA DE XIRA

Tertúlia CDU no CT do PCP de Vila Franca - de sexta-feira a domingo (durante as Festas do Colete Encarnado). Sábado, às 22.30, anúncio do candidato à presidência da JF de Vila Franca de Xira.

Plenário Concelhio de Quadros da organização de Vila Franca de Xira, com a participação do camarada Octávio Teixeira: debate sobre a situação económica nacional e internacional. Segunda-feira às 21.30 no CT de Alhandra.

BRAGA**Piquenique Distrital do PCP CONVÍVIO DE VERÃO**

Domingo, a partir das 12.00, em Merelim S. Paio (junto à Ponte do Prado)

Animação musical com Jorge Lomba, Cantares da Terra, Filipe Miranda

Às 16h:

Comício

com a participação de **CARLOS CARVALHAS**

Mercado-Festa nas Caldas da Rainha

Domingo

no Parque das Merendas

Bar, quermesse, venda de produtos agrícolas, música popular.

Às 15h:

intervenção de

Carlos Brito

SOLIDARIEDADE DO PCP COM O POVO ANGOLANO

Hoje, no Hotel Plaza

às 21.00

Sessão pública

com a participação de Domingos Lopes,

do CC do PCP

e de Dr. Helder Lucas, Encarregado de Negócios da RPA em Portugal

Segunda-feira

na Casa do Alentejo

às 21.30

Mesa-redonda

com a participação de Lúcio Lara, dirigente do MPLA

Viagem a Cuba

15 dias

19 Agosto - 3 Setembro

Visita a Havana, Cienfuegos, Trinidad, Varadero

e programa turístico, cultural e político organizados pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e pela Associação de Amizade Portugal-Cuba

Viagem de avião, transportes internos, alojamento em hotéis em regime de meia-pensão 220 000\$00

ACAMPAMENTO

GOLEGÃ

CONVÍVIO DEBATE MÚSICA



10 e 11 JULHO '93

PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DA GOLEGÃ

ORG. Juventude Comunista Portuguesa Direcção Distrital de Santarém

PINHAL NOVO

Sexta, sábado e domingo

Festa Amiga

Sexta-feira:

- Abertura às 20h

- Concerto de Rock com Arabian Penthouse às 21h30

Sábado:

- Manhã Infantil

- Ranchos Folclóricos: «Os Rurais» às 17h30, da Landeira às 18h30

- Manuel Honrado, imitador e declamador, às 20h30

- Grupo «Maré Viva» (MPP) às 21h

- Grupo «Os Trigais» (MPP) às 22h30

- Baile com o conjunto «África Jovem» às 23h30

Domingo:

- Manhã Infantil

- Ranchos Folclóricos: de Palhota e Venda do Alcaide às 17h30, da Casa do Povo de Pinhal Novo às 18h30

- Variedades às 21h30

- Toni Costa («Canto Livre») às 21h30

- Encerramento à 01h

Sábado às 21.h30:

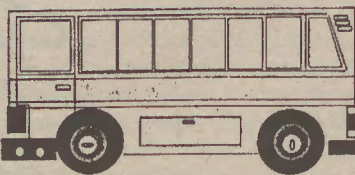
Comício com

ÁLVARO CUNHAL

PASSEIO DAS MULHERES CDU

4 DE JULHO DE 1993

PORTO



PIQUENIQUE

EM

PONTE DA BARCA

PARTIDA ÀS 8 HORAS

PRAÇA DA LIBERDADE

iniciativas temáticas AMBIENTE

DIA 3 JULHO - 10,30 HORAS
PARQUE CONDE CASTRO GUIMARÃES

PARTICIPANTES:

Arménio Figueredo - Eng.º - Ambiente

Teresa Dias - Jurista - Especialista na Área do Ambiente

Isabel Castro - Deputada da Assembleia da República

Dirigente do P. E. Os Verdes

Maria Carmo Dias - Técnica de Ambiente

CDU



CDU

AUTARQUIAS

93

PCP-PEV

CASCAIS

Carlos Reis - Dirigente do P. E. Os Verdes
Candidato CDU à Assembleia Municipal de Cascais

João Frois - Médico - Delegado da Saúde no Concelho de Cascais
Candidato CDU à Câmara Municipal de Cascais

Carlos Sota - Vereador da C. M. Cascais
Cabeceira de lista CDU à Câmara Municipal nas próximas eleições

Vitor Silva - Vereador da C. M. Cascais
Cabeceira de lista CDU à Assembleia Municipal nas próximas eleições

José Casanova - Membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

CDU
AUTARQUIAS
93

PCP-PEV

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DOS CANDIDATOS A TODOS OS ORGÃOS AUTÁRQUICOS DO CONCELHO DE ALMADA

COM A PRESENÇA DE CARLOS CARVALHAS, SECRETÁRIO GERAL DO PCP

ACADEMIA ALMADENSE - 1 DE JULHO - 21.30H.



Espectáculo com:

Alberto Albuquerque

Alexandra Ribeiro

Are Isabel

Banda de Inícrivel Almadense

Filipe Gomes dos Santos

José Fernando

Lúcia Raposo

Manuel (M) murtoso (MANÉ)

Mário Gramacho (e sua Banda)

Marta

Nuno Gomes dos Santos

Orquestra Ligeira de Inícrivel Almadense

(dirigido pelo Maestro António Gonçalves)

Bom e Luz: Alfredo

Contra-Regia: Sérgio

"NESTA MARGEM DE ALEGRIA"

festa-comício
DAMAIA

com a presença do
Secretário-Geral do PCP
CARLOS CARVALHAS

PCP

22 horas

Noite

de

Fado

3 Julho

15 / 24 horas

Música e Festa

Partido Comunista Português

Avante!
Agenda
Televisão

Quinta, 1



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Thumbelina
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 As Diaburas do Pimentinha
- 11.25 Notas para Si

Sexta, 2



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Thumbelina
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Diaburas do Pimentinha
- 11.30 Agora é que São Elas

Sábado, 3



- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.10 Crônicas de Narnia
- 13.30 O Trilho da Glória
- 14.20 Clube Disney

Domingo, 4



- 08.00 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 11.50 Programa Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.30 Top +
- 14.10 Clips e Stots
- 14.35 A Lei do Deserto
- 15.25 Kartum (ver «Filmes na TV»)
- 17.35 Tequila e Bonetti
- 18.25 Beverly Hills 90210
- 19.25 Clube Paraíso
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.40 Despedida de Solteiro
- 22.20 Casa Cheia
- 23.05 Hammett, Detective Privado (ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Clínica Veterinária
- 09.00 Grandes Parques Nacionais Americanos
- 10.00 Em Busca de...
- 10.30 Programa Juvenil
- 11.30 Regiões
- 12.25 Forum Musical
- 13.25 Realce
- 13.50 TV2 Desporto
- 22.50 De Pai para Filho
- 23.40 Hemingway

Segunda, 5



- 08.10 Thumbelina
- 08.40 Novas Aventuras de He-Man
- 09.05 Ginástica
- 09.15 Crônicas de Hollywood
- 09.40 Vitor e Hugo
- 10.10 António Macedo
- 10.30 Isto é Magia
- 11.00 O Treinador
- 11.25 Notas para Si
- 11.55 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Santuários Selvagens
- 14.25 As Aventuras de Robin Hood
- 14.55 Arma Secreta (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Jogos Sem Fronteiras
- 23.10 A Casa das Orquídeas
- 00.15 24 Horas



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 15.05 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 O' Rocks
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 «Der Blinde Richter»
- 15.30 A Ponte de Adam Rush
- 16.30 Povos Nómadas
- 17.20 Madame Moon e o Filho
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Cine Magazine
- 19.30 Diário para Meus Pais

Terça, 6



- 08.10 Thumbelina
- 08.40 Novas Aventuras de He-Man
- 09.05 Ginástica
- 09.15 Crônicas de Hollywood
- 09.40 Os Esquilos Vão ao Cinema
- 10.10 Paco Bandeira
- 10.30 Isto é Magia
- 11.00 O Treinador
- 11.25 Notas para Si
- 11.55 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 A Revolução Electrónica
- 14.25 As Aventuras de Robin Hood
- 15.00 O Vagabundo do Pacífico (ver «Filmes na TV»)
- 16.20 Rua Sésamo
- 16.50 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Cupido Electrónico
- 22.10 Noivas de Copacabana
- 23.05 A Lei das Ruas
- 24.00 24 Horas



- 11.00 Infantil
- 11.30 Férias de Sonho
- 12.30 O' Rocks
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 «Der Blinde Richter»
- 15.30 Programa Juvenil
- 16.20 Para Além do Ano 2000
- 17.15 Madame Moon e Filho
- 18.10 Carrusel
- 19.20 Miguel Ângelo
- 20.20 Artes e Letras - «Andy Warhol»

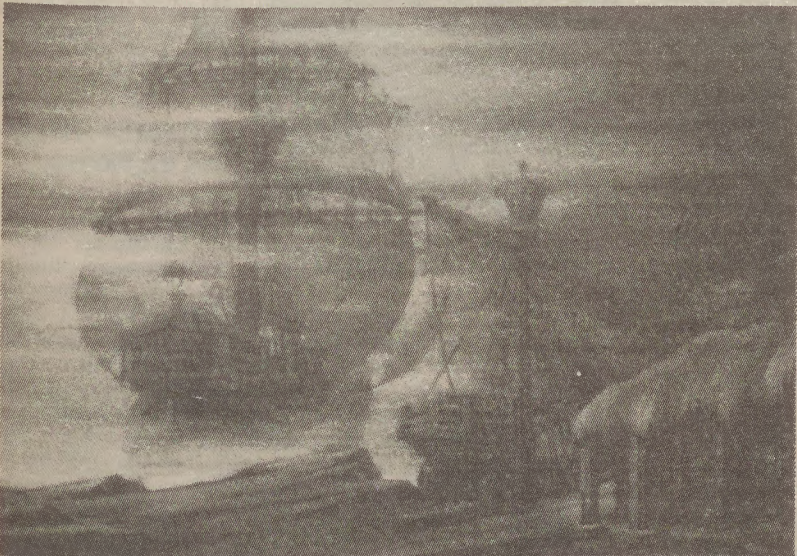
Quarta, 7



- 08.10 Thumbelina
- 08.40 Novas Aventuras de He-Man
- 09.05 Ginástica
- 09.15 Crônicas de Hollywood
- 09.40 Inspector Engenhocas
- 10.10 Lousã - Aldeia Abandonada
- 10.30 Isto é Magia
- 11.00 O Treinador
- 11.25 Notas para Si
- 11.55 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Meados do Século
- 14.25 As Aventuras de Robin Hood
- 14.55 A Princesa de Clèves (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 O Justicheiro Solitário (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 Pacific Station
- 00.15 24 Horas



- 11.05 Infantil
- 12.05 Amor à Primeira Vista
- 12.30 Os Italianos
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.50 «Der Blinder Richter»
- 15.30 Jogo de Basebol
- 16.30 Suspiros, Mentiras e Beleza
- 17.15 Madame Moon e Filho
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Magazine
- Arquitectura



«O Navio Fantasma», de Wagner: a «1ª parte» (?) hoje às 10.35 h. na TV2

- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.30 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Vietnam Depois da Guerra
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Batatas e Barraqueiros (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Grande Noite (último programa)
- 22.50 Íntimas Vozes
- 23.40 Pacific Station
- 00.10 24 Horas

- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Ford Boyard
- 15.25 Zenobia (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.10 Oscar, A Mala das Trapalhadas (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 24 Horas
- 00.45 A Defesa Veste-se de Negro (ver «Filmes na TV»)

- 15.55 Meu Amigo Mac (ver «Filmes na TV»)
- 17.25 Chefe Mas Pouco
- 17.55 Floradas na Serra
- 18.50 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.30 Despedida de Solteiro
- 22.20 Procura-se
- 23.15 À Procura de um Homem (ver «Filmes na TV»)
- 01.30 Os Amores de Messalina (ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.05 Tarzan em Nova Iorque (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Ao Ritmo das Marés
- 14.30 Pé Grande e os Amigos
- 15.00 Dias de Esperança
- 16.00 TV2 Desporto
- 19.30 O Compromisso (ver «Filmes na TV»)
- 22.30 No Cumprimento do Dever
- 23.30 O Homem Fatal
- 00.45 Popoff



- 12.00 O Soldado Joe
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.00 Notícias
- 14.10 As Mais Belas Máquinas
- 14.25 Selvagens e Perigosos
- 15.00 Viagem ao Fundo do Mar (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Justiça Negra
- 17.55 Grandes Planos
- 18.25 Portugal Radical
- 18.50 Lei e Ordem
- 19.50 Príncipe de Bel Air
- 20.15 Cara Chapada
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Telefilme: «O Juramento do Silêncio»
- 22.50 Crimes
- 23.20 Valentina
- 23.50 Água na Boca
- 00.50 Último Jornal
- 01.15 Box
- 01.55 Super Bikes



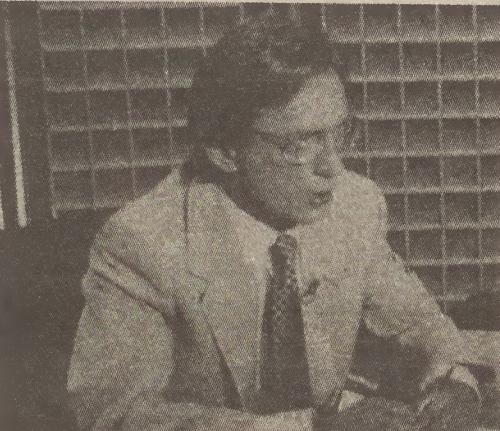
- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Forum
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.40 Desporto - «Na Maior»
- 22.10 A Ameaça da Verdade
- 23.40 Referendo
- 00.40 Taggart
- 01.20 Informação



- 10.00 Os Construtores da História
- 11.00 Colégio Interno
- 12.00 Documentário Natureza
- 13.00 Informação
- 13.10 Desporto
- 14.05 Cagney & Lacey
- 15.00 Lágrimas (compacto)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Espião à Vista
- 20.40 Marés Vivas
- 21.40 Os Bastidores do Espectáculo
- 22.10 A Ameaça da Verdade
- 23.40 Linha Mortal (ver «Filmes na TV»)
- 01.35 Meteorologia



- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 12.55 Passaros de Fogo
- 13.45 Passo a Passo
- 14.10 Notícias
- 14.20 Um Planeta, Uma Família
- 14.50 Bert Rigby (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Tarzan
- 17.00 National Geographic Magazine



Carlos Cruz regressa à sua «Quarta-feira» na TV2, entrevistando no dia 7 o Bispo de Setúbal

- 18.05 Falso Suspeito
- 18.35 Benny Hill
- 19.05 Cosby Show
- 19.35 Biografias
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 O Intruso (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 Último Jornal
- 00.20 Brigitte Bardot Canta



- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 As Histórias Mais Bonitas
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.15 Rica Saúde
- 13.45 Telhados de Vidro (compacto)
- 15.45 Punky
- 16.15 Lassie
- 16.45 O Último Apache (ver «Filmes na TV»)
- 18.35 O Marido da Embaixadora
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Janelas Virtuais
- 20.40 Covington Cross
- 21.35 Fado, Fadinho
- 22.05 Aldela da Roupa Branca
- 23.45 Meteorologia



- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Forum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.35 Telefilme: «Ruptura Total»
- 23.05 The World Music Awards 1993
- 01.055 Informação
- 00.05 Meteorologia

- (ver «Filmes na TV»)
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Os Trintões
- 00.05 As Proezas de Hollywood



- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Encontros Imediatos
- 22.00 Barfly, Amor Original (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 Tostões e Milhões
- 00.35 Último Jornal
- 01.00 MTV



- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Forum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.35 Telefilme: «Ruptura Total»
- 23.05 The World Music Awards 1993
- 01.055 Informação
- 00.05 Meteorologia



Um documentário sobre Andy Warhol preenche a rubrica «Artes e Letras» da próxima 3ª feira na TV2

- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Os Trintões
- 00.05 Musical



- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 A Brincar, a Brincar
- 22.00 Terça à Noite
- 23.15 Bagdad Café
- 23.55 Último Jornal
- 00.20 Internacional SIC
- 00.50 MTV



- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Forum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.40 A Flecha e a Rosa (ver «Filmes na TV»)
- 00.25 Farda e Coração
- 01.15 Informação
- 01.30 Meteorologia

- 19.30 Arsène Lupin
- 20.20 Milénio
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Carlos Cruz - Quarta-Feira



- 16.30 Notícias
- 16.35 Gladiadores Americanos
- 17.20 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.25 Jornal da Noite
- 21.30 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.30 Sexo Forte
- 23.35 Último Jornal
- 24.00 Deseja-me Sorte
- 01.00 MTV



- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Forum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.35 Cartas de Amor
- 22.40 Mancuso
- 23.20 Os Senhores do Pacífico
- 00.20 Desporto Motorizado
- 00.50 Ponto Final
- 01.05 Meteorologia

Filmes na TV

QUINTA, 1

«Batatas» e Baraqueiros
«Go For a Take» / «Double Take» (Gr.Br./1972). Real.: Harry Booth. Int.: Reg Varney, Norman Rossington, Sue Lloyd. Cor, 86 min. *Comédia Policial.* (14.35, Canal 1)

A Terra das Mil Aventuras

«North to Alaska» (EUA/1960). Real.: Henry Hathaway. Int.: John Wayne, Stewart Granger, Capucine, Emie Kovacs. Cor, 122 min. *Ver Destaque.* (23.40, Quatro)

Os Maus Dormem em Paz

«Warui Yatsu Hodo Yoku Memuru» (Jap./1960). Real.: Akira Kurosawa. Int.: Toshiro Mifune, Takeshi Kato, Masayuki Mori. P/B, 151 min. *Ver Destaque.* (00.10, TV 2)

SEXTA, 2

«Zenobia»

(EUA/1939). Real.: Gordon Douglas. Int.: Oliver Hardy, Harry Langdon, Billie Burke, Alice Brady, James Ellison. P/B, 86 min. *Comédia.* (15.25, Canal 1)

Óscar, A Mala das Trapalhadas

«Oscar» (EUA/1991). Real.: John Landis. Int.: Silvester Stallone, Ornella Mutti, Don Ameche, Tim Curry. Cor, 105 min. *Ver Destaque.* (22.10, Canal 1)

Homens à Queima-Roupa

«At Close Range» (EUA/1986). Real.: James Foley. Int.: Sean Penn, Christopher Walken, Mary Stuart Masterson. Cor, 115 min. *Ver Destaque.* (22.05, SIC)

A Defesa Veste-se de Negro

«Une Robe Noire Pour un Tueur» (Fr./1980). Real.: José Giovanni. Int.: Annie Girardot, Claude Brasseur, Bruno Cremer. Cor, 107 min. *Ver Destaque.* (00.45, Canal 1)

SÁBADO, 3

Tarzan em Nova Iorque

«Tarzan's New York Adventure» (EUA/1942). Real.: Richard Thorpe. Int.: Johnny Weissmuller, Maureen O' Sullivan, John Sheffield. P/B, 67 min. *Aventuras.* (12.15, TV 2)

O Jogo da Cor

«Skin Game» (EUA/1971). Real.: Paul Bogart. Int.: James Garner, Louis Gossett, Susan Clark, Brenda Sykes, Edward Asner. Cor, 102 min. *Ver Destaque.* (15.00, SIC)

Meu Amigo Mac

«Mac and Me» (EUA). Real.: Stewart Raffill. Int.: Christine Ebersole, Jonathan Ward, Tina Caspary, Lauren Stanley, Jade Category. Cor, 95 min. *Comédia.* (15.50, Canal 1)

O Compromisso

«The Arrangement» (EUA/1969). Real.: Elia Kazan. Int.: Kirk Douglas, Faye Dunaway, Deborah Kerr, Richard Boone. Cor, 121 min. *Ver Destaque.* (19.30, TV 2)

O Juramento do Silêncio

«Sworn to Silence» (EUA/1987). Real.: Peter Levin. Int.: Peter Coyote, Dabney Coleman, Liam Neeson. Cor, 100 min. *Telefilme.* (21.30, SIC)

À Procura de um Homem

«Looking for Mr. Goodbar» (EUA/1977). Real.: Richard Brooks. Int.: Diane Keaton, Tuesday Weld, William Atherton. Cor, 131 min. *Ver Destaque.* (23.15, Canal 1)

Linha Mortal

«Flatliners» (EUA/1990). Real.: Joel Schumacher. Int.: Julia Roberts, Kiefer Sutherland, Kevin Bacon, William Baldwin. Cor, 111 min. *Ver Destaque.* (23.40, Quatro)

Os Amores de Messalina

«Messalina» (It./1959). Real.: Vittorio Cottafavi. Int.: Belinda Lee, Spyros Focas, Arianna Galli, Giancarlo Sbragia. Cor, 90 min. *«Histórico.»* (01.30, Canal 1)

DOMINGO, 4

Bert Rigby

«Bert Rigby, You're a Full» (EUA/1989). Real.: Carl Reiner. Int.: Anne Bancroft, Robert Lindsay, Robbie Coltrane, Corbin Bernsen. *Comédia Musical.* (14.50, SIC)

Khartoum

«Khartoum» (EUA/1966). Real.: Basil Dearden. Int.: Charlton Heston, Laurence Olivier, Richard Johnson, Ralph Richardson. Cor, 129 min. *Ver Destaque.* (15.25, Canal 1)

O Último Apache

«Gunsmoke: The Last Apache» (EUA/1990). Real.: Charles Correl. Int.: James Arness, Richard Kiley, Michael Lerner, Hugh O' Brien. Cor, 100 min. *Telefilme.* (16.45, Quatro)

O Intruso

«L'Innocente» (It./1976). Real.: Luchino Visconti. Int.: Giancarlo Giannini, Laura Antonelli, Jennifer O' Neil, Massimo Girotti. Cor, 125 min. *Ver Destaque.* (21.30, SIC)

Aldeia da Roupas Branca

(Port./1938). Real.: Chianca de Garcia. Int.: Beatriz Costa, Manuel dos Santos Carvalho, José Amaro, Elvira Velez. P/B, 92 min. *Comédia Musical.* (22.10, Quatro)

Hammett, Detetive Privado

«Hammett» (EUA/1982). Real.: Wim Wenders. Int.: Frederic Forrest, Peter Boyle, Marilu Henner, Roy Kinnear, Lydia Lei. Cor, 93 min. *Ver Destaque.* (23.05, Canal 1)

SEGUNDA, 5

Arma Secreta

«Secret Weapon» (EUA/Austrália). Real.: Ian Sharp. Int.: Griffin Dunne, Karen Allen, Jeroen Krabbe, Stuart Wilson. Cor, 106 min. *Espionagem.* (14.55, Canal 1)

Diário Para Meus Pais

«Naplo Apamnak Anyam-mak» (Hungria/1990). Real.: Márta Mészáros. Int.: Zsuzsa Czinkóczi, Jan Nowicki, Mari Torocsik. Cor-P/B, 111 min. *Drama.* (19.30, TV 2)

Ruptura Total

«Police Story: Burnout» (EUA). Real.: Michael Switzer. Int.: Lindsay Wagner, Julie Carmen, John Fetz, John Carlem, Joe Morton. Cor. *Telefilme.* (21.35, Quatro)

Barfly, Amor Original

«Barfly» (EUA/1987). Real.: Barbet Schroeder. Int.: Mickey Rourke, Faye Dunaway, Alice Krige, Jack Nance, J. C. Quinn. Cor, 97 min. *Ver Destaque.* (22.00, SIC)

TERÇA, 6

O Vagabundo do Pacífico

«The Beachcomber» (Gr.Br./1954). Real.: Muriel Box. Int.: Glynnis Johns, Robert Newton, Donald Sinden, Paul Rogers, Donald Pleasence. *Comédia.* (15.05, Canal 1)

A Flecha e a Rosa

«Robin and Marian» (EUA/1976). Real.: Richard Lester. Int.: Sean Connery, Audrey Hepburn, Robert Shaw, Richard Harris. Cor, 107 min. *Ver Destaque.* (21.35, Quatro)

QUARTA, 7

A Princesa de Clèves

«La Princesse de Clèves» (Fr./It./1961). Real.: Jean Delannoy. Int.: Marina Vlady, Jean Marais, Jean-François Poron, Lea Padovani. Cor, 105 min. *Histórico.* (14.55, Canal 1)

O Justiciero Solitário

«Pale Rider» (EUA/1985). Real.: Clint Eastwood. Int.: Clint Eastwood, Michael Moriarty, Carrie Snodgrass, Christopher Penn. Cor, 112 min. *Ver Destaque.* (21.55, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

A Terra das Mil Aventuras (Quinta, 23.40, Quatro)

Frequentemente nos desiludimos quando, embora informados das limitações de tal ou tal filme menor de realizadores de nomeada, afinal somos confrontados com o primarismo de alguns dos seus filmes. Foi o que se passou, por exemplo, na semana passada, com um produto indigente transmitido na SIC e intitulado *Prisão Ardente* - o primeiro filme de Jonathan Demme (o justamente celebrado autor de *O Silêncio dos Inocentes*) -, e que, embora nestas colunas tenha sido apresentado com as reservas suscitadas pelas referências disponíveis, acabou, ainda mais, por se revelar uma lamentável «pornochanchada» absolutamente inqualificável. Algo de muito diferente se passa naturalmente com este filme de Henry Hathaway, que a *Quatro* inclui no ciclo a ele dedicado, e que, mesmo não sendo do melhor que ele nos deixou, tem, mesmo assim, alguns aspectos interessantes que justificam uma visão que não desilude. Desde já, existe o *pano-para-mangas* do arguimento, que nos conta as aventuras por terras do Alaska de dois pesquisadores de ouro - Sam McCord e George Pratt - aos quais as coisas correm pelo melhor e se vêem enriquecer de um momento para o outro, pedindo o segundo ao primeiro que aproveite a ida a Seattle em busca de equipamento para lhe trazer de volta a sua antiga namorada. Mas esta havia-se casado, pelo que George resolve convidar a acompanhá-lo a bela dona de um *saloon*, que, à chegada, começa a provocar os maiores problemas... Também excelentes são as interpretações de John Wayne e de Stewart Granger, bem como as de Capucine (no papel da bela dona do *saloon*) e de um b.ilhante secundário, Ernie Kovacs.

Os Maus Dormem em Paz (Quinta, 00.10, TV 2)

Trata-se de um dos filmes menos conhecidos de Akira Kurosawa e o seu principal interesse radica no facto de ele constituir uma crítica mordaz à nova classe dirigente japonesa saída do «milagre económico». De facto, os incidentes e a intriga que se desenrolam à volta do casamento da filha do presidente de uma grande empresa imobiliária, servem como pano de fundo ao realizador para implacavelmente denunciar o mundo de corrupção da alta finança. Mas, embora sendo este um filme realizado por um mestre do cinema japonês (que, assim, enriquece a programação cinematográfica e naturalmente, pela sua raridade, importa descobrir) cabe aqui interrogarmo-nos sobre o que terá acontecido às *segunda* e *terceira* partes de *Condição Humana*, de Masaki Kobayashi, de que a TV 2 previra há uma semana a transmissão da *primeira parte* - numa iniciativa cultural adequada ao «serviço público» de televisão - e cujo rasto não se vê na programação agora distribuída pela RTP. Será que se consuma mais um escandaloso desrespeito pelos telespectadores ou teremos, afinal, de esperar até que os responsáveis daquele canal muito bem entendam? Ou será que (mais grave ainda) eles nem sequer sabem que o que estava previsto para transmissão há uma semana, era o começo de uma obra em três jornadas?!

Óscar, A Mala das Trapalhadas (Sexta, 22.10, Canal 1)

O realizador deste filme, John Landis, é um dos valores mais seguros saídos do cinema independente norte-americano, sucessivamente assinando, no campo do «cinema industrial» (a par de alguns outros exemplos menos conseguidos), vários filmes interessantes abrangendo diversos géneros e que constituíram a real afirmação do seu talento. Um talento que se caracteriza por um claro inconformismo e por uma certa veia sa.áfrica, de que este *Óscar* é um caso típico, encenando modernamente os dispositivos clássicos da *comédia burlesca* e do *filme negro* americanos, ao abordar a história de um *gangster* bem intencionado à volta com os sarilhos provocados pela confusões originadas por três malas iguais e pelos seus (suas) proprietários(as)... Boas interpretações de Sylvester Stallone (num papel invulgar!) e do veterano Don Ameche. E o destaque para a presença de Ornella Mutti e Marisa Tomei.

Homens à Queima-Roupa (Sexta, 22.05, SIC)

Algo falhado na construção dramática das emoções - que, naturalmente, a própria história de dois meios-irmãos, confronta-



John Wayne, em «A Terra das Mil Aventuras», de Henry Hathaway

dos com a perigosidade marginal de um pai que não conheciam, jamais poderia desperdiçar -, este filme tem, entretanto, em alguns aspectos da encenação cinematográfica de James Foley e na interpretação de Christopher Walken e Sean Penn (este, num dos melhores papéis da sua carreira), os seus maiores trunfos.

A Defesa Veste-se de Negro

(Sexta, 00.45, Canal 1)

Um homem é condenado à morte a partir de um falso testemunho prestado por um inspector da polícia, mas acaba por fugir à prisão e pedir auxílio a uma famosa advogada parisiense que, juntamente com um cirurgião amigo que lhe dá abrigo e esconderijo na província, se apresta a provar a inocência do fugitivo. Mas as testemunhas que poderiam servir para esta prova são, por sua vez, eliminadas pela polícia, numa operação que se destina a ocultar pistas e revelações prejudiciais. O filme de José Giovanni tem o mérito de procurar generosa e poderosamente constituir um libelo acusatório contra a corrupção do «aparelho do poder», embora nem sempre o filme reflecta a intriga com inteira credibilidade. Mas Annie Girardot e Claude Brasseur são figuras e rostos que raramente se vêem nas nossas televisões, o que é de assinalar.

O Jogo da Cor (Sábado, 15.00, SIC)

Uma comédia em forma de *western* (ou um *western* em forma de comédia) é o que este filme de aventuras de Paul Bogart configura ao abordar a história impagável de uma parelha de vigaristas do velho Oeste norte-americano, constituída pelas personagens interpretadas por James Garner e Louis Gossett, o primeiro passando a vida a vender o segundo, como escravo, e depois a libertá-lo - numa rentável «forma de vida» que acaba por ser perturbada pelo surgimento de uma terceira personagem, feminina, que vem tornar tudo muito mais complicado... As referências apontam a este filme influências de *O Bom, o Mau e o Vilão*, de Sergio Leone.

O Compromisso

(Sábado, 19.30, TV 2)

Realizado por Elia Kazan, um excelente realizador americano de origem greco-turca (também ele romancista e autor do argumento), *O Compromisso* é um filme que foca os problemas de um «publicitário de sucesso» que, cansado de uma trajectória hipócrita, decide repensar todos os compromissos da sua vida pessoal, familiar e profissional com os mesquinhos e perversos meandros da sociedade, na construção de um estatuto social «de sucesso» à custa dos «arranjos», do arrivismo e do carreirismo feitos de golpes baixos. Um filme que é a alegoria de uma sociedade em crise - a americana - aqui poderosamente estigmatizada pelo realizador, e que ao espectador português servirá de ponto de referência para, também ele, se situar face à propalada «sociedade de sucesso» e aos «valores» inerentes que nos nossos dias nos pretendem impor. Mas, também, o retrato da «tomada de consciência» de um homem em busca da sua verticalidade, uma busca que marcou, em inúmeros exemplos, o melhor cinema de Kazan - certamente no esforço de compensar, ele próprio, os gravíssimos momentos de fraqueza e compromisso que, em momentos decisivos da sua carreira (como no período da *caça às bruxas* dos anos 50), irremediavelmente a mancharam.

À Procura de um Homem

(Sábado, 23.15, Canal 1)

Um outro dramático «encontro consigo próprio» é também o tema deste outro filme, hoje transmitido no canal ao lado. Desta vez, trata-se da história de uma mulher que, ao revoltar-se contra os preconceitos morais e a educação religiosa a que foi submetida na sua juventude, opta por levar uma «vida dupla» - educadora de infância, de dia, frequentadora de sórdidos bares, à noite - na ilusão alienada e desesperada de se encontrar a si própria. O filme é mais um retrato cru e apocalíptico do pior lado das «sociedades modernas». Mas Richard Brooks, o realizador, não está manifestamente à vontade neste registro dramático estranho à subtilidade das suas grandes obras, e chega a ser profundamente desastrado no diagnóstico das sórdidas realidades que a personagem principal enfrenta na sua trajectória pretensamente



Kirk Douglas e Faye Dunaway, em «O Compromisso», de Elia Kazan

«libertária». A nota positiva vai, sim, para a excelente e surpreendente interpretação de Diane Keaton, numa súbita derivação da composição das «figuras femininas», que lhe conhecemos da prolongada colaboração com Woody Allen.

Linha Mortal (Sábado, 23.40, Quatro)

Um grupo de estudantes de medicina decide levar a cabo perigosas experiências para averiguar o que acontece «para além da morte» - um tema de curiosas ressonâncias «sobrenaturais», se pensarmos no canal que transmite o filme... O problema é que as experiências daqueles estudantes, como não poderia deixar de esperar-se num filme de terror (pontuado, embora, por momentos de humor), dão para o torto - e as coisas, a certa altura, tornam-se mesmos feias. Mas é oportuno alertarmos para o facto de que a mobilidade e a invenção da câmara e dos «efeitos especiais» não chegam para esconder a pobreza do argumento, que subverte a ideia de base potencialmente interessante...



Frederic Forrest, à esquerda, em «Hammett, Detective Privado» de Wim Wenders

Khartoum (Domingo, 15.25, Canal 1)

Um filme pensado para constituir um espectáculo de reconstrução histórica - à volta do cerco e queda em 1833 da cidade de Khartoum, nos tempos do império colonial britânico - mas que, segundo as referências, resulta antiespectacular precisamente pelo carácter «palavroso» do argumento e dos diálogos - embora estes sejam competentemente defendidos por Laurence Olivier e Charlton Heston.

O Intruso (Domingo, 21.30, SIC)

Trata-se do último filme realizado por um dos maiores cineastas do cinema europeu e mundial - Luchino Visconti - na adaptação da obra homónima (no título original) de Gabrielle d'Annunzio. Um filme que constitui o repositório de todas as transcendentes qualidades do cinema do realizador italiano: no plano da forma - a escolha e composição dos planos, a movimentação da câmara, o enquadramento das personagens, o «desenho» dos cenários, o rigor dos adereços; no plano do conteúdo - as suas preocupações sociais, a denúncia da aristocracia, dos valores estabelecidos e das suas coordenadas morais. Um retrato frio e distanciado da Itália da segunda metade do século XIX, que tanto apaixonou o realizador como tema para tantas das suas importantes obras.

Hammett, Detective Privado (Domingo, 23.05, Canal 1)

Pensada e trabalhada ao longo de anos, esta adaptação cinematográfica do romance de Joe Gores sobre um misterioso caso real vivido pelo famoso escritor Dashiell Hammett é uma das obras mais interessantes realizadas nos EUA por um cineasta europeu, marcada que é, igualmente, pelo irreprimível fascínio em si despertado pelo grande cinema clássico americano. O realizador alemão Wim Wenders soube, como poucos europeus, reconstituir a muito especial atmosfera do filme negro dos anos 30, a importância do trabalho de estúdio, o fabuloso trabalho da banda sonora, num filme que, para além de levar na produção a «marca» de Coppolla, tem, em Frederic Forrest, um excelente intérprete da figura de Hammett e, ainda, a presença emblemática de Samuel Fuller.

Barfly, Amor Original (Segunda, 22.00, SIC)

Barbet Schroeder, o realizador deste filme, conhecido pelas temáticas menos vulgares que aborda nas suas obras, é um produtor, realizador e fotógrafo francês, colaborador dos Cahiers du Cinéma, que sobretudo deu que falar pela biografia filmada do ditador africano Idi Amin Dada, realizada em 1974 e geralmente considerada o seu melhor filme. Prosseguindo na senda do insólito, Schroeder aborda neste filme a biografia de Charles Bukowski, um dos mais polémicos representantes da «beat generation», num filme que, curiosamente, leva o nome do próprio Bukowski na ficha técnica, como autor do argumento, e tem na brilhante Faye Dunaway e em Mickey Rourke (naquele que é o melhor e talvez único grande papel da sua carreira) dois intérpretes à altura.

A Flecha e a Rosa (Terça, 21.35, Quatro)

Um penoso remake das aventuras de Robin dos Bosques e dos seus amores por Lady Marion, com o Xerife de Sherwood de novo a fazer das suas, numa história que vem apanhar as personagens principais da lendária história vinte anos após o primeiro partido para as Cruzadas na Terra Santa. E um par de intérpretes desperdiçados num filme realizado, sem talento nem chama, por Richard Lester.

O Justiceiro Solitário (Quarta, 21.55, Canal 1)

Intérprete criador de um estilo duro e implacável, que conhecemos dos lamentáveis filmes da série Dirty Harry de Don Siegel ou dos notáveis westerns de Sergio Leone, foi para surpresa dos espectadores (e continuadas reticências da crítica americana) que Clint Eastwood desenvoltamente se sentou na cadeira de realizador, percorrendo diversos géneros do cinema em algumas curiosas obras. O Justiceiro Solitário, extremamente influenciado pelos clichés de Leone, não é, ainda, a demonstração plena do seu talento atrás da câmara, mas tem um fabuloso início que, já na altura, não enganava ninguém.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Cães Danados	★★★	-	★★★★
B O Fim do Mundo	★★	-	-
C Uma Mulher entre Dois Homens	-	★★★	★★★
D Vida de Solteiro	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Quentin Tarantino - King Triplex/2 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) - Lisboa.
- B - Real. João Mário Grilo - King Triplex/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) - Lisboa.
- C - Real. John McNaughton - Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.15, 22.00, 24.00) - Lisboa.
- D - Real. Cameron Crowe - Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **INOX TAKE 5**, de José Pedro Gomes.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.45. **A BODA (OS NOIVOS E OS CONVIDADOS)**, de Bertolt Brecht, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

Sábado às 21.45

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **7 PORTAS**, de Botho Strauss, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

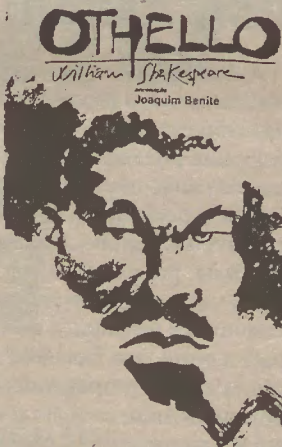
TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL--Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom.

às 17.00. **O PELICANO**, de Strindberg, encenação de Gastão Cruz, pelo Grupo Teatro Hoje.



TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel 2752175. De 3ª a sáb. às 21.15. **OTHELLO**, de Shakespeare, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

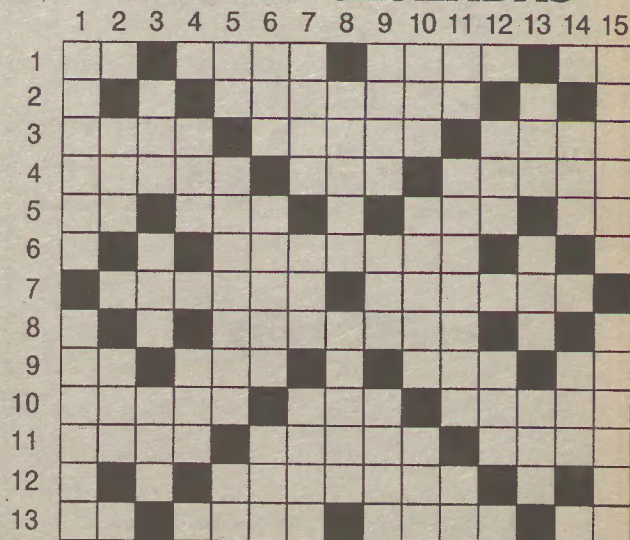
Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3427172. **Companhia Teatral do Chiado**: De 2ª a sáb. Sáb. e dom. às 12.00. **AQUELA NUVEM E OUTRAS**, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas.

Tempo

Céu geralmente nublado com boas abertas. Possibilidade de ocorrência de aguaceiros. Pequena descida da temperatura.



PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Basta; esmurra; aves corredoras; Bários (s. q.). 2 - Tiraram com violência. 3 - Passar para fora; transportas contigo; flor da roseira. 4 - Branquear; nocivas; substância que constitui os favos das abelhas (pl.). 5 - Carta de jogar; sou conhecedor; tumba; Ósmio (s.q.). 6 - Corporação dos vereadores (pl.). 7 - Fim; mercadoria. 8 - Renuncia. 9 - Amerício (s.q.); poeiras; acolá; preposição. 10 - Rasteiros; cintura; que não é transparente. 11 - Maquinismo para tecer; compartimentos; agarrar-se com as gavinhas. 12 - Espada curta (pl.). 13 - Sim, no dialecto provençal; fronteira; grande cão de fila; existes.

VERTICAIS: 1 - Tabernas; papelão. 2 - Aqueles; progenitora. 3 - Gracejas; espaço onde giram os astros; o tio americano. 4 - Pano de arrás; colocar. 5 - Aqueles; mensagens; aqui. 6 - Protóxido de cálcio; barcos de recreio; afasta-se. 7 - Parte do lombo dos bovinos, entre a pá e o cachaço; espaço de trinta dias; examina. 8 - Avarenta; sacrificia. 9 - Épocas; batráquios; cura. 10 - Imperfeitas; missiva; tempero. 11 - Antes do meio-dia (abrev.); fortaleza; apelido. 12 - Soberano; árvores da fam. das oleáceas. 13 - Grande quantidade; nome de letra; a barlavento. 14 - Saudável; nome de escritor português. 15 - Converter em massa; frutos silvestres.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

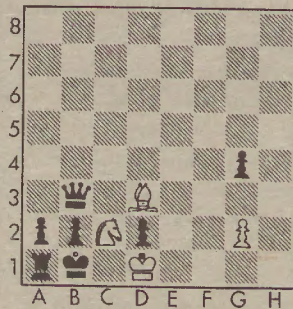
HORIZONTAIS: 1 - Só; acém; após; sé. 2 - AM; av. 3 - Lã; craveiros; CO. 4 - Ro; câ. 5 - Cola; aipos; rola. 6 - Além; amor. 7 - Ló; MIII; elas; li. 8 - Rasa; tear. 9 - Reis; lento; seca. 10 - Rã; só. 11 - Má; demoravam; ar. 12 - Dó; ir. 13 - Ri; teia; alas; AL.

VERTICAIS: 1 - Sol; calor; mar. 2 - Ara; era. 3 - Ola; ria. 4 - Almas. 5 - Cara; eis; sede. 6 - Ema; amial; moi. 7 - Vai; evo. 8 - Pé; pó; an; ré. 9 - Iró; tua. 10 - Par; salto; vil. 11 - Ovos; mãe; pára. 12 - Rosas. 13 - Cor. rés. 14 - Cal; coa. 15 - Eco; alisa; rol.

XADREZ

CDXVII - 1 de Julho de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993X051
Por: WALTER FREIHERR
von HOLZHAUSEN
7456, Deutsches Wochenschach,
28.IV.1907

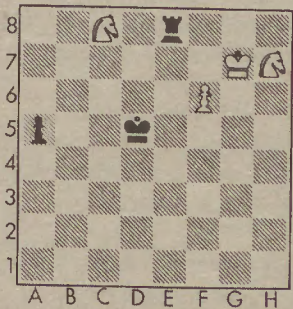
Pr.: [7]: Ps.a2, b2, d2, g4-Tal-Db3-Rb1
Br.: [4]: Pg2-Cc2-Bd3-Rd1



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1993X052
Por: ARTHUR HAVASI
Chess Amateur, 1923

Pr.: [13]: Pa5-Tc8-Rd5
Br.: [4]: Pf6-Cs, c8, h7-Rg7



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXVI

Nº 1993X051 [W. F. von H.] 1. Bg6!, g3; 2. B64; Da4; 3. R: d2 e 4. Cb4+ 1. Da4; 2. R: d2, Da5+; 3. Cb4+; Df5; 5. B: f5+ SE: 1. B647, g3!; 2. Bf5/g6/h7, Da4; 3. R:d2, Da5+; 4. Bb4+, Df5! 1. Bf5/h7?, Da4!; 2. d2, Da5+/d7+!

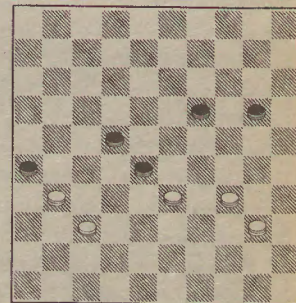
Nº 1993X052 [A. H.]: 1. f7, Td8; 2. Cf6+, R-; 2. Cd5!, Ta8; Ta8!; 4. Cc8!, T: C; 5. Cc8; 1. T: C; 2. Cf6+, R; 3. Cc8 g.

A. de M.M.

DAMAS

CDXVII - 1 de Julho de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993D051
Por: A. W. DAVIDS
Diverse Damproblemen, 1936

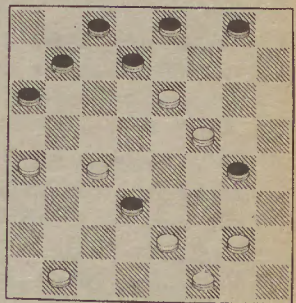
Pr.: [5]: 19-20-22-26-28
Br.: [5]: 31-33-34-37-40



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1993D052
GOLPE Nº 2593
Por: HERMÍNIO MEDALHA
DA SILVA
Almada, 11.IX.1966

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 1-5, 20-16; 4. 12-15, 28-23; 5. 14-19, 23-14; 6. 10-19, 32-28; 7. 11-14, 18-11; 8. 7-14, 21-18; 9. 14-21, 25-18; 10. 8-12, 16-7; 11. 12, 18-14; 12. 9-13, 26-21; 13. 13-18, 21-17; 14. 19-22, 17-13; 15. 12-16, 14-11 DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXVII

Nº 1993D051 [A.W.D.]: 1. 37-32!, 28X30; 2. 40-34!, 26X28; 3. 34X32.
Nº 1993D052 [H. M. da S.]: 16. 22-26; 30-14; 17. 5-10, 14-5; 18. 2-18, 11-2=D; 19. 4-7, 2-20; 20. 16-30=D+ (Contra: Ml. M.)

A. de M.M.

a talhe de FOICE

American way

É fácil. É barato. É seguro. Tem sucesso garantido.

Não. Não se trata de nenhum novo produto à venda nos mercados, capaz de fazer as delícias de donas de casa, a alegria das criancinhas ou satisfazer orgulhos masculinos.

Falamos, naturalmente, do último ataque dos EUA ao Iraque.

O ataque que provocou pelo menos seis mortos e vários feridos.

O ataque feito à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O ataque que vingou um alegado atentado ao ex-presidente George Bush.

O ataque que é uma mensagem para todos os inimigos dos EUA.

O ataque que dá o tom da política externa norte-americana para os anos 90.

O ataque, enfim, que fez subir a popularidade de Bill Clinton.

A notícia esteve no centro das atenções nos últimos dias. Despejados os 24 mísseis de cruzeiro Tomahawk sobre o quartel-general dos serviços secretos iraquianos em Bagdad, os EUA vieram a público justificar a acção, levada a cabo no mais completo sigilo. Em Abril, dizem, o Iraque propunha-se liquidar Bush durante a visita deste ao Kuwait. O plano abortou, os suspeitos foram presos e o julgamento dos implicados está a decorrer. Uma equipa conjunta da CIA e do FBI apreciou as provas recolhidas pela polícia kuwaitiana e constatou a semelhança dos explosivos com outros engenhos de fabrico iraquiano. Concluíram que estavam reunidas as condições para a retaliação.

Faltava escolher o "timing" da operação.

Clinton, a braços com a queda a pique da sua popularidade, foi finalmente bafejado pela sorte. Por coincidência, o ataque ocorreu a seguir à aprovação do pacote de impostos que Clinton não ia aumentar.

Por coincidência, a retaliação registou-se nas vésperas da primeira participação de Clinton na cimeira do G-7.

Por coincidência, o acto acalmou as hostilidades dos militares ao novo presidente.

Por coincidência, o gesto vingador restituiu aos americanos a auto confiança, abalada com o atentado terrorista ao World Trade Center.

Que três dos 24 mísseis tenham falhado o alvo, é quase irrelevante. Os especialistas têm agora nova oportunidade para estudar as causas do falhanço, esperando que para a próximo não haja civis por perto.

Que os mísseis tenham sido disparados durante a noite, quando naturalmente as pessoas estavam em casa, era inevitável, pois essa é a melhor altura para não serem detectados.

Que a ONU não tenha sido vista nem achada no assunto, é perfeitamente compreensível, pois até há um artigo na Carta das Nações Unidas que garante o direito à autodefesa, pronto a ser invocado ao sabor das conveniências e mesmo quando a defesa ocorre sem ataque.

Que o julgamento dos implicados no alegado atentado esteja ainda a decorrer é de sobremesa, que a justiça kuwaitiana, alicerçada nas confissões sob tortura na prisão, não deixará de pronunciar o veredicto de culpados.

Os americanos têm razão para estar satisfeitos (ainda que a maioria lamente que Saddam Hussein não tenha sido assassinado) e Bill Clinton para se "sentir bem a respeito", como gosta de dizer.

A nova desordem internacional funciona e os EUA não correm riscos. Só intervêm em certas condições. Quando for fácil, barato, sem riscos. Para eles, claro. É o "american way" para o futuro.

E o mundo? O silêncio da ONU dispensa quaisquer comentários.

■ AF



Partido Socialista Búlgaro visita Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal uma delegação do Partido Socialista Búlgaro, composta por Zhan Videnov, Presidente do Conselho Superior do PSB e deputado, e Nina Mikhailova, deputada da Assembleia Nacional da República da Bulgária, que estiveram no nosso país desde domingo até ao dia de ontem, quarta-feira.

A delegação do Partido Socialista Búlgaro manteve conversações com uma delegação do PCP, composta por Carlos Carvalhas, Secretário-Geral, Albano Nunes, do Secretariado do C.C. e Car-

los Aboim Inglez, do C.C. e da Comissão Central de Controlo, e encontrou-se com Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP.

No distrito de Setúbal, a delegação do PSB visitou a Câmara de Almada, onde foi recebida pela sua Presidente; a Siderurgia Nacional, onde se encontrou com a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical da empresa; o Centro de Trabalho do PCP de Setúbal, onde se encontrou com uma delegação da DORS, que incluía Manuel Sobral, membro da Comissão Política. Em Lisboa, no Centro de Trabalho

Vitória, a delegação do PSB deu uma informação acerca da situação na Bulgária, a membros da Direcção da ORL, estando presente José Casanova, membro da Comissão Política; e teve um encontro de trabalho com Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do C.C., e João Amaral, membro do C.C..

A delegação esteve na Assembleia da República, onde foi recebida pelo Presidente da Assembleia da República e manteve um encontro de informação com membros da Direcção do Grupo Parlamentar do PCP,

incluindo o Presidente do Grupo, Octávio Teixeira, membro da Comissão Política do C.C..

As conversações e encontros realizados permitiram um intercâmbio de informações e opiniões sobre a situação económica, social e política dos respectivos países, a actividade e orientação de cada Partido sobre a situação internacional, designadamente na Europa, contribuindo para um melhor conhecimento e compreensão mútua e para o ulterior desenvolvimento de laços de cooperação e solidariedade entre o PCP e o PSB.

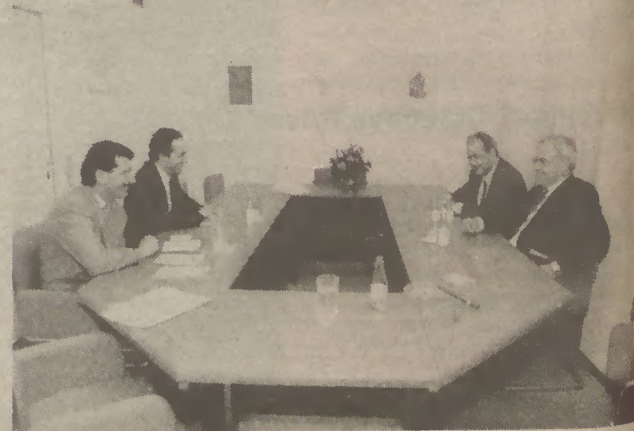
CNA acusa: Empresas PEC desvalorizadas defraudam produtores

A Confederação Nacional da Agricultura, CNA, contestou mais uma vez o processo obscuro de «procriação artificial» das empresas de produtos pecuários e alimentação, PEC's, empresas privadas cuja criação levaria ao encerramento de muitos matadouros públicos.

Face a declarações públicas de alguns dos principais responsáveis do grupo de empresas segundo os quais a PEC-Nordeste, por exemplo, iria «importar carne bovina refrigerada a curto ou médio prazo», a CNA lembra que desde cedo «alertou os produtores nacionais para esta eventualidade e para a quase que inevitável subversão dos objectivos gerais oficialmente propagandeados para o empreendimento», objectivos entre os quais avultavam o controlo das empresas pelos agricultores e o escoamento da produção nacional de carnes, o que parece estar agora defraudado.

«Voltamos a denunciar a pressão e aliciamentos ilícitos que o IROMA e o Ministério da Agricultura exercem desde há dois anos sobre os agricultores, as organizações da lavoura e a opinião pública, através de dezenas de reuniões por todo o país e de sucessivas campanhas publicitárias, procurando convencer todos acerca das "vantagens" em investir nestas PEC's» diz a CNA em comunicado.

«Porém, dois meses depois da primeira venda de acções a mil escudos cada, quanto valem hoje e que as querera comprar, essas acções das PEC's? Quanto já custou a desmesurada campanha publicitária e quem a está a pagar? Estas são algumas das perguntas a que o Dr. Branco Rodrigues, do IROMA e o Ministério da Agricultura têm de responder», exige a CNA numa nota intitulada «zangam-se os compadres, descubram-se as verdades no processo de "procriação artificial" das PEC's».



Encontro PCP-OLP

Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido Comunista Português, recebeu quinta-feira passada um membro do Comité Executivo da OLP (Organização de Libertação da Palestina), Farouk Kadhumi. No encontro Carlos Carvalhas, que se encontrava acompanhado por Domingos Lopes, do Comité Central, reafirmou a solidariedade dos comunistas portugueses à luta da OLP e do povo palestino pelos seus direitos nacionais e pela retirada das tropas de Israel de todos os territórios árabes ocupados.

«Violação do Direito Internacional»

CPPC condena ataque ao Iraque

«A mais viva indignação e total condenação por constituir um atentado aos Direitos do Humanos» foram as expressões utilizadas pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) para condenar o ataque de sábado efectuado pelos Estados Unidos da América ao Iraque. Para o CPPC a acção é «uma clara violação do Direito Internacional» e parece «prenunciar o recrudescimento da política belicista dos EUA contra os povos».

A Direcção Nacional do CPPC, em comunicado divulgado terça-feira, indigna-se por a acção, que considera ser de «terrorismo de Estado» ter provocado vítimas inocentes «que hipocritamente o Governo americano designa de "danos colaterais"». e desmente a validade da invocação pelo Governo norte-americano do artigo 51 da Carta das Nações Unidas, «injustificada e falaciosa» pois esse artigo refere-se «ao direito natural de legíti-

ma defesa apenas no caso de um país membro ser objecto de agressão armada».

Também a cobertura dada pela maioria dos membros do Conselho de Segurança à acção norte-americana foi condenada pelo CPPC que confirma «a urgente necessidade da sua reforma e democratização» e «colcam a comunidade internacional numa situação de total arbítrio que inevitavelmente aumentará as tensões e conflitos, constituindo uma ameaça à Paz e à segurança dos povos».

Esta organização considera que a acção «é tanto mais revoltante quanto se afirma como um método, cada vez mais frequente, para escamotear a incapacidade de resolução dos graves problemas sociais e económicos» norte-americanos, considerando por isso «irresponsáveis as declarações de simpatia a compreensão» proferidas por chefes de Governos, «designadamente, de Portugal».